



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS
Rua Barão de Atalaia, 200, Centro – Maceió - AL-CEP: 57020-510
Fone: (82)3315-3055 - Fax: (82)3315-3085

OFÍCIO Nº 671/2015

Maceió, 09 de novembro de 2015

Exmo. Sr
Dr. OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS
DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado.
Nesta

Senhor Presidente,

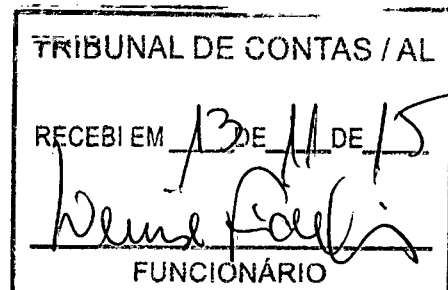
Pelo presente, atendendo determinação constante da Lei Estadual nº 4.843/86, estamos enviando a V. Ex.^a para registro do Contrato nº 57/2015, celebrado entre a CASAL e a EMPRESA THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI-EPP, que tem como objeto a locação de imóvel, situado na Rua Prefeito Abdon Arroxelas, nº 657, Condomínio Residencial Thasos, Apt. 105, Ponta Verde, Maceió/AL, o qual servirá como moradia para o Engº Judiron Silva Pena.

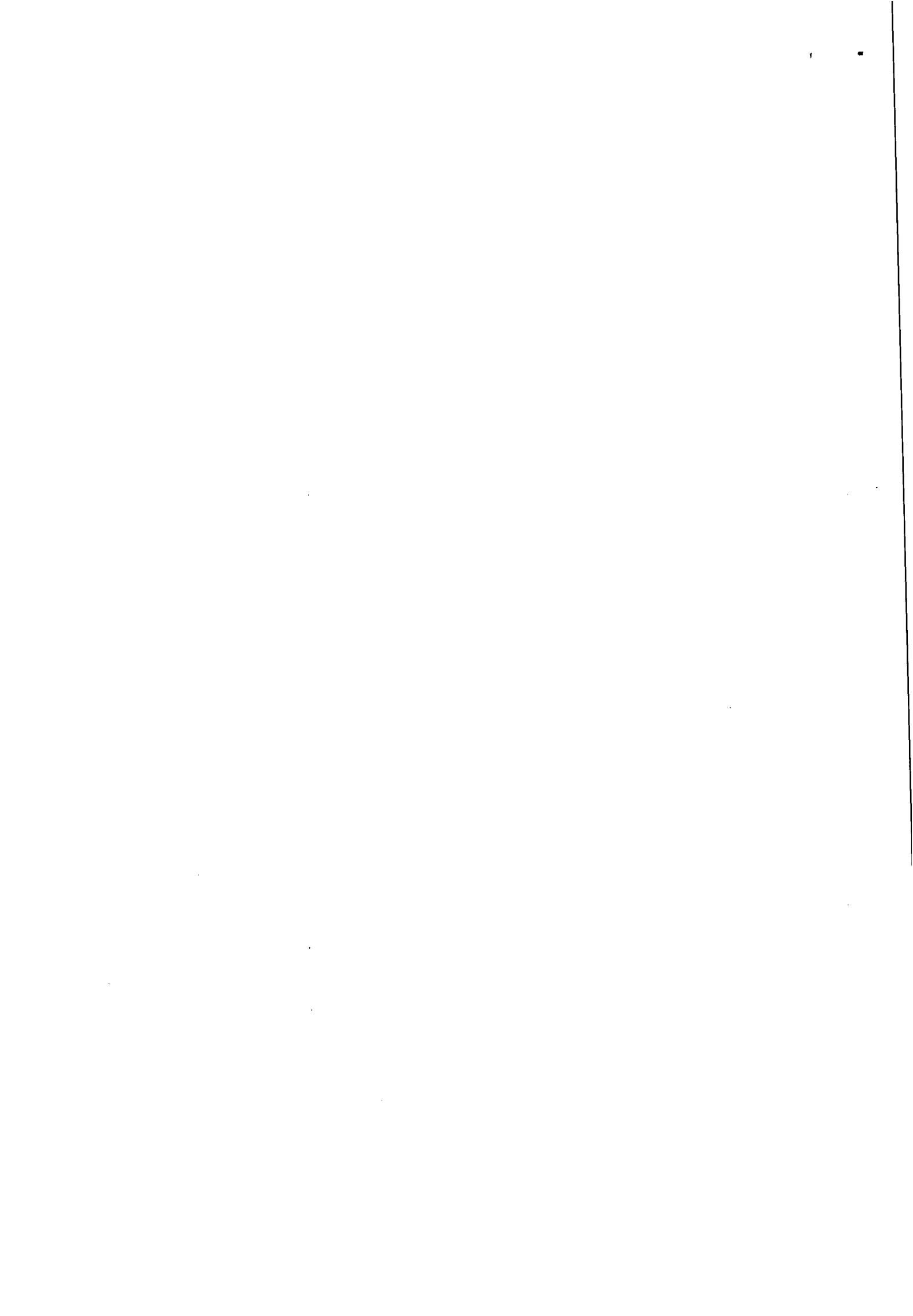
A Súmula do Contrato em epígrafe foi publicada no Diário Oficial do Estado em edição de 04 de novembro de 2015.

Outrossim, remetemos em anexo, todo o dossiê que integra o Protocolo nº 5397/2015 – CASAL - C.I Nº 41/2015 – CAF/UNLE– Fls. 01 a 71.

Atenciosamente,

Eng.º WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR
Diretor Presidente







UNLESTE

Protocolo: 5397/0015

COMUNICAÇÃO INTERNA - C. I.

nº da CI :

41/2015

Origem :	Destino :	Data de emissão :
CAF/UNLE	SUNEI	30/04/2015

Sr. Superintendente,



Através desta, vimos solicitar a contratação do imóvel de propriedade da Sr.^ª Maura Lúcia Fernandes Penna, a qual outorgou poderes ao Sr. Tiago Penna acerca do imóvel, passando neste ato a ser representado pela empresa THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP, localizado a Rua Prof. Abdon Arroxelas, 657 - Ponta Verde - Cond. Residencial Thasos - Apt. 105, CEP: 57035-380, no valor R\$ 1.100,00 (Mil e Cem Reais), já Incluso IPTU e Condomínio. Sendo o objeto deste imóvel para moradia do Eng. Judiron Silva Pena, Gerente da Unidade de Negócio do Leste, por um período de 12(doze), a ser custeado pela Companhia de Saneamento de Aragoas - CASAL, conforme entendimento exarado em Resolução de Diretoria.

Oportunamente se faz necessário alguns esclarecimentos acerca da localização do imóvel em cidade diversa da Sede da Unidade, qual seja a cidade de Rio Largo, podendo tal situação ser justificada pelo fato do referido Município ser caracterizado como "Cidade dormitório", onde não há ampla opções de imóveis, vez que os ora existentes estão ocupados ou se colocam à disposição apenas para venda, o que não se caracteriza como adequado ao caso em tela. Deste modo, a escolha da moradia se estabeleceu de forma estratégica, vez que viabiliza o deslocamento célere entre a Sede da Unidade(Rio Largo), cidade que compõe a Região Metropolitana de Maceió(cidade limítrofe), as cidades litorâneas que demandam atenção diferenciada, bem como à Sede da Companhia, em razão das diversas reuniões entre a Gerência e as Unidades, possibilitando um melhor trânsito entre estas.

Entretanto, a situação em tela desponta algumas peculiaridades, que facilmente poderão ser superadas por parte da Companhia e da Empresa que presta serviço

EM BRANCO

corretagem ao responsável legal do imóvel, vez que a mesma dispôs alguns padrões a serem atentados quando da lavratura do Contrato de Locação, haja vista a mesma atuar no ramo imobiliário e ter apego severo as disposições legais contidas na Lei 8.245, de 18 de Outubro de 1991. Deste modo, as elencamos e, convenientemente, apresentamos soluções para a resolução dos entraves apresentados:

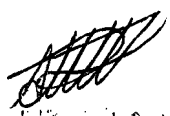
- **Ausência de penalidade para rescisão antecipada** – conforme análise ao contrato atualmente utilizado pela Companhia no que diz respeito a locação de imóveis, restou vislumbrado pela Empresa em sua CLÁUSULA SETIMA a disposição de que o contrato celebrado pode ser “rescindido independente de notificação judicial ou extrajudicial, à critério da CASAL, sem que a contratada tenha direito as qualquer indenização”, não encontrando justificativa jurídica para o cabimento do mesmo, tendo sido, inclusive, fruto de amplo questionamento quanto a necessidade de readequação da Cláusula as normas comumente aplicadas ao mercado imobiliário. Importante salientar que em vias atuais, a UN LESTE busca seus imóveis junto a pessoas físicas, sendo muitas delas pessoas de pouca instrução social e jurídica, restando isenta de posicionamento quanto a possibilidade de reformulação e, conseqüente, inclusão de aplicabilidade de multa rescisória.
- **Ausência de garantias locatárias** – em observância ao disposto no art. 37, incisos I e II, resta amplamente resguardado a exigência do locador a garantias como caução e fiança, as quais não se contemplam no modelo ora adotado por esta Companhia. Deste modo, apresentamos como alternativa que o referido pagamento seja efetuado pelo usufrutuário do imóvel, qual seja, o gerente da Unidade, o qual se dispõe de pleno acordo para o pagamento do mesmo, vindo a ser ressarcido quando no pagamento da última parcela da locação do imóvel, que ao invés de ser paga ao locatário passaria a ser paga pelo mesmo, passando a exercer, tão somente neste ato, a função de fiador.
- **Ausência de penalidades para o caso de atraso no pagamento dos aluguéis** – o usufrutuário do imóvel se responsabiliza pelo pagamento pontual das mensalidades, deste modo, julga plausível a inclusão de penalidades.
- **Ausência da cláusula que preveja a não realização de benfeitorias e de retenção do imóvel** – em análise a supracitada disposição Legal entendemos que encontra respaldo legal a inclusão com fulcro no art 35, não havendo, portanto nenhuma perda considerável quando da inclusão da mesma.

EM BRANCO

- **Rescisão antecipada em caso de não fornecimento de água por 24 horas** – considerando que a locatária é a responsável pelo abastecimento satisfatório da referida moradia não encontramos embasamento para a manutenção da presente cláusula, sendo tal fenômeno ressaltado pelo revezamento que atualmente está sendo aplicado a região em questão, não apresentando, portanto, cabimento fático a hipótese manifestada.

Com base no exposto, bem como no intuito de proceder de forma a satisfazer satisfatoriamente os preceitos legais que norteiam a Companhia de Saneamento, bem como pela busca da celebração de um contrato equilibrado e justo para ambas as partes, apresentamos as situações conflitantes, bem como as sugestões para o alcance do equilíbrio entre as partes. Anexamos, ainda, o modelo utilizado pela empresa prestadora de serviços para que seja feito uma análise pelo Setor competente da CASAL, a fim de que possamos chegar a melhor solução para resolução da lide.

Atenciosamente,



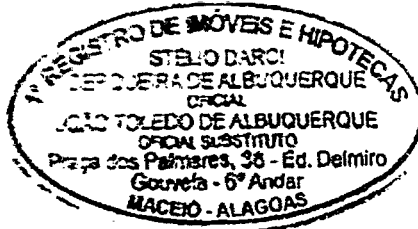
Unidade de Negócios
Departamento Administrativo Financeiro
CASAL UN-Leste - V. 11. 2145

Visto:



Judiron da Silva Pena
Engº Sanitarista e Ambiental
CREA 050759661-7 Matr. 2941
Gerente UN-Leste
Casal

EM BRANCO



ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, na forma abaixo:



SAIBAM quantos esta pública escritura de Compra e Venda virem, que aos ~~dois~~ dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez(2010), nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, República Federativa do Brasil, em meu Serviço ~~de Tabelião~~, situado na Rua Dr. Luís Pontes de Miranda, nº 42, Centro, perante mim Tabelião, compareceram partes entre e si justas e contratadas a saber: de um lado, como **OUTORGANTES VENDEDORES: LUIS TORRES DA SILVA e sua esposa QUITÉRIA ALVES DE LIMA TORRES**, brasileiros, casado pelo regime da comunhão parcial de bens em regime de bens, portador da C.I. nº 4.443-D CREAVAL, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.621.774-34, ela brasileira, de prendas do lar, portadora do RG sob o nº. 1.612.476-ESP/AL e inscrita no CPF/MF sob o nº. 036.715.104-98, residentes e domiciliados nesta cidade e do outro lado como **OUTORGADA COMPRADORA:- MAURA LÚCIA FERNANDES PENNA**, brasileira, divorciada, professora universitária, portadora do RG nº 1.565.519-SSP/PB, inscrita no CPF nº 296.415.517-87, residente e domiciliada na Rua Antonio Carlos Araújo, nº 100, Aptº 401 Cabo Branco /PB; neste ato representada por seu ~~procurador~~ procurador, **TIAGO PENNA**, brasileiro, solteiro, professor universitário, portador do RG nº 1.810.883-SSDS/PB, inscrito no CPF nº 007.912.094-66, residente e domiciliado na Av. Gustavo Paiva, 78, bloco 001, Aptº 102, Conjunto Jardim Vaticano, Cruz das Almas, nesta cidade, conforme procuração lavrada nas notas do 5º Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Tambaú, cidade de João Pessoa/PB, às fls.027, do Livro nº 030, em 07.06.2010. E, perante mim Tabelião, pelos Outorgantes Vendedores, através de seu procurador, me foi dito que a justo título são senhores proprietários e legítimos possuidores do seguinte imóvel: **APARTAMENTO Nº 105/ componente do EDIFÍCIO RESIDENCIAL "THÁSOS", situado na Rua Prefeito Abdon Aroxelas, nº 657, no bairro de Ponta Verde, nesta cidade, encravado no 1º pavimento do referido edifício, contendo os seguintes cômodos: sala de estar e jantar, varanda, circulação, 03 quartos sendo 01 suíte, wc social, cozinha e área de serviço, possuindo as seguintes Áreas: Área Privativa Equivalente- 59,75m2, Área Comum Equivalente- 27,03m2, Área Total Equivalente- 86,78m2, Fração Ideal- 0,012794; Área Privativa Real- 59,75m2, Área Comum Real- 44,18m2; Área Total Real- 103,93m2, Fração Ideal- 0,012794, com direito a uma vaga para estacionamento de veículos de porte médio/passeio; edificado em terreno que mede de frente 33,00m, limitando-se com a Rua Prefeito Abdon Aroxelas, fundo 33,00m, limitando-se 30,00m com terrenos de José Lages Filho e 3,00m com terreno de Manoel Antônio dos Santos, lado direito 40,00m, limitando-se com terreno de José Lages Filho, lado esquerdo 40,00m, limitando-se com terreno remanescente de propriedade da Cipesa. Área Total: 1.320,00m2. Imóvel esse devidamente registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca, na matrícula nº 107391, em 26.12.2003, R-2-107.391, em 21 de Julho de 2010, conforme certidão negativa de ônus arquivada nestas Notas. Pelo preço certo e ajustado de R\$ 147.500,00 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)), que a outorgante vendedora, através de seu procurador, confessa e declara ter recebido em moeda corrente brasileira, de cujo preço lhe dá plena e geral quitação, vende a outorgada compradora **MAURA LÚCIA FERNANDES PENNA**, como de fato vendido tem o descrito bem, livre e desembaraçado de ônus, dívidas e litígios de quaisquer natureza, obrigando-se e as outorgantes vendedores, através de seu procurador, por si e seus sucessores, a fazerem esta venda sempre boa, firme e valiosa e a responderem pela evicção de direito, podendo a outorgada compradora, empossar-se**

EM BRANCO

outorgada compradora, foi dito que aceita esta escritura em todos seus termos por se achar a mesma de pleno acordo com o ajustado e contratado entre si. **Certifico que o imposto sobre transmissão de imóveis, ITBI, será apresentado no ato do registro. Inscrição Imobiliária Municipal nº 29078180.** A Prefeitura Municipal de Maceió se reserva o direito de cobrar qualquer dívida que venha a ser apurada posteriormente relativa ao período que se refere à liberação do ITBI. Certifico que o referido imóvel encontra-se quite com a Fazenda Municipal, bem como com o condomínio, conforme certidão apresentada e arquivada nestas Notas. Declaram os vendedores que não estão vinculados a qualquer instituição de Previdência Social, não estando pois incursos no disposto do Decreto 356, de 07.12.91 da Lei 8.212 de **24.07.91**. As partes declaram, através deste instrumento, que dispensam a apresentação das certidões exigidas pela lei nº 7.433 de 18.12.85, enumeradas no Decreto 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, substituindo pela Certidão atualizada de inteiro teor da matrícula do imóvel, que fica arquivada nestas Notas. **EMITIDA A DOI - Declaração Sobre Operações Imobiliárias.** Assim Convencionados e Contratados, pediram que lhes lavrasse esta escritura, que lhes sendo lida, acharam conforme, e foi aceita em tudo por aquelas que, reciprocamente, outorgam e assinam. Certifico que as partes dispensam a presença de testemunhas. Eu, MARIA MADALENA PIMENTEL DE ANDRADE, escrevente autorizada, que a digitei. E eu, **CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA**, 1º Tabelião Público de Notas, a subscrevo, dato e assino em público e raso. O Tabelião Público. Maceió, 22 de Julho de 2010 (ass.): LUIS TORRES DA SILVA, QUITÉRIA ALVES DE LIMA TORRES, P.P. TIAGO PENNA, CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA. Está conforme com o próprio original a que me reporto e dou fé.

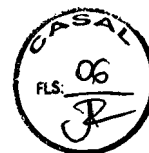
Maceió, 22 de Julho de 2010.
Em test. da verdade.

CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA
1º (Primeiro) Tabelião Público de Notas



Aux. Nº 102.217/10
1º Reg. Imóveis - Prot. Nº 342.965
Registro Geral Nº 2-R 3-107.391
30109/2010.

EM BRANCO



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: TIAGO PENNA, brasileiro, solteiro, professor universitário, inscrito no CPF sob o nº 007.912.094-66 e no RG sob o nº 1.810.883 SSDS/PB, residente e domiciliado em João Pessoa/PB.

OUTORGADO: THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP, empresa privada, devidamente inscrita no CNPJ nº 19.677.607/0001-39, sediada na Rua Doutor José Afonso de Melo, nº. 118, salas 226 e 326, edifício empresarial Harmony Trade Center, Jatiúca, CEP 57.036-510, Maceió – Alagoas, neste ato, representada por seu proprietário, Sr. THIAGO PEREIRA DANTAS, brasileiro, residente e domiciliado em Maceió – Alagoas

PODERES: Para o fim específico de administrar o imóvel de minha propriedade, podendo locá-lo a quem convier, firmar contratos, transferir locações, efetuar cobranças de aluguéis, dar e receber quitação, solicitar desocupação, providenciar reparo no bem, exercer todos os direitos e atos necessários junto a repartições públicas, representado-o, em toda e qualquer reivindicação, interpondo recurso administrativo perante o Poder Municipal e ao Conselho de Contribuintes, fazer deduções provenientes de eventuais despesas judiciais, extrajudiciais e comuns de reparação do bem, sempre fiel ao cumprimento do presente mandato podendo, inclusive, substabelecer. Outorga ainda, poderes para representa-lo em juízo, em seu nome nas ações que tenham por objeto obrigações e direitos decorrente dos contratos de locações em relação aos imóveis administrados pelo outorgado. xxxxxxxxxxxxxx

Imóvel objeto da locação: Apartamento nº 105, componente do Edifício Thasos, situado na rua Prefeito Abdon Arroxelas, 657, bairro Ponta Verde, nesta cidade.

Maceió, 27 de abril de 2015.


TIAGO PENNA

EM BRANCO



1º Traslado de procuração pública que faz MAURA LUCIA FERNANDES

PENNA, na forma abaixo:

Saibam quantos o presente instrumento de procuração bastante virem, que aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze (10.03.2014), da era cristã, nesta Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, República Federativa do Brasil, em Cartório, à Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 2640 - Tambauzinho, perante a Tabeliã que esta subscreve, compareceu como Outorgante: **MAURA LUCIA FERNANDES PENNA**, brasileira, divorciada, professora universitária, com CPF nº 296.415.517-87, RG. nº 1168519-SSP/PB, residente e domiciliada na Rua Antônio Carlos Araújo, nº 100, Ap. 401 - Cabo Branco, nesta Capital, reconhecida como a própria pela Tabeliã e consoante documentos apresentados e me foi dito pela Outorgante que nomeava e constituía seu bastante Procurador: **TIAGO PENNA**, brasileiro, solteiro, professor universitário, com CPF nº 007.912.094-66, RG. nº 1.810.883-2ª Via/SSDS/PB, residente e domiciliado na Rua Antônio Gama, 126, Ap. 1603 - Expedicionários, nesta Capital, a quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para prometer venda, vender, transferir, hipotecar, permutar, administrar, transferir para si ou quem melhor lhe convier ou por quaisquer forma alienar, pelo preços, prazos e condições que ajustar o imóvel: **Apartamento de nº 105, situado na Rua Abdon Arroxelas, nº 657, Edifício Thásos - Bairro Ponta Verde, na Cidade de Maceió/AL, devidamente inscrito no Protocolo de nº 342.965, do Registro Geral nº 2-R 3-107.391, em data de 30/09/2010, do 1º Registro Geral de Imóveis de Maceió/AL, podendo receber sinal, princípio de pagamento ou total produto da venda, passar recibos e dar quitação, assinar escrituras, contratos ou instrumentos necessários de quaisquer natureza ou modalidades, transmitir posse, ação, domínio e direito, responder pela evicção de direitos, representá-la perante às repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas em geral, Prefeitura Municipal, nos Cartórios de Notas e Registros de Imóveis competentes, neles, apresentando e retirando documentos, fazendo e assinando requerimentos, preenchendo guias, formulários, pagando impostos, taxas e demais emolumentos, requerer alvarás, certidões, registrar, averbar, escriturar e tudo o mais praticar, dar melhor limites, características e confrontações do imóvel acima mencionado, e ainda, GERIR e ADMINISTRAR o imóvel acima mencionado, podendo dá-lo em locação, firmando contratos, com as cláusulas usuais, estipulando aluguéis, prazos, multas, recebendo depósitos e cauções; receber toda e qualquer importância a esses títulos devida, firmar recibos, dar quitações, exonerar e acordar; notificar inquilinos. requerer despejos; cobrar e receber o que lhe seja devido; ingressar em Juízo, com a cláusula AD-JUDICIA ET EXTRA, podendo constituir advogados; requerer ações executivas, executar fiadores, fazer notificações, pagar impostos, reclamar contra os indevidos; agir, no Foro em geral, Procons, Decons, Curadoria do Consumidor; Juizado Especial de Pequenas Causas e em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, defender os direitos e interesses da Outorgante na esfera ADMINISTRATIVA e para o foro em geral, representá-la em audiências, assinar termos, declarações, prestar declarações necessárias, confessar, transigir, fazer acordo e firmar compromissos, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho e em cumprimento do presente mandato, cujos poderes aqui outorgados são específicos e restritos ao negócio relacionado com o imóvel mencionado neste instrumento, podendo ainda, substabelecer, no todo ou em partes, com ou sem reservas de iguais poderes. Os dados e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pela outorgante, que por eles se responsabiliza. Certifico ainda que a qualificação do Outorgado e a descrição do objeto do presente mandato foram devidamente declarados pela Outorgante, sendo desta, toda responsabilidade civil e criminal por sua inteira veracidade, devendo a prova destas declarações ser exigida diretamente pelos órgãos ou pessoas a quem este Instrumento Público interessar. E de como assim disse, me pediu e fiz lavrar o presente instrumento que li, aceitou e assina dispensada a presença das testemunhas, de conformidade com o Art. 1º do Provimento nº 03/87, da Corregedoria de Justiça do Estado da Paraíba, do que dou fé. Eu, **NENETTE ELOY DE SOUZA**, Tabeliã Pública, a fiz lavrar, subscrevo e assino. João Pessoa, 10 de março de 2014. (Ass.) **MAURA LUCIA FERNANDES PENNA**. Emolumentos R\$ 72,74 + FEPJ/MP R\$ 2,18 + Farpen R\$ 3,95 + ISS R\$ 3,63; Total R\$ 82,50. Está conforme o original, dou fé. Eu, **Nenette Eloy de Souza**, Tabeliã Pública, a fiz trasladar, subscrevo e assino.**

João Pessoa, 10 de março de 2014

Em testemunha da verdade
Tabeliã Pública do Cartório

Nenette Eloy de Souza, Tabeliã
Adriene Garibaldi Eloy S. de Pinho - Substituta
Hermes Coriolano dos Santos - Escrevente

Autêntico esta fotocópia reprodução
fiel do original. Dou fé.

João Pessoa - PB
Nenette Eloy de Souza - Tabeliã
Adriene Garibaldi Eloy S. de Pinho - Tabeliã Subst.
Hermes Coriolano dos Santos - Escrevente

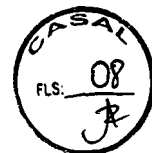


Confere com o original

Data 07/01/2015

10 MAR 2014

EM BRANCO



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: TIAGO PENNA, brasileiro, solteiro, professor universitário, inscrito no CPF sob o nº 007.912.094-66 e no RG sob o nº 1.810.883 SSDS/PB, residente e domiciliado em João Pessoa/PB.

OUTORGADO: THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP, empresa privada, devidamente inscrita no CNPJ nº 19.677.607/0001-39, sediada na Rua Doutor José Afonso de Melo, nº. 118, salas 226 e 326, edifício empresarial Harmony Trade Center, Jatiúca, CEP 57.036-510, Maceió – Alagoas, neste ato, representada por seu proprietário, Sr. THIAGO PEREIRA DANTAS, brasileiro, residente e domiciliado em Maceió – Alagoas

PODERES: Para o fim específico de administrar o imóvel de minha propriedade, podendo locá-lo a quem convier, firmar contratos, transferir locações, efetuar cobranças de aluguéis, dar e receber quitação, solicitar desocupação, providenciar reparo no bem, exercer todos os direitos e atos necessários junto a repartições públicas, representado-o, em toda e qualquer reivindicação, interpondo recurso administrativo perante o Poder Municipal e ao Conselho de Contribuintes, fazer deduções provenientes de eventuais despesas judiciais, extrajudiciais e comuns de reparação do bem, sempre fiel ao cumprimento do presente mandato podendo, inclusive, substabelecer. Outorga ainda, poderes para representá-lo em juízo, em seu nome nas ações que tenham por objeto obrigações e direitos decorrente dos contratos de locações em relação aos imóveis administrados pelo outorgado. xxxxxxxxxxxx

Imóvel objeto da locação: Apartamento nº 105, componente do Edifício Thasos, situado na rua Prefeito Abdon Arroxelas, 657, bairro Ponta Verde, nesta cidade.

Maceió, 27 de abril de 2015.


TIAGO PENNA

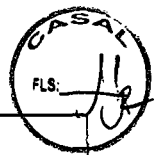
EM BRANCO

Conferir com o original
Data 19/10/2014

M. S. Silva
M. S. Silva
M. S. Silva
M. S. Silva

EM BRANCO

EM BRANCO



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Certidão Negativa de Débitos

Razão Social: - REGULAR

CNPJ : 19677607000139

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE n° 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 16:44:54 do dia 27/04/15

Válida até 26/06/2015.

Código de controle da certidão:5740-09D9-D4DC-5D45

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

EM BRANCO

IMPRIMIR

VOLTAR



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 19677607/0001-39
Razão Social: THIAGO P DANTAS ADM IMOBIL EIRELI
Endereço: RUA DOUTOR JOSE AFONSO DE MELO 118 / JATIUCA /
MACEIO / AL / 57036-510

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

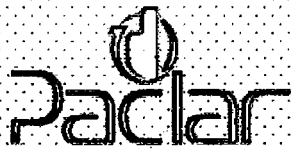
Validade: 21/04/2015 a 20/05/2015

Certificação Número: 2015042105311858691183

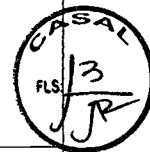
Informação obtida em 27/04/2015, às 16:43:42.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

EM BRANCO



PAC-LAR
Av. Gustavo Paiva, 2017 - Mangabeiras
MACEIÓ - AL - Cep: 57037-000
Fone: (82) 2122-6000 - Fax: (82)2122-6002
Site: www.paclar.com.br - E-mail: edinilson@paclar.com.br



Maceió-AL, 28 de abril de 2015

EDIFÍCIO RESIDENCIAL THASOS

Unidade(s): 105

DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO

Na qualidade de Administradora deste Condomínio, declaramos para os devidos fins, que essa unidade encontra-se quite com as taxas de condomínio até maio 2015.

OBS: Este documento só terá validade com a assinatura do síndico.

Lybia Pontes
Lybia Pontes
Administrativo


Marilúcia Galindo Sobral - Síndica

EM BRANCO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO THÁSOS

Aos (17) dezessete dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, às 20h00min, em segunda e última convocação, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os senhores condôminos do Edifício Thásos, situado na Rua Prefeito Abdon Arroxelas, 657 – Ponta Verde nesta cidade, inscrito sob o CNPJ 06.119.418/0001-07, presentes e representados das unidades 1007, 104, 105, 301, 302, 605, 702, 802 e 806 conforme lista de presença a qual passa a fazer parte desta Ata. Visto que todos os senhores proprietários foram convocados em tempo hábil através do Edital de Convocação com os seguintes itens na pauta: 1. ELEIÇÃO DE SÍNDICO, SUBSÍNDICO E COMISSÃO FISCAL; 2. PRESTAÇÃO DE CONTAS; 3. INADIMPLÊNCIA. No horário já mencionado foi declarada instalada a assembléia e convidado para secretariar o Sra. Adriana Guimarães da Rocha, representante da Administradora PacLar. Concluídas as formalidades legais a Sra. Renata Carvalho de Siqueira (síndica) deu início pelo segundo item da pauta distribuindo o demonstrativo da prestação de contas para os presentes e deu uma breve explanação sobre os gastos e citou as contas que tiveram redução de custos no tempo de sua gestão como as contas de celular, combustível e água. Passando para terceiro item da pauta, Sra. Renata informou o número de casos que estão inadimplentes, inclusive a posição dos casos mais críticos que estão no escritório jurídico e com a chegada da Dra. Alessandra, advogada responsável pelos casos, passou a palavra para a mesma, onde pode expor as ações que estará tomando para reduzir a inadimplência. Como não havia mais o que discutir, passando para o primeiro item da pauta, a Sra. Renata informou de sua saída pelo motivo de mudança do Estado e colocou a disposição o cargo. A Sra. Marilúcia Galindo Sobral(302) aceitou ficar no cargo de Síndica com as responsabilidades financeiras como assinar os cheques, desde que se contratasse uma empresa terceirizada para exercer como subsíndico, já que ninguém se manifestou para o cargo e para conselho fiscal foram os candidatos o Sr. Edmilson dos Santos Rodrigues(605), Sra. Meire Lopes dos Santos(802) e Sra. Ana Márcia Ribeiro Holanda(806), colocado em votação, todos concordaram e a chapa eleita nestes termos com a gestão de 02 (dois) anos. Nada mais a ser tratado, eu, Adriana Guimarães da Rocha, lavro e assino a presente ata juntamente com a síndica.

Marilúcia Galindo Sobral
Marilúcia Galindo Sobral
Síndica

Adriana G. da Rocha
Adriana Guimarães da Rocha
Secretária

DOCUMENTO FINALIZADO



4º OF. DE NOTAS E 1º RTDPJ DE MACEIÓ
Beco São José, 101 - Centro - Maceió - AL
Fones: (82) 3221-1725 / (82) 3223-3568

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº 6298674
O QUE CERTIFICO E DOU FÉ.

Adriana

* DOCUMENTO ARQUIVADO ELETRONICAMENTE *

Maceió-AL, 17 de Dezembro de 2013



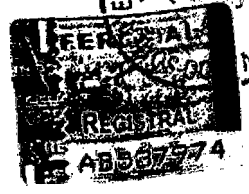
Reconheço a(s) firma(s) *Marilúcia Galindo Sobral, deu*

Em test.º *SA* da verdade.
Maceió (Al), *SA*

23 DEZ 2013

Bel. Luiz Paulo Falcão de Machado - Tabelião
Daniel Feres Gonçalves - Substituto
Mª Jose de Souza Santos Cordeiro - Escrevente
Mizan L. M. Omenauro Peas - Escrevente
Ana Paula de Mendonça - Escrevente

Bel. Luiz Paulo Falcão de Machado
4º Tabelião P. Público e Oficial de Registro de Imóveis e Cartório de Notas e Outras Papeis
Rua Emurço, nº 1011165
Maceió-AL CEP 57030-220
Tabelião



EM BRANCO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS
Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL
CÍVEL - PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO Nº: 001474932

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

THIAGO DANTAS NEGOCIOS IMOBILIARIO, vinculado ao CNPJ: 19.677.607/0001-39 *****

nos registros de distribuição mantidos a partir do ano de 2008 de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento nas unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o § 1º do art. 8º da Resolução 121/2010 do CNJ.

Observações:

1. Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.
2. Não existe conexão com o Sistema PROJUDI dos Juizados Especiais e com o Sistema de Automação da Justiça do 2º Grau.
3. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, segunda-feira, 27 de abril de 2015 às 16h25min.

PEDIDO Nº: **001474932**

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: THIAGO P. DANTAS ADMINISTRACAO IMOBILIARIA EIRELI - EPP
CNPJ: 19.677.607/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

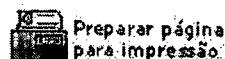
Emitida às 16:19:52 do dia 27/04/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/10/2015.

Código de controle da certidão: **E68E.3828.11F0.CF77**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



EM BRANCO



**ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**RESOLUÇÃO DE DIRETORIA
Nº 11/2004**

A Diretoria da Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas – CASAL, no uso de suas atribuições estatutárias e,

CONSIDERANDO:

Que as alterações introduzidas na Estrutura Organizacional da CASAL resultaram em:

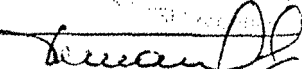
- a) Aumento considerável da área de atuação das Gerências Regionais;
- b) Sensível incremento nas ações de representação da CASAL junto a entidades públicas e privadas;
- c) Deslocamentos constantes em objeto de serviço entre os municípios inseridos na sua área de abrangência;

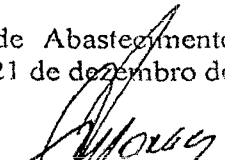
RESOLVE :

- 1) Determinar que os Gerentes Regionais farão jus, enquanto permanecerem no exercício dessa função, a:
 - a) Veículo de 04 (quatro) portas, com ar condicionado, motor 1.6;
 - b) Imóvel locado pela CASAL para sua residência, desde que, deixando seu domicílio, passe a residir na sede da Gerência.


Esta Resolução entra em vigor a partir de 01/01/2005, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Diretoria da Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas – CASAL, Maceió/AL, em 21 de dezembro de 2004.


FERNANDO DE SOUZA
Diretor Presidente


JOSÉ RUBENS DE MORAES
Diretor de Planejamento


FRANCISCO DAS CHAGAS DANTAS
Diretor Financeiro


VORNEI MENDES
Diretor Administrativo

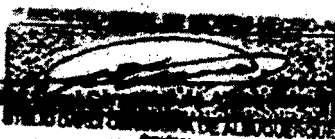

JOSÉ MÁRIO DO NASCIMENTO
Diretor Comercial


WALACE PADILHA DOS SANTOS
Diretor de Operação

EM BRANCO



DATA



MATRÍCULA

107391

FICHA

01

Maceió, 26 de dezembro de 2003

IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 106, componente do EDIFÍCIO RESIDENCIAL "THÁSOS", situado na Rua Prefeito Abdon Arroxelas, nº 657, no bairro de Ponta Verde, nesta cidade, encravado no 1º pavimento do citado edifício, contendo os seguintes cômodos: sala de estar e jantar, varanda, circulação, 03 quartos sendo 01 suíte, wc social, cozinha e área de serviço, possuindo as seguintes Áreas. Área Privativa Equivalente- 59,75m², Área Comum Equivalente- 27,03m², Área Total Equivalente- 86,78m², Fração Ideal- 0,012794; Área Privativa Real- 59,75m², Área Comum Real- 44,18m², Área Total Real- 103,93m², Fração Ideal- 0,012794, com direito a uma vaga para estacionamento veículo de porte médio/passeio; edificado em terreno que mede de frente 33,00m, limitando-se com a Rua Prefeito Abdon Arroxelas, fundo 33,00m, limitando-se 30,00m com terrenos de José Lages Filho e 3,00m com terreno de Manoel Antônio dos Santos, lado direito 40,00m, limitando-se com terreno de José Lages Filho, lado esquerdo 40,00m, limitando-se com terreno remanescente de propriedade da Cipesa. Área Total: 1.320,00m².

PROPRIETÁRIA: CIPESA- ENGENHARIA S/A, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 12.272.753/0001-35.

REGISTRO ANTERIOR: Livro 02, Registro Geral, ficha 01, Matrícula nº 93.208, em 22.09.1999 e Averbação de Construção AV.7-93.208 em 26.12.2003.

Maceió, 26 de dezembro de 2003. Eu, *Deiana dos Santos* escrevente a digitei. O

OFICIAL

1153.1209

AV 1-107.391 - Protocolo nº 339.243 - (MUDANÇA DA RAZÃO SOCIAL) - Certifico a requerimento datado de 12.07.2010, feito por C ENGENHARIA S.A, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 12.272.753/0001-35, representada no ato por seus procuradores: Gerdson Santos, e José Correia Barreto, conforme procuração arquivada neste registro, para fazer constar a alteração da razão social da CIPESA ENGENHARIA S/A para C ENGENHARIA S.A, conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 17.01.2008 registrada na JUCEAL sob nº 27600111515 em 23.01.2008. Tudo de acordo com os documentos arquivados neste registro. Maceió, 21 de julho de 2010. Escrevente Autorizado: *Adriana de Paula*

1-107.391 - Protocolo nº 338.911 - (COMPRA E VENDA) - **ADQUIRENTE:** LUIS TORRES DA SILVA, brasileiro, engenheiro, CI nº 4.443-D CREA/AL e CPF nº 505.621.774-34, casado pelo regime de comunhão parcial de bens com QUITÉRIA ALVES DE LIMA TORRES, brasileira, de prendas do lar, CI nº 1.612.476-SSP/AL e CPF nº 036.715.104-98, residentes nesta cidade. **TRANSMITENTE:** C ENGENHARIA S/A, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ nº 12.272.753/0001-35, representada neste ato seu procuradores, Hamilton Gomes, brasileiro, casado, contador, CPF nº 240.615.654-00, e Renato Soares de Freitas, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº 769.953.806-49, conforme procurações lavradas no Cartório do 4º Ofício da Capital, no livro 324, às fls.40/40v, 08.01.2009 e no livro 305, às fls. 29/29v, datada de 11.02.2008, respectivamente, que fica arquivada nas notas do 1º Ofício da Capital. **ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA**, lavrada em 30.06.2010, no 1º Ofício de Notas e Protestos da Capital, no livro nº 589, fls.090. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 46.938,32 (quarenta e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos), pagos anteriormente. Foi pago na Prefeitura Municipal de Maceió, o imposto sobre transmissão de imóveis, conforme guia de ITBI nº 8543/2010, anexa a escritura. Da escritura consta que o imóvel está quite com a municipalidade, bem como com o condomínio; a vendedora

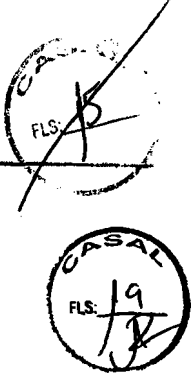
CERTIDÃO DE ÔNUS REAIS

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica da ficha a que se refere, conforme seu teor, de acordo com o Art. 103, I, do Lei nº 8.933 de 14 de novembro de 1994.

EM BRANCO

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ - AL.



MATRÍCULA 107391 FICHA 01 VERSÃO

97277

apresentou a CND do INSS sob nº 105302010-02001030, emitida em 19.04.2010, bem com apresentou a CND da Receita Federal, que ficam arquivadas naquela notas; as partes declara através deste instrumento que dispensam a apresentação das certidões exigidas pela Lei nº 7.433 de 18.12.85, enumeradas no Decreto 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados substituindo pela certidão atualizada de inteiro teor da matrícula do imóvel que fica arquivada naquelas notas. Maceió, 21 de julho de 2010. Escrevente Autorizado:

Maura de Maura Penna

R.105 F. 211

102.112

R.3-107.391 - Protocolo nº 342.965 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: MAURA LÚCIA FERNANDES PENNA, brasileira, divorciada, professora universitária, RG nº 1.168.519-SSP/PB. CPF nº 296.415.517-87, residente em Cabo Branco/PB, neste ato representada por seu bastante procurador, Tiago Penna, brasileiro, solteiro, professor universitário, CPF nº 007.912.094-66 residente nesta cidade, conforme procuração lavrada nas notas do 5º Ofício de Tambaú na cidade de João Pessoa/PB, às fis.027, do livro 030, em 07.08.2010. TRANSMITENTES: LUIS TORRES D. SILVA e sua esposa QUITÉRIA ALVES DE LIMA TORRES, brasileiros, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, ele engenheiro, CI nº 4.443-D CREA/AL e CPF nº 505.621.774-34, ela brasileira, de prendas do lar, CI nº 1.612.476-SSP/AL e CPF nº 036.715.104-98, residentes nesta cidade. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, lavrada em 22.07.2010, no 1º Ofício de Notas e Protestos da Capital, no livro nº 589, fis.166. VALOR DO CONTRATO: R\$ 147.500,00 (cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais). Foi pago na Prefeitura Municipal de Maceió, imposto sobre transmissão de imóveis, conforme guia de ITBI nº 10449/2010, anexa a escritura. Da escritura consta que: o imóvel está quite com a municipalidade e com o condomínio; declaram o vendedores que não estão vinculados com a qualquer instituição de previdência social, não estando pois incursos no disposto do Decreto 356 de 07.12.91 e Lei 8.212 de 24.07.91; as partes declaram através deste instrumento que dispensam a apresentação das certidões exigidas pela Lei nº 7.433 de 18.12.85, enumeradas no Decreto 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, substituindo pela certidão atualizada de inteiro teor da matrícula do imóvel que fica arquivada naquelas notas. Maceió, 30 de setembro de 2010. Escrevente Autorizado:

Maura de Maura Penna

R.101 F. 138

CERTIDÃO DE ÔNUS REAIS

Certifico e dar fé que a presente cópia é reprodução, autêntica do fiche a que se refere, arquivada nos termos do Art. 1º da Lei Nº 8.015, de 31 de dezembro de 1973. Maceió, 30 de Setembro de 2010.

Luiz Gustavo Fernandes Xavier Escrevente Autorizado

EM BRANCO

CASA
FLS: 10

CASA
FLS: 20
R

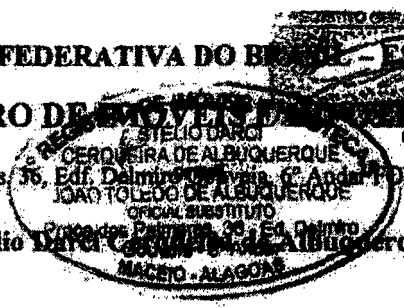


REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE ALAGOAS

1º REGISTRO DE IMOVENS DA COMARCA DE MACEIÓ

Praça dos Palmares, 36, Edif. Dalmiro de Almeida Leal, FONE: (0XX32-223-4425)

OFICIAL: Stélio Daltro Cerqueira de Albuquerque



Protocolo Auxiliar: 102.217/2010

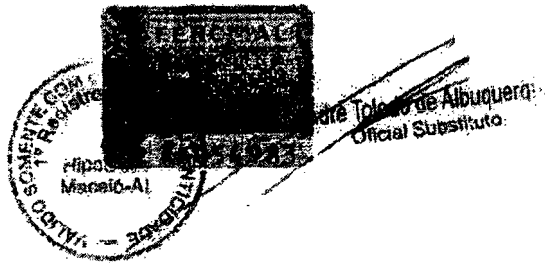
CSA

R 1601 F 478

Protocolo Geral N.º 342.965 - Página: 080v - Livro: 1-BF em 24.09.2010. Certifico e dou fé, que registrei no Registro Geral, livro 02, ficha 01, matrícula nº 107.391 a ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, lavrada em 22.07.2010, no 1º Ofício de Notas e Protestos da Capital, no livro nº 589, fls.166, referente ao APARTAMENTO Nº 105, do EDIFÍCIO RESIDENCIAL "THASOS", situado na Rua Prefeito Abdon Arroxelas, nº 657, no bairro de Ponta Verde, nesta cidade, conforme R.3-107.391, em 30.09.2010.

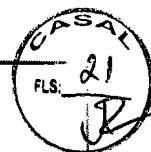
Emolumentos: R\$ 2.873,70

Maceió, 30 de setembro de 2010.



Livro 05 - Indicador Pessoal
Ficha nº 691
Ficha nº 506
Ficha nº 465
Ficha nº

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND 26964 / 2015

Tipo do Contribuinte

Contribuinte Geral - Pessoa Jurídica

Inscrição: 490535696

Identificação: 490535696

Contribuinte THIAGO P. DANTAS ADMINISTRACAO IMOBILIARIA EIRELI - EPP	C.N.P.J./C.P.F. 19677607000139	Situação Cadastral Aprovado
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	---------------------------------------

Logradouro / Número / Complemento / CEP / Edifício / Loteamento
 RUA. DR. JOSE AFONSO DE MELO, Nº: 118, SALA 226, EDF. HARMONY TRADE CENTER
 57036510,
 Quadra: , Lote:, Loteamento:

Bairro: JATIUCA **Cidade:** MACEIO

Data Expedição 14/04/2015	Validade 12/08/2015	Nº Protocolo 0	Data Protocolo 14/04/2015
-------------------------------------	-------------------------------	--------------------------	-------------------------------------

Area do Terreno: 0,00 0,00

N.º De Autenticidade: 55D.154.8D2.A78

Certificamos, com fundamento nas informações exaradas no processo Administrativo acima indicado, e as constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao contribuinte/imóvel acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

Certidão emitida as 14:57:37 do dia 14/04/2015
 A autenticidade desta certidão pode ser confirmada na pagina da Secretaria de finanças,
 no endereço: <http://www.smf.maceio.al.gov.br> ou na própria Secretaria de Finanças.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão

Observação:

EM BRANCO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS
Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL
EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL/ESTADUAL

CERTIDÃO Nº: 001474940

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela Internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

THIAGO DANTAS NEGOCIOS IMOBILIARIOS, vinculado ao CNPJ: 19.677.607/0001-39 *****

nos registros de distribuição mantidos a partir do ano de 2008 de AÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS ESTADUAIS E EXECUÇÕES FISCAIS MUNICIPAIS em andamento nas unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o § 1º do art. 8º da Resolução 121/2010 do CNJ.

Observações:

1. Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.
2. Não existe conexão com o Sistema PROJUDI dos Juizados Especiais e com o Sistema de Automação da Justiça do 2º Grau.
3. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, segunda-feira, 27 de abril de 2015 às 16h29min.

PEDIDO Nº: **001474940**


EM BRANCO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS
Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL
CRIMINAL - PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO Nº: 001474937

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, anteriores, verifiquei **NÃO CONSTAR** distribuições em nome de:

THIAGO DANTAS NEGOCIOS IMOBILIARIOS, vinculado ao CNPJ: 19.677.607/0001-39 *****

nos registros de distribuição mantidos a partir do ano de 2008 de **AÇÕES CRIMINAIS** em andamento com condenação transitada em julgado, de **EXECUÇÕES PENAIS** definitivas nas unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o § 1º do art. 8º da Resolução 121/2010 do CNJ.

Observações:

1. Nos termos da Resolução nº 121 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ a certidão judicial criminal será negativa:

I - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida.

II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado.

III - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.

2. Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do **NOME/RAZÃO SOCIAL** com o CPF/CNPJ.

3. Não existe conexão com o Sistema PROJUDI dos Juizados Especiais e com o Sistema de Automação da Justiça do 2º Grau.

4. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, segunda-feira, 27 de abril de 2015 às 16h28min.

PEDIDO Nº: 001474937


EM BRANCO

Faturas da UC: 7990030

[x] Sair



Unidade Consumidora

7990030

Endereço

R PREF ÁBDON ARROXELAS, 657 , AP 0105 - PONTA VERDE

Nome do Cliente

TIAGO PENNA

Mês de Faturamento	Data de Vencimento	Valor	Situação
03/2015	12/04/15	R\$ 96,95	PAGO
02/2015	12/03/15	R\$ 88,33	PAGO
01/2015	12/02/15	R\$ 97,51	PAGO
12/2014	15/01/15	R\$ 51,88	PAGO
11/2014	15/12/14	R\$ 53,17	PAGO
10/2014	15/11/14	R\$ 52,26	PAGO
09/2014	15/10/14	R\$ 52,24	PAGO
08/2014	15/09/14	R\$ 39,44	PAGO
07/2014	15/08/14	R\$ 40,63	PAGO
06/2014	15/07/14	R\$ 40,43	PAGO
05/2014	15/06/14	R\$ 39,89	PAGO
04/2014	15/05/14	R\$ 39,97	PAGO
03/2014	15/04/14	R\$ 38,26	PAGO
02/2014	15/03/14	R\$ 38,33	PAGO
01/2014	15/02/14	R\$ 40,13	PAGO
12/2013	10/02/14	R\$ 121,04	PAGO
11/2013	29/11/13	R\$ 114,90	PAGO
10/2013	23/10/13	R\$ 98,42	PAGO
09/2013	23/09/13	R\$ 101,91	PAGO
08/2013	23/08/13	R\$ 90,40	PAGO
07/2013	23/07/13	R\$ 98,54	PAGO
06/2013	23/06/13	R\$ 79,42	PAGO
05/2013	23/05/13	R\$ 104,16	PAGO

EM BRANCO



R\$ 1.300

Teixeira corretor
Última atividade: Ontem, ver anúncios
(82) 9633 9837
Ao ligar, diga que viu o anúncio na OLX

Mensagem

Nome

E-mail

Telefone (Opcional)

Enviar e-mail

Envio de um e-mail você aceita nossos Termos

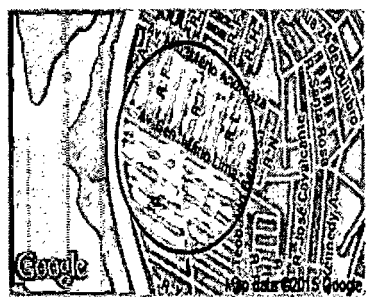
Quartos:
2

Metros quadrados:
70

Excelente AP com armários, na cozinha e quartos, área de lazer com piscina, 1 vaga de estacionamento, preço já inclui iptu e condomínio.

Localização

Maceió, AL
Ponta Verde
Avenida Doutor José Sampaio Luz



Ver mapa maior

Dicas de Segurança

- Verifique o estado de conservação
- Visite o imóvel antes de fechar o negócio
- Consulte se há pendências financeiras

EM BRANCO



R\$ 1.200

Alvim Jr
Usuário desde: 09/2011, ver: anuncios
(82) 9329-2477
Ao ligar, diga que viu o anúncio na OLX

Mensagem

Nome

E-mail

Telefone (Opcional)

Enviar e-mail

Envando um e-mail você aceita nossos Termos

Quartos:
3

Metros quadrados:
100

Edifício com revestimento em textura, primeira quadra do mar de Ponta Verde. Próximo a restaurantes e bares da orla.
A descrição do apartamento e a seguinte: Com 100m² sendo três quartos um com vista pro mar, WC social, sala, varanda, vista pro mar, cozinha com armário, área de serviço, WC serviço com uma vaga de garagem. Valor do aluguel incluso o condomínio.

Localização

Maceió, AL
Ponta Verde
Rua Desp. Humberto Guimarães

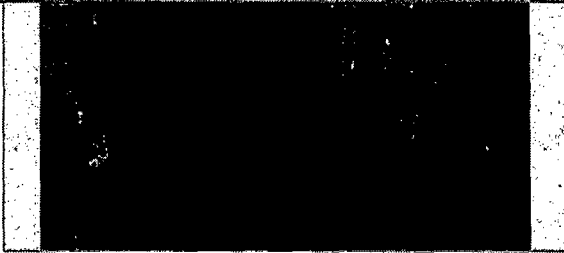
Compartilhar Tweetar Compartilhar Adicionar aos Favoritos Denunciar

Dicas de Segurança

- Verifique o estado de conservação
- Visite o imóvel antes de fechar o negócio
- Consulte se há pendências financeiras

Quem viu este anúncio viu também:

EM BRANCO



R\$ 1.400



GERALDO TENÓRIO
CORRETOR

Usuário desde: 10/2011, ver anúncios

(82) 9954 3489

Ao ligar, diga que viu o anúncio na OLX

Mensagem

Nome

E-mail

Telefone (Opcional)

Enviar e-mail

Enviando um e-mail você aceita nossos Termos

Quartos:

1

Metros quadrados:

45

ALUGO Ed. Ametista 4, Apartamento, Quarto/Sala, nascente, 1 vaga de garagem, piscina, gerador, guarita, 2 elevadores, salão de festas.

Próximo de bares, restaurantes, mercados, na melhor moradia de Maceió: PONTA VERDE!!!

apartamento mobiliado com Armários , box de vidro e guarda-roupas.

Vaga na garagem no sub solo, piscina, churrasqueira, elevador, gerador, salão de festa.

Apartamento novo, 100% Nascente!!!

Valor do Aluguel inclui: Água, limpeza externa, e condomínio com portaria 24 hrs.

Características: Churrasqueira, piscina, salão de festas, porteiro 24h

Localização

Maceió, AL

Ponta Verde

Rua Senador Rui Palmeira Ponta Verde



Ver mapa maior

Compartilhar Tweetar Compartilhar

Adicionar aos Favoritos


Denunciar

Dicas de Segurança

- Verifique o estado de conservação
- Visite o Imóvel antes de fechar o negócio
- Consulte se há pendências financeiras



EM BRANCO



**CONTRATO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL
QUE ENTRE SI FAZEM O SR. HELENO
LOPES E O SR. [XXX]**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado:

[XXX], brasileira, alagoana, casada(o), [PROFISSAO], portadora da RG n.º [XXX], SSP/AL, inscrita no CPF sob o n.º [XXX], residente e domiciliada na Rua [XXX] Maceió/AL, no bairro de [XXX], Maceió/AL, doravante designado **LOCADOR**,

e, de outro lado,

HELENO LOPES, brasileiro, [ESTADO CIVIL], [PROFISSAO], portadora da RG n.º 833726, SSP/AL, inscrito no CPF sob o n.º 283.865.448-99, e sua esposa, [XXX], brasileira, alagoana, casada(o), [PROFISSAO], portadora da RG n.º [XXX], SSP/AL, inscrita no CPF sob o n.º [XXX], ambos residentes e domiciliados na Rua Cirilo de Castro, n.º 25, Levada, Maceió/AL, doravante designado(s) **LOCATÁRIO(S)**,

LOCATÁRIO(S) e **LOCADOR** serão em conjunto e para um só efeito denominados como **PARTES**.

As **PARTES** têm entre si, justo e acertado, de comum acordo, celebrar o presente **CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL** e outras avenças que se regerá pelo disposto nas cláusulas e condições abaixo evidenciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da locação ora acordada a unidade imobiliária de propriedade do **LOCADOR**, **apartamento 502 do Edifício Vernazza**, situada na rua Paulina Maria Mendonça, n.º 184, Mangabeiras, Maceió/AL, CEP.: 57.037-600 **parcialmente mobiliada** em perfeitas condições de uso, habitabilidade e limpeza, conforme laudo de vistoria em anexo (Anexo I), que rubricado pelas **PARTES**, desde logo faz parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO DOCUMENTO INTEGRANTE DO CONTRATO

2.1 Faz parte integrante e inseparável do presente contrato, como se neste estivesse transcrito, o seguinte documento rubricado pelas **PARTES**, cujo inteiro teor estas declaram ter pleno conhecimento:

a) *Laudo de vistoria do imóvel locado com descrição dos móveis e utensílios que o guarnecem (Anexo I);*

2.2 Em caso de dúvida ou divergência entre o documento integrante e este contrato, prevalecerá este último.

2.3 O documento referido na presente cláusula é considerado suficiente para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão e intenção, e desta forma reger a execução adequada do objeto contratado.

EM BRANCO

2.4 A partir da assinatura deste contrato, a este passam a ser aplicáveis todos os termos e condições de aditamento que vierem a ser celebrados, e que importem em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observados os limites e as formalidades legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O presente contrato terá validade por um prazo de **[xxx]** meses, a contar da data da sua assinatura, abaixo evidenciada, iniciando-se a presente locação em **[xxx]** e encerrando-se em **[xxx]**, data em que o imóvel deverá ser restituído ao **LOCADOR** nas mesmas condições de limpeza, conservação e funcionamento que fora recebido.

3.2 Findo o prazo contratual, caso o(s) **LOCATÁRIO(S)** permaneça(am) no imóvel sem que tenha havido acordo para a recontratação da locação, fica acertado que haverá revisão do valor do aluguel, a preço de mercado, mediante avaliação realizada por profissionais indicados pelo **LOCADOR**, que vigorará até a sua efetiva desocupação, permanecendo íntegras as demais cláusulas, sendo que tal procedimento não retira do **LOCADOR** o direito de retomada do imóvel.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

4.1 O(s) **LOCATÁRIO(S)** pagará(ão) ao **LOCADOR**, no 5º (quinto) *dia de cada mês*, a título de aluguel mensal convencionado entre as partes, a importância líquida de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**;

4.2 O pagamento do aluguel, referido no item anterior, será realizado por meio de depósito bancário em conta corrente de livre movimentação do **LOCADOR** de n.º **XXXXX**, do Banco **XXXXX**, Agência **XXXX**, ficando desde já convencionado que, se o pagamento for efetuado através de cheque, a quitação dada por RECIBO ou COMPROVANTE DE DEPÓSITO, só valerá após a confirmação do saldo pela Câmara de Compensação de Cheques.

4.3 O(s) **LOCATÁRIO(S)** também será(ão) inteira, solidaria e integralmente responsável(eis) pelas as despesas de condomínio, IPTU, taxa de bombeiros, seguro contra fogo contratado pelo **LOCADOR** e quaisquer outros encargos que incidam ou venham sobre o imóvel ora locado, bem como os valores atinentes ao consumo de água, luz e força, foro (se houver).

4.4 O aluguel acima pactuado será reajustado, automaticamente, na periodicidade mínima determinada pela legislação vigente à data de sua celebração, aplicando-se o índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), ou ainda, na ausência deste, por outro índice acordado entre as partes, que reflita a variação dos preços no período de reajuste.

4.5 Se, em virtude de lei subsequente, vier a ser admitida a correção do valor do aluguel em periodicidade inferior à prevista na legislação vigente à época da celebração do presente contrato, concordam as partes, desde já, e em caráter irrevogável, que a correção do aluguel passará automaticamente a ser feita no menor prazo que for permitido pela lei posterior.

4.6 Havendo recrudescimento do processo inflacionário, alterando-se a comutatividade

EM BRANCO

das obrigações avençadas, implicando excessiva onerosidade para uma das partes, contratantes desde já acordam rever os valores pactuados a título de aluguel, com variação que reflita a evolução dos custos e insumos no mercado.

4.7 Ocorrendo atraso de pagamento de parcelas contratuais, bem como sobre restituições de valores retidos indevidamente, indenizações e demais valores não liquidados pelas **PARTES** até o vencimento, aos valores devidos serão acrescidos juros moratórios na base de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data de vencimento até a data da efetiva liquidação do débito, acrescendo-se multa única de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor total devido.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESTINAÇÃO

5.1 O imóvel objeto desta locação destina-se exclusivamente ao **uso residencial** do(s) **LOCATÁRIO(S)** e de sua família.

5.2 É expressamente vedado aos **LOCATÁRIO(S)** sublocar o imóvel, no todo ou em parte, cedê-lo a terceiros, seja a título gracioso ou oneroso, transferir e/ou ceder o presente instrumento ou dar ao imóvel destinação diversa prevista neste contrato, sem prévia anuência do **LOCADOR** ou seu representante legal, sob pena de imediata rescisão contratual.

5.3 Sob nenhuma hipótese, poderá(o) o(s) **LOCATÁRIO(S)** manter no imóvel locado depósito de explosivos ou substâncias corrosivas, bem assim outros produtos ou bens de caráter tóxico, insalubre, ilícito ou entorpecentes de qualquer natureza, sob pena de descumprimento contratual e aplicação de multa.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 O(s) **LOCATÁRIO(S)** obriga(m)-se pelo pontual pagamento do valor ajustado, na data de vencimento estipulada no item 4.1, supra, sob pena de aplicação do disposto no item 4.7 supra.

6.2 Obriga(m)-se ainda o(s) **LOCATÁRIO(S)** a proceder aos pagamentos relativos ao condomínio, às contas de energia elétrica, IPTU, taxa de bombeiros, foros (se houver) consumo de água, telefone e gás etc., desde que tais consumos tenham ocorrido em vigência da locação ora convencionada e a apresentá-los, mensalmente ao **LOCADOR** quando por esta solicitado;

6.3 Também é obrigação do **LOCATÁRIO(S)**: 1) Conservar o imóvel em perfeitas condições de higiene e limpeza, inclusive suas instalações de segurança, hidráulicas, elétricas e sanitárias, seus acessórios e pertences, sendo certo que todos os consertos e reparos necessários ao uso e conservação do imóvel serão realizados às expensas do(s) **LOCATÁRIO(S)**; 2) promover a transferência da titularidade para o seu nome perante a concessionária de energia elétrica;

6.4 O(s) **LOCATÁRIO(S)** obriga(m)-se a não alterar as características do imóvel locado, e não fazer qualquer obra necessária, útil ou voluptuária, sem a prévia e expressa anuência do **LOCADOR**.

EM BRANCO

6.5 Fica convencionado que todas as benfeitorias, sejam necessárias, úteis ou voluptuárias uma vez realizadas no imóvel locado, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem que ao(s) **LOCATÁRIO(S)** assista(m) qualquer direito de indenização ou retenção do imóvel. Não obstante, será facultado ao **LOCADOR** receber o imóvel, quando finda ou rescindida a locação, livre de qualquer modificação do seu estado primitivo.

6.6 Obriga(m)-se o(s) **LOCATÁRIO(S)**, quando da devolução do imóvel, a entregá-lo nas mesmas condições de uso e habitabilidade que o recebeu, nos termos constantes do Laudo de Vistoria - Anexo I, devendo, também, nesta ocasião, apresentar todas as quitações atinentes ao consumo de luz e força, despesas ordinárias de condomínio, seguro contra fogo contratado pelo **LOCADOR**, taxa de bombeiros, imposto predial e demais encargos de responsabilidade do(s) **LOCATÁRIO(S)**.

6.7 Obriga(m)-se o(s) **LOCATÁRIO(S)** a dar imediato conhecimento ao **LOCADOR**, de toda e qualquer intimação advinda de autoridades públicas, endereçadas ao imóvel, bem como cumprir as exigências dos Poderes Públicos independentemente de ter dado causa à requisição, o que não constituirá motivo para a rescisão deste contrato;

6.8 Na ocorrência de danos ao imóvel locado, durante a vigência do presente instrumento, o(s) **LOCATÁRIO(S)** obriga(m)-se a proceder ao conserto ou substituição da(s) parte(s) danificada(s), por outra(s) de igual valor, qualidade e marca;

6.9 Obriga(m)-se o(s) **LOCATÁRIO(S)**, seus empregados e visitantes a observar a Convenção de Condomínio, bem como o Regulamento Interno, ambos vigentes ou posteriormente adotados pelo respectivo condomínio;

6.10 Obriga(m)-se o(s) **LOCATÁRIO(S)** a não praticar e nem permitir que se pratique no imóvel locado quaisquer atos ou atividades que ameacem a saúde, o bem-estar, o sossego e a segurança das unidades vizinhas ou contíguas e seus moradores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA NOVAÇÃO

7.1 A abstenção das **PARTES** ao exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam, pela lei ou por este contrato, bem como a tolerância com atrasos no cumprimento de quaisquer obrigações, não constituirão novação ou procedimento invocável pela outra parte, nem afetarão tais direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUCESSÃO

8.1 O presente contrato obriga as **PARTES** por si e seus sucessores, e, em caso de sucessão, sub-roga-se a **PARTE** sucessora em todos os direitos e obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 O(s) **LOCATÁRIO(S)**, unilateralmente, poderá(ão) denunciar o presente contrato, independentemente de motivo, bastando para tanto a comunicação, expressa e por escrito, ao **LOCADOR**, de sua intenção, com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência.

EM BRANCO

9.2 O **LOCADOR** também poderá considerar rescindido de pleno direito o presente contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial prévio, na ocorrência das hipóteses abaixo:

- a) *Descumprimento ou cumprimento irregular das obrigações legais e contratuais assumidas pelo(s) **LOCATÁRIO(S)**;*
- b) *Por impossibilidade superveniente, objetiva, total e definitiva, de ser cumprida a obrigação básica do presente instrumento e ocasionada por motivo de caso fortuito ou força maior;*
- c) *Ocorrendo qualquer sinistro, incêndio ou algo que venha a impossibilitar a posse do imóvel, independente de dolo ou culpa do(s) **LOCATÁRIO(S)**; bem como quaisquer outras hipóteses que maculem o imóvel de vício e impossibilite sua posse;*
- d) *Nos demais casos previstos em Lei.*

9.3 Da dissolução prevista nos itens 9.1 e 9.2 caberão direitos indenizatórios ao **LOCADOR**, no valor correspondente a 03 (três) aluguéis vigentes, a título de multa penalitencial, devendo as partes cumprir as suas obrigações até o final do prazo referido nesta cláusula, sem prejuízo dos créditos adquiridos ou por adquirir até o final do período notificado e pré-avisado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA LOCATÍCIA (CAUÇÃO)

10.1 O(s) **LOCATÁRIO(S)**, concorda(m) desde já, em depositar a título garantia locatícia, a caução no valor de **R\$ [XXX]**, equivalente a **03 (três) meses** de aluguel. O depósito será feito em conta-poupança em nome do **LOCADOR**, a ser aberta no primeiro dia útil subsequente à assinatura do presente contrato.

10.2 O valor da caução será usado em todas as hipóteses as quais se farão necessários recursos provenientes do(s) **LOCATÁRIO(S)**, notadamente quando houver atraso de aluguel e acessórios da locação, bem como para sanar quaisquer danos ocasionados ao imóvel ou ainda para pagamento de quaisquer multas ou penalidades. Finda a locação com a concretização da entrega das chaves e observados o cumprimento das obrigações do(s) **LOCATÁRIO(S)** constantes neste contrato o valor depositado será devolvido com os rendimentos que foram apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O(s) **LOCATÁRIO(S)**, desde logo faculta(m) ao **LOCADOR** e/ou a seus representantes legais examinar ou vistoriar o imóvel objeto do presente instrumento, bem como permitir que interessados o visitem, em dia e hora previamente comunicado.

11.2 Fica estipulada a multa no valor correspondente a 03 (três) aluguéis, aplicável à parte que infringir qualquer cláusula deste contrato ou obrigação legal, ressalvada a obrigação de pagamento para a qual já existem os consectários aplicáveis.

11.3 No caso de desapropriação do imóvel locado, ficará ao **LOCADOR** livre de todas as cláusulas deste contrato, ressalvado ao(s) **LOCATÁRIO(S)** tão somente a faculdade de haver do Poder expropriante a indenização a que, porventura, tiverem direito.

EM BRANCO



11.4 A presente locação é expressamente regida pela Lei nº 8.245, de 18.10.91 e pelo Código Civil Brasileiro no que couber a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 Fica eleito, de maneira definitiva, o foro da comarca da capital do Estado de Alagoas como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígios decorrentes do presente Contrato de Locação. As partes ora contratantes, por via de consequência, declaram e renunciam expressamente a qualquer outro Foro por mais especial e/ou privilegiado que seja ou venha a ser, ainda mesmo em se verificando a hipótese de mudança dos seus respectivos domicílios.

E por estarem assim justos e contratados, firmam todos o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e finalidade, sem qualquer rasura, na presença de 02 (duas) testemunhas, que abaixo também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Maceió/AL, ~~2001~~ de ~~2001~~ de 2014.

LOCADOR

LOCADOR

LOCATÁRIO

LOCATÁRIO

Testemunha:

1. _____
Nome:
RG:
CPF:

Testemunha:

2. _____
Nome:
RG:
CPF:

EM BRANCO



INSTRUÇÃO DE PROCESSO

PROTOCOLO

5397 /2015

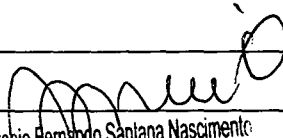
PÁGINA:

34

A OEPLM:

Solicitamos informar a classificação orçamentária,
usar como a fonte de recursos.

Em 04/05/2015.


Antonio Fernando Santana Nascimento
Engenheiro Civil - CREA 020071386-E
Superintendente de Negócios do Interior
Matricula 1536
Casal

EM BRANCO



INSTRUÇÃO DE PROCESSO

Nº PROTOCOLO:

5.397/2015


Nº FOLHA:

35

À SUNEI,

Informamos que os recursos para custeio serão próprios da CASAL, na Classificação Orçamentária abaixo:

Unidade Orçamentária	11.105 – UN LESTE.
Grupo de Despesa	300.000 – Serviços de Terceiros.
Rubrica	307.319 – Aluguel de Imóveis.


Jorge P. Santos Junior
Assist. Adm. Mat. 2440

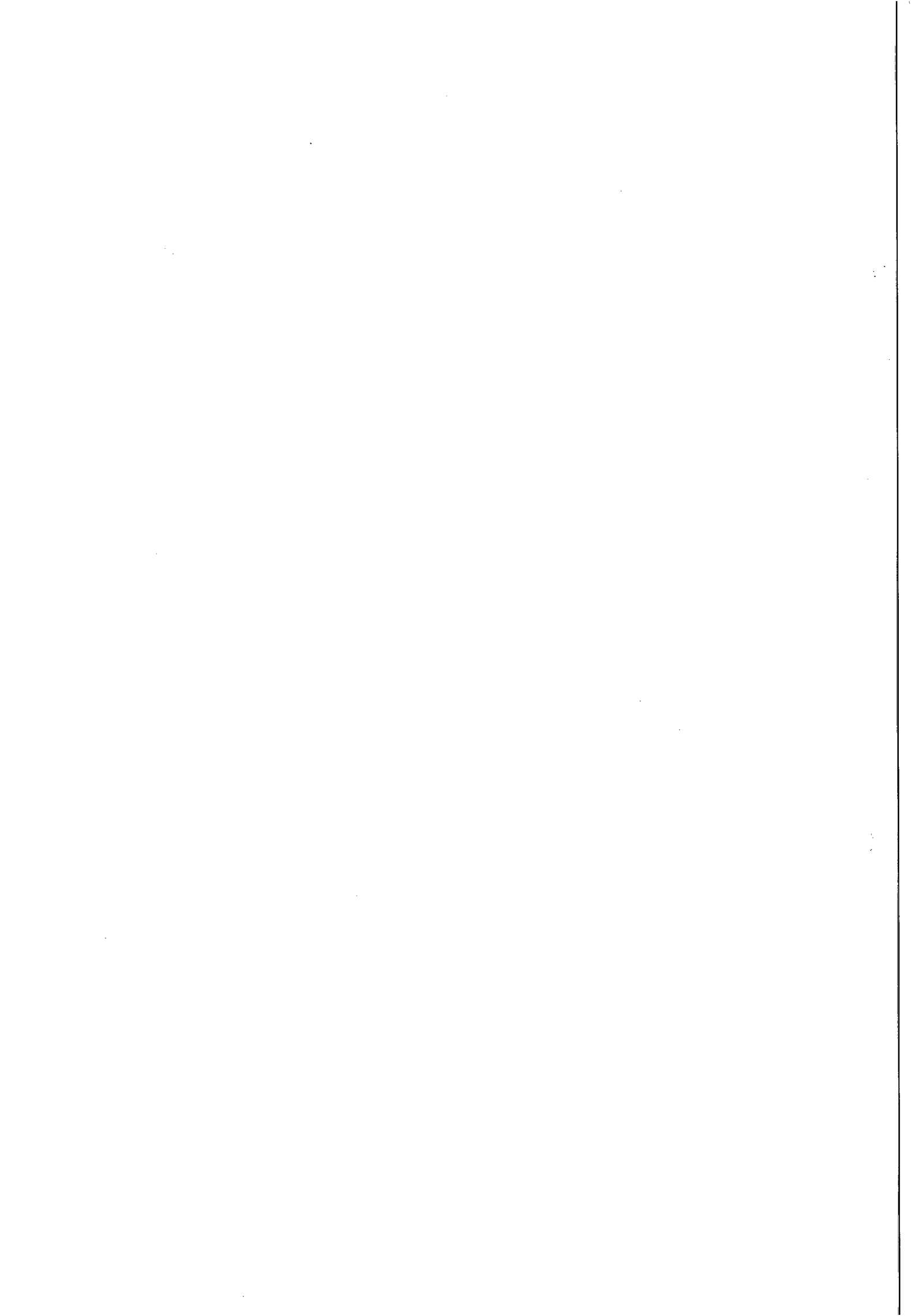
Em 05/05/2015


Flávia
Gerente de Planejamento
e Análise Econômica
Mat. 3440
GEPLAN / SUNEI

À ASJUR:

Para a necessária instrução jurídica.
Em 02/05/2015


Antonio Fernando Santana Nascimento
Engenheiro Civil - CREA 020071386-8
Superintendente de Negócios do Interior
Casal Matrícula 1536





INSTRUÇÃO DE PROCESSO

5397/15

36

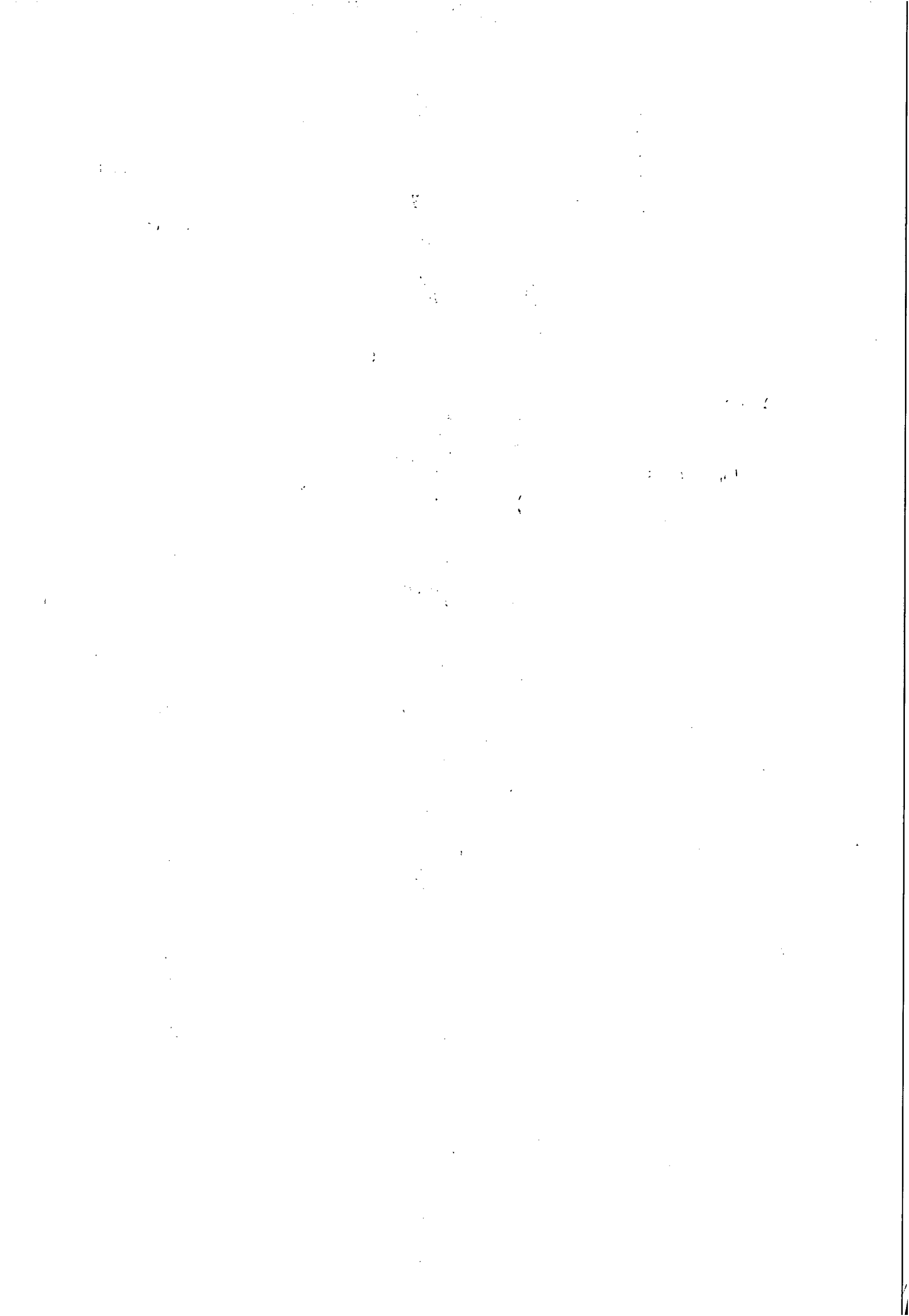
Ao adv. Edilson,

Para Análise e Instrução Jurídica.

Em, 22/05/15

Adv. Lais Lima de Souza Leão

Assessora Jurídica.





Companhia de Saneamento de Alagoas


Processo nº: 5397/2015
Interessado: UN LESTE.
Assunto: Locação de Imóvel.

À UN LESTE,

Para complementar a instrução processual, necessário se faz diligenciar junto a esta gerência a **pesquisa de mercado de imóveis no município de Rio Largo, com no mínimo 03 (três) propostas.**

Isto posto, retornar a esta Assessoria Jurídica para análise e parecer.

Maceió/AL, 11 de maio de 2015.

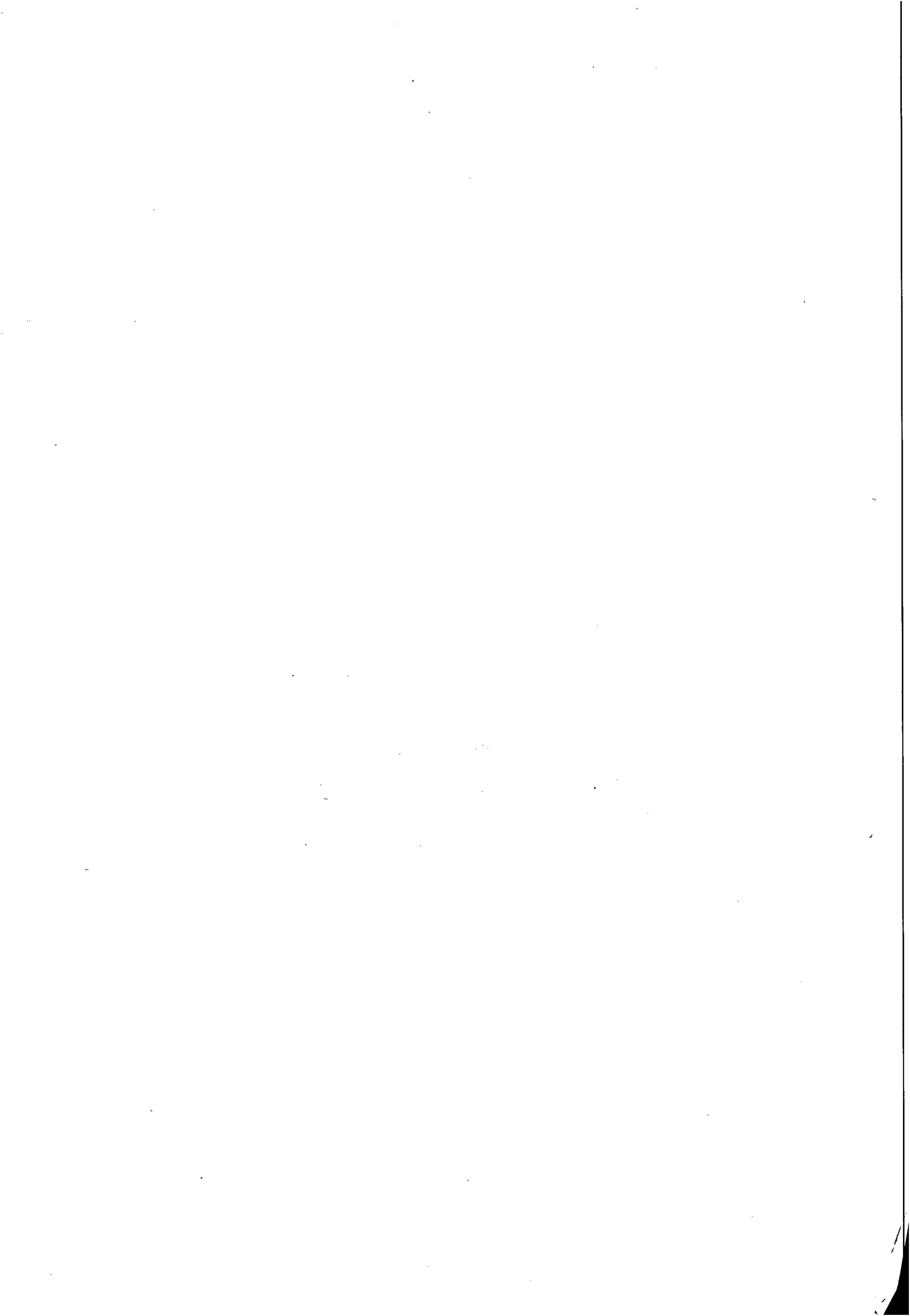

EDILSON ALVES VIEIRA
Advogado OAB/AL 1.822
ASJUR/CASAL


BRUNO VICENTE B. DE M. FIGUEIREDO
ESTAGIÁRIO/ASJUR/CASAL

Encaminhe-se à CAF/UNLE.

Em 13.05.2015


Judiron da Silva Pena
Engº Sanitarista e Ambiental
CREA 050759661-7 Mat. 2941
Casal Gerente UN-Leste





INSTRUÇÃO DE PROCESSO

PROTOCOLO

5397/2015


PÁGINA:

38

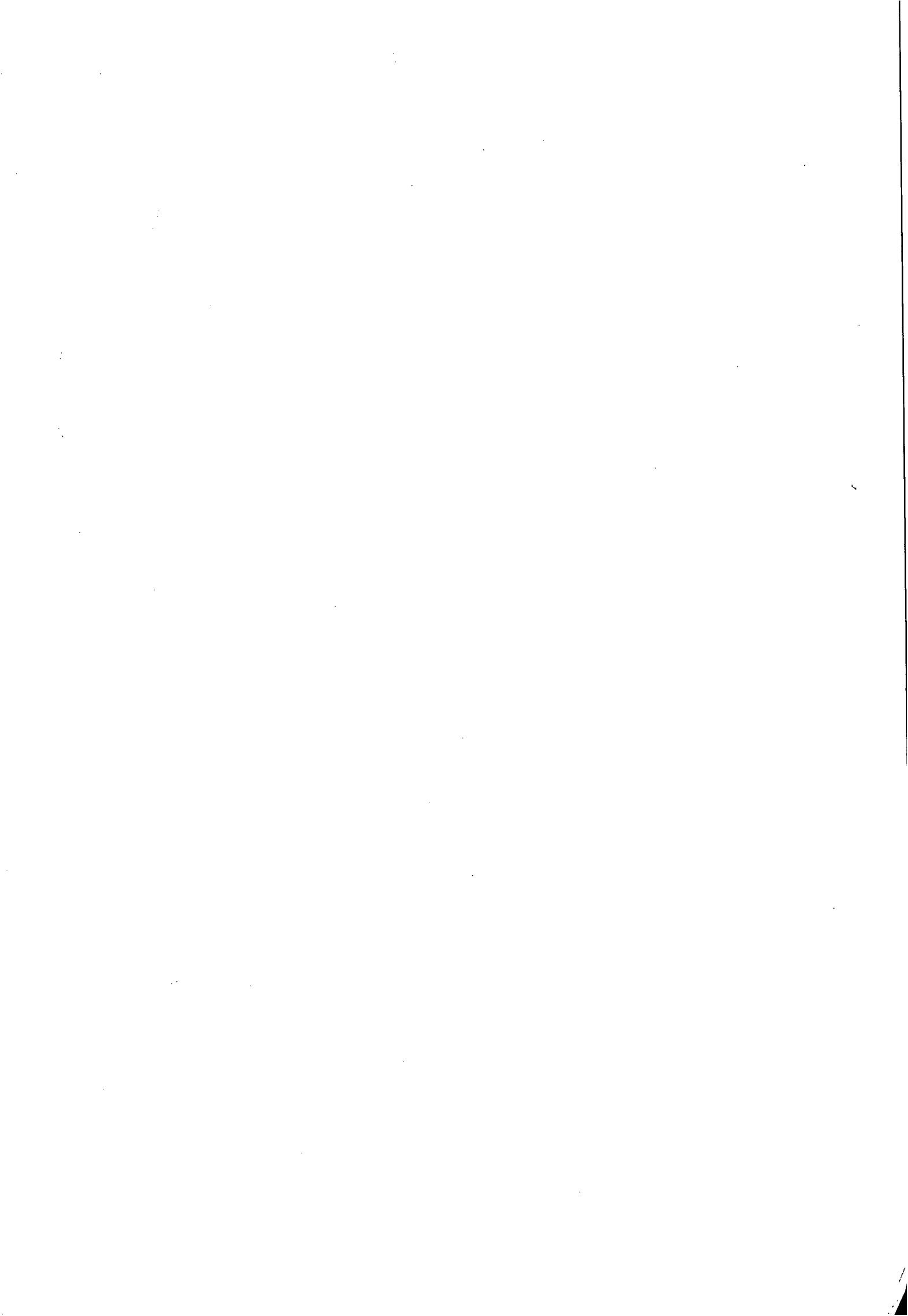
À ASJUR

Considerando o despacho exarado de fls. 37, vimos por meio do presente informar acerca da impossibilidade do pleito, vez que no Município onde se estabelece a SEDE da Unidade não existem imóveis compatíveis com o padrão pleiteado, deste modo, se torna impossível uma justa comparação.

Informo, ainda, que por se tratar de imóvel localizado no Município de Maceió fizemos juntada de imóveis de padrão similar, fls. 25-27, demonstrando, portanto que o mesmo apresenta proposta monetária justa. Importante asseverar que atualmente o Gerente da Unidade já está fazendo uso de suas dependências, tendo como justificativa os critérios dispostos na CI 41/2015, a qual inaugura este processo.


Arlene Teves de Queiroz
Coord. Administrativo Financeiro
Casal UN Leste - MAT. 2149

Rio Largo, 14 de Maio de 2015.



Processo nº: 5397/2015

Interessado: UN LESTE.

Assunto: Locação de Imóvel.

À ASSESSORA JURÍDICA-CHEFE – ASJUR/CASAL

Veio para análise e parecer jurídico, o processo nº 5397/2015, tendo como objeto a contratação de imóvel localizado a Rua Pref. Abdon Arroxelas, nº 657, Ponta Verde, Cond. Residencial Thasos, Apt 105, CEP 57035-380.

Justifica-se o pedido sob o argumento que o imóvel servirá para moradia do Gerente da Unidade de Negócio do Leste, Sr. Judiron Silva Pena.

Constam nos autos:

- 1 – Pedido motivado (fls. 01/03);
- 2 – Escritura Pública (fls. 04/05);
- 3 – Procuração (fls. 06/08);
- 4 – Certidões Negativas (fls. 10/16);
- 5 – Resolução de Diretoria nº 11/2004 (fls. 17);
- 6 – Registro do Imóvel (fls. 18/20);
- 7 – Pesquisa de Mercado (fls. 25/27);
- 8 – Classificação Orçamentária (fls. 35).

É, em suma, o relatório, passa-se à análise.

Pois bem, em observância ao pedido motivado (fls. 01/03), devemos analisar o disposto na Resolução de Diretoria nº 11/2004, vejamos:

- “1) Determinar que os gerentes regionais farão jus, enquanto permanecerem no exercício dessa função, a:
- [...]
- b) Imóvel locado pela CASAL para sua residência, desde que, deixando seu domicílio, passe a residir na sede da Gerência.” grifo nosso.

Assim, conforme estabelece a Resolução acima transcrita, para que o gerente possa fazer jus ao imóvel locado pela CASAL, este deve passar a residir na Sede da Gerência, que no caso em tela se dá na cidade de Rio Largo/AL.



1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that this is crucial for ensuring the integrity and transparency of the financial system. The text highlights that without proper record-keeping, it would be difficult to detect and prevent fraud or mismanagement.

Desta forma, tendo em vista que as pesquisas de mercado juntadas aos autos são de imóveis situados em local diverso de sua SEDE, fora solicitado realizar uma nova pesquisa de mercado, desta vez na cidade supramencionada.

Ainda assim, o Coordenador Administrativo Financeiro retornou o feito informando que "... no Município onde estabelece a SEDE da Unidade não existem imóveis compatíveis com o padrão pleiteado, deste modo, se torna impossível uma justa comparação."

Vale salientar que, contrário ao posicionamento do Coordenador Administrativo Financeiro, a Resolução de Diretoria não traz como condicionante o padrão do imóvel, onde este não pode ser considerado motivo para que se contrarie ato administrativo.

Diante do exposto, entendo pelo indeferimento do pleito na forma proposta, visto que o imóvel em questão não é localizado na cidade SEDE.

Em tempo, recomendo que seja realizada nova pesquisa de mercado no Município Sede da Unidade de Negócios, se assim desejar para que se formule a contratação atendendo os requisitos da RD supramencionada.

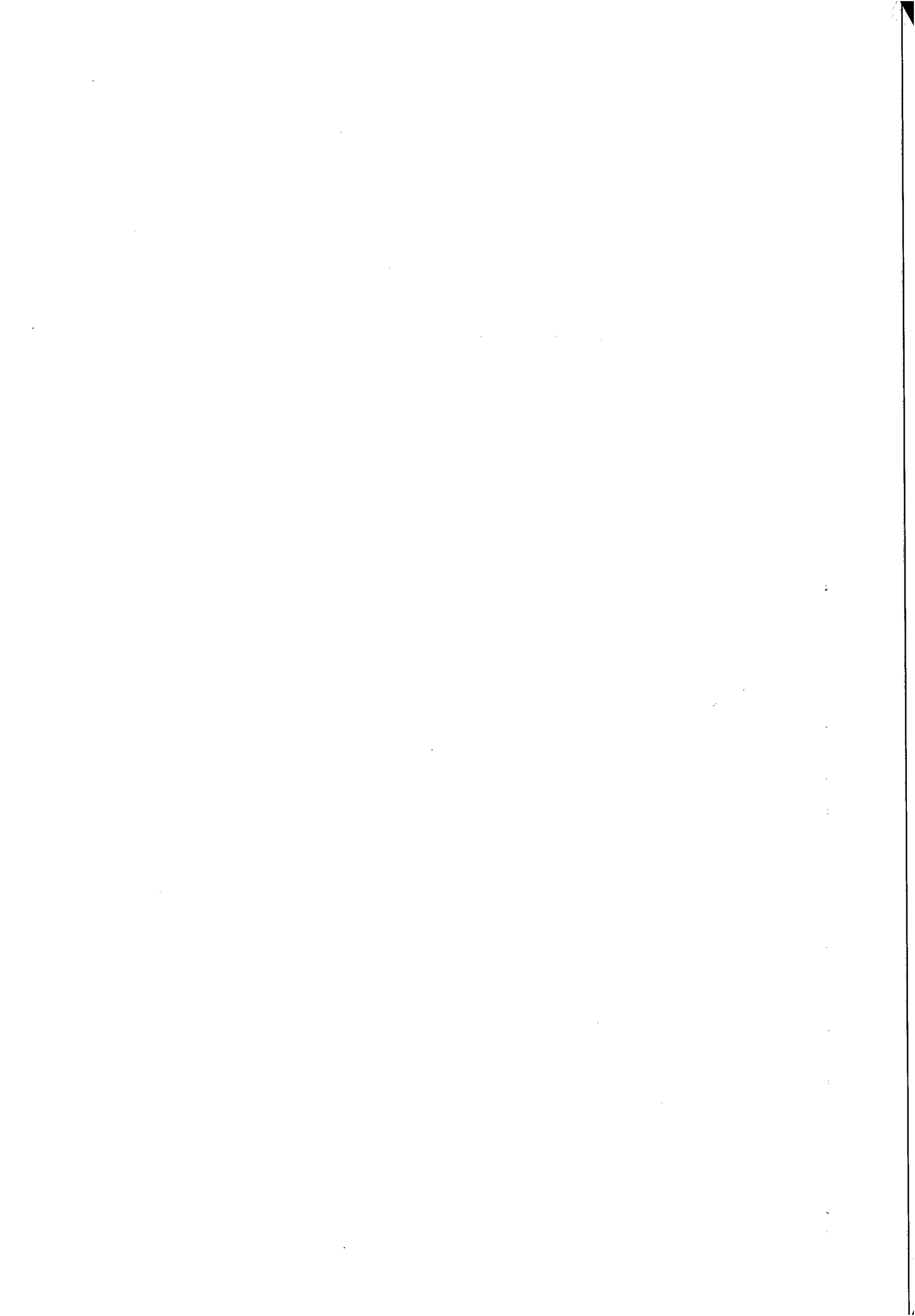
Maceió/AL, 19 de maio de 2015.



EDILSON ALVES VIEIRA
Advogado OAB/AL 1.822
ASJUR/CASAL



BRUNO VICENTE B. DE M FIGUEIREDO
ESTAGIÁRIO/ASJUR/CASAL





INSTRUÇÃO DE PROCESSO

Nº do Processo:

5397/JS


Nº da folha:

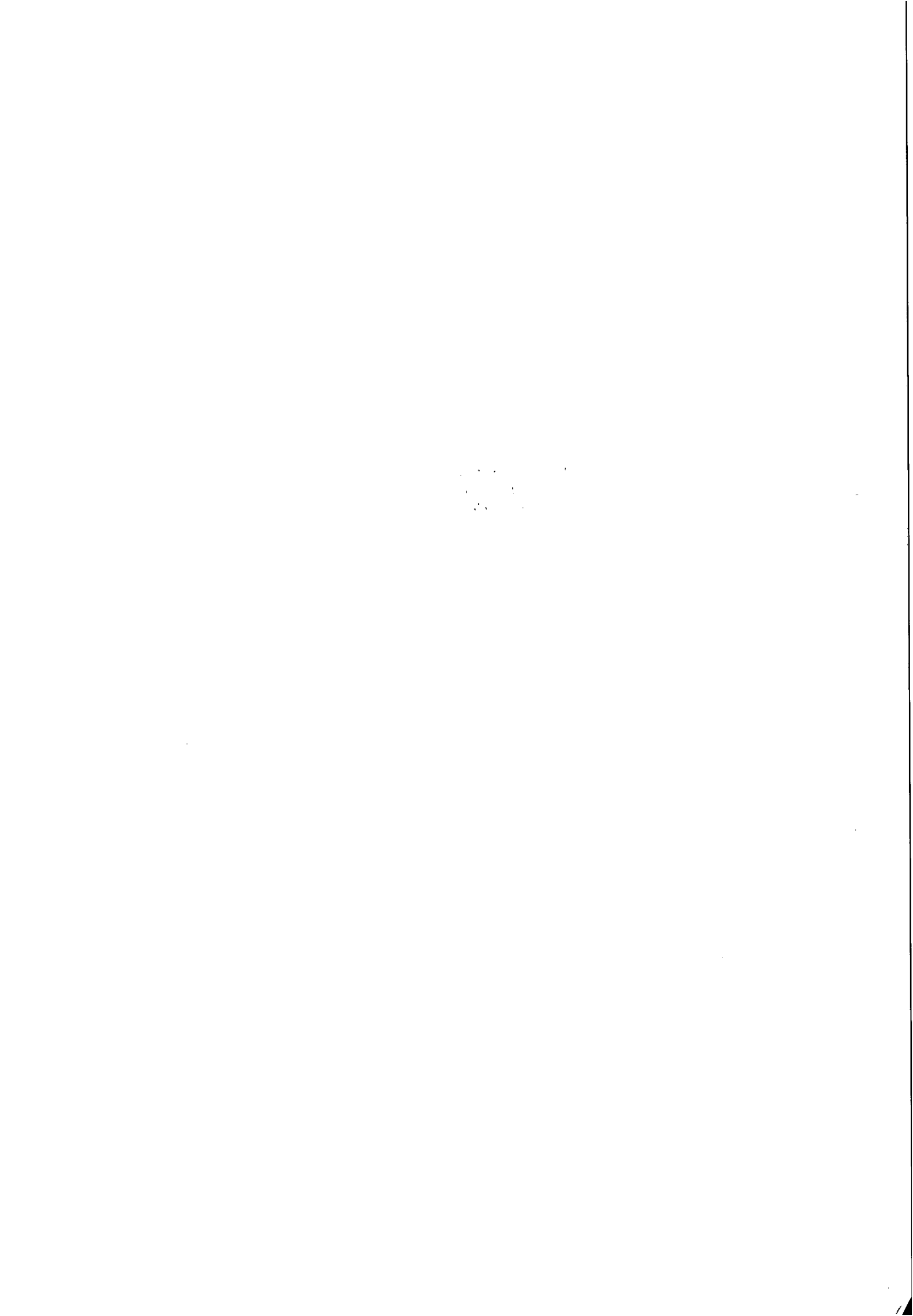
041

À UNIE,

Para proceder à pesquisa de mercado, na sede da Unidade, conforme recomendação no parecer às fls. 40.

Em, 25 de maio de 2015.


Laís Lima de Souza Leão
Adv. OAB/AL 7777
Assessora Jurídica





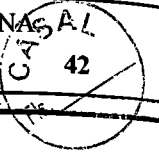
INSTRUÇÃO DE PROCESSO

PROTOCOLO

5397/2015



PÁGINAS

42

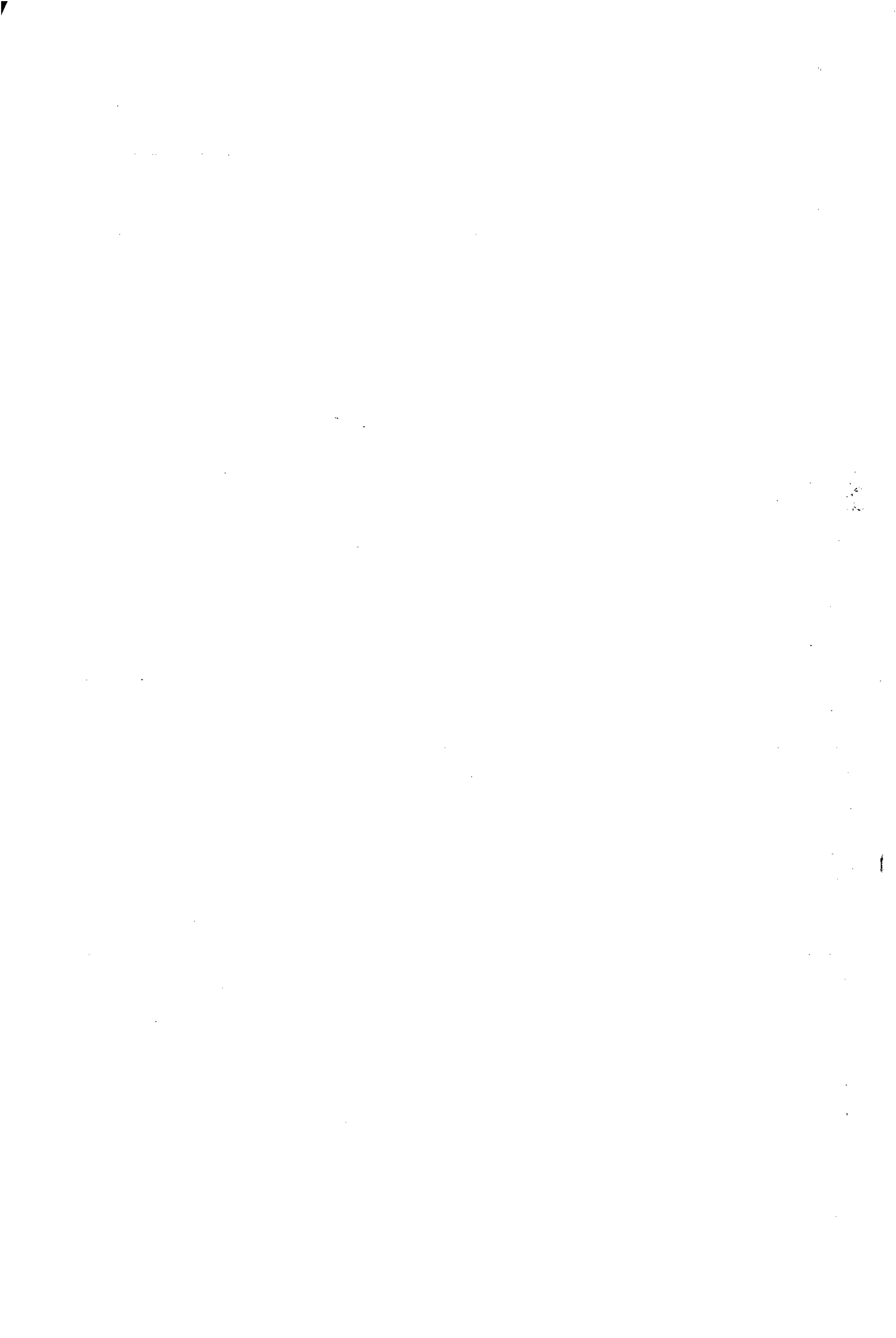


À ASHUR,

Em atendimento ao despacho de fls. 41, faço juntada do requerido, qual seja: Propostas de locação de imóveis na Cidade de Rio Largo, para acomodação da Gerência.


 **Abdiel Teixeira de Queir.**
Coord. Administrativo Financeiro
Casal UN Leste - MAT. 214^o

Rio Largo, 02/06/2015





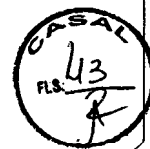
CONSULTOR DE IMÓVEIS

ALBÉRICO TEODÓSIO FILHO

Rua Pedro Coutinho, 116 - Centro - Rio Largo/AL

CEP: 57.100.000 - Fone: (82) 3261-4112/8815-5977

email: albericocorretor@hotmail.com



PROPOSTA DE LOCAÇÃO COMERCIAL

01 - CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL PRETENDIDO.

Imóvel: CASA NA FORESTA (PROP. SR. ANTONIO).
Valor do Aluguel: R\$ 1300,00, HUM MIL E TRZENTOS REAIS.
PROR. A CRASA.) Início: _____ Término: _____

02 - DADOS DA EMPRESA.

Razão Social: Companhia de Saneamento de Alagoas
Nome de Fantasia: CASAP
End. atual: R. Barão de Atalaia, 200

3 - IDENTIFICAÇÃO DO (A) SÓCIO (A) - ADMINISTRADOR (A)

Nome: _____
Estado civil _____ Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____
End. atual: _____
Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Tel comercial: _____ Tel. p/ eventuais contatos: _____

04 - IDENTIFICAÇÃO DO FIADOR/CÔNJUGE

Nome: _____
Estado civil _____ Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____
End. atual: _____
Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Rendimentos: _____ Outros rendimentos: _____
NOME CÔNJUGE: _____
Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____ Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Rendimentos: _____ Outros rendimentos: _____

05 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

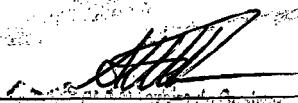
- Cópia do cartão do CNPJ;
- Cópia do contrato social da empresa e última alteração;
- Cópia do RG e CPF do administrador da empresa;
- Comprovante de residência (cópia da água, luz ou telefone).

06 - DECLARAÇÃO

O Proponente declara serem verdadeiras as informações descritas acima, pelas quais se responsabiliza.

O corretor Albérico Teodósio Filho se reserva o direito de recusar qualquer proposta de locação, sem precisar alegar as razões de seu procedimento. O proponente tem 2 (dois) dias úteis para a devolução da proposta.

Local/data: RIO LARGO, AL 2 / 6 / 15



Ca. Proponente



CONSULTOR DE IMÓVEIS

ALBÉRICO TEODÓSIO FILHO

Rua Pedro Coutinho, 116 - Centro - Rio Largo/AL

CEP: 57.100.000 - Fone: (82) 3261-4112/8815-5977

email: albericocorretor@hotmail.com



PROPOSTA DE LOCAÇÃO COMERCIAL

01 - CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL PRETENDIDO.

Imóvel: CHACARA PERTENCENTE A SRA. HORA D'OUR MOUKA.
Valor do Aluguel: R\$ 6.500,00 seis mil e quinhentos reais.
LOCAL - TABULEIRO DO PINTO. Início: _____ Término: _____

02 - DADOS DA EMPRESA.

Razão Social: Companhia de Saneamento de Alagoas
Nome de Fantasia: CASAW
End. atual: R. Barão de Atafia, 290

3 - IDENTIFICAÇÃO DO (A) SÓCIO (A) - ADMINISTRADOR (A)

Nome: _____
Estado civil: _____ Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____
End. atual: _____ Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Tel comercial: _____ Tel. p/ eventuais contatos: _____

04 - IDENTIFICAÇÃO DO FIADOR/CÔNJUGE

Nome: _____
Estado civil: _____ Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____
End. atual: _____ Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Rendimentos: _____ Outros rendimentos: _____
NOME CÔNJUGE: _____
Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____ Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Rendimentos: _____ Outros rendimentos: _____



05 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:


- Cópia do cartão do CNPJ;
- Cópia do contrato social da empresa e última alteração;
- Cópia do RG e CPF do administrador da empresa;
- Comprovante de residência (cópia da água, luz ou telefone).

06 - DECLARAÇÃO

O Proponente declara serem verdadeiras as informações descritas acima, pelas quais se responsabiliza.

O corretor Albérico Teodósio Filho se reserva o direito de recusar qualquer proposta de locação, sem precisar alegar as razões de seu procedimento. O proponente tem 2 (dois) dias úteis para a devolução da proposta.

Local/data: RIO LARGO, AL 2 / 6 / 15


Albérico Teodósio Filho
Corretor Administrativo Financeiro
Casalun Proponente



CONSULTOR DE IMÓVEIS

ALBÉRICO TEODÓSIO FILHO

Rua Pedro Coutinho, 116 - Centro - Rio Largo/AL

CEP: 57.100.000 - Fone: (82) 3261-4112/8815-5977

email: albericocorretor@hotmail.com



PROPOSTA DE LOCAÇÃO COMERCIAL

01 - CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL PRETENDIDO.

Imóvel: CHACARA DONA FAFA.
Valor do Aluguel: R\$ 1.600,00 (UM MIL E SEISCENTOS REAIS)
LOCALIZADA - MATA DO ROHO) Início: _____ Término: _____

02 - DADOS DA EMPRESA.

Razão Social: Companhia de Saneamento de Alagoas
Nome de Fantasia: CASAL
End. atual: R. Barão de Atalaia, 200

3 - IDENTIFICAÇÃO DO (A) SÓCIO (A) - ADMINISTRADOR (A)

Nome: _____
Estado civil _____ Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____
End. atual: _____ Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Tel comercial: _____ Tel. p/ eventuais contatos: _____

04 - IDENTIFICAÇÃO DO FIADOR/CÔNJUGE

Nome: _____
Estado civil _____ Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____
End. atual: _____ Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Rendimentos: _____ Outros rendimentos: _____
NOME CÔNJUGE: _____
Data de Nasc.: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____ Tel.: _____
Profissão: _____ Empresa: _____
End. da empresa: _____
Rendimentos: _____ Outros rendimentos: _____

05 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

- Cópia do cartão do CNPJ;
Cópia do contrato social da empresa e última alteração;
- Cópia do RG e CPF do administrador da empresa;
- Comprovante de residência (cópia da água, luz ou telefone).

06 - DECLARAÇÃO

O Proponente declara serem verdadeiras as informações descritas acima, pelas quais se responsabiliza.

O corretor Albérico Teodósio Filho se reserva o direito de recusar qualquer proposta de locação, sem precisar alegar as razões de seu procedimento. O proponente tem 2 (dois) dias úteis para a devolução da proposta.

Local/data: RJO LARGO 2 / 6 / 15



Albérico Teodósio Filho
Corretor Financeiro
Proponente



INSTRUÇÃO DE PROCESSO

Nº do Processo:

5392115

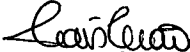
Nº da folha:

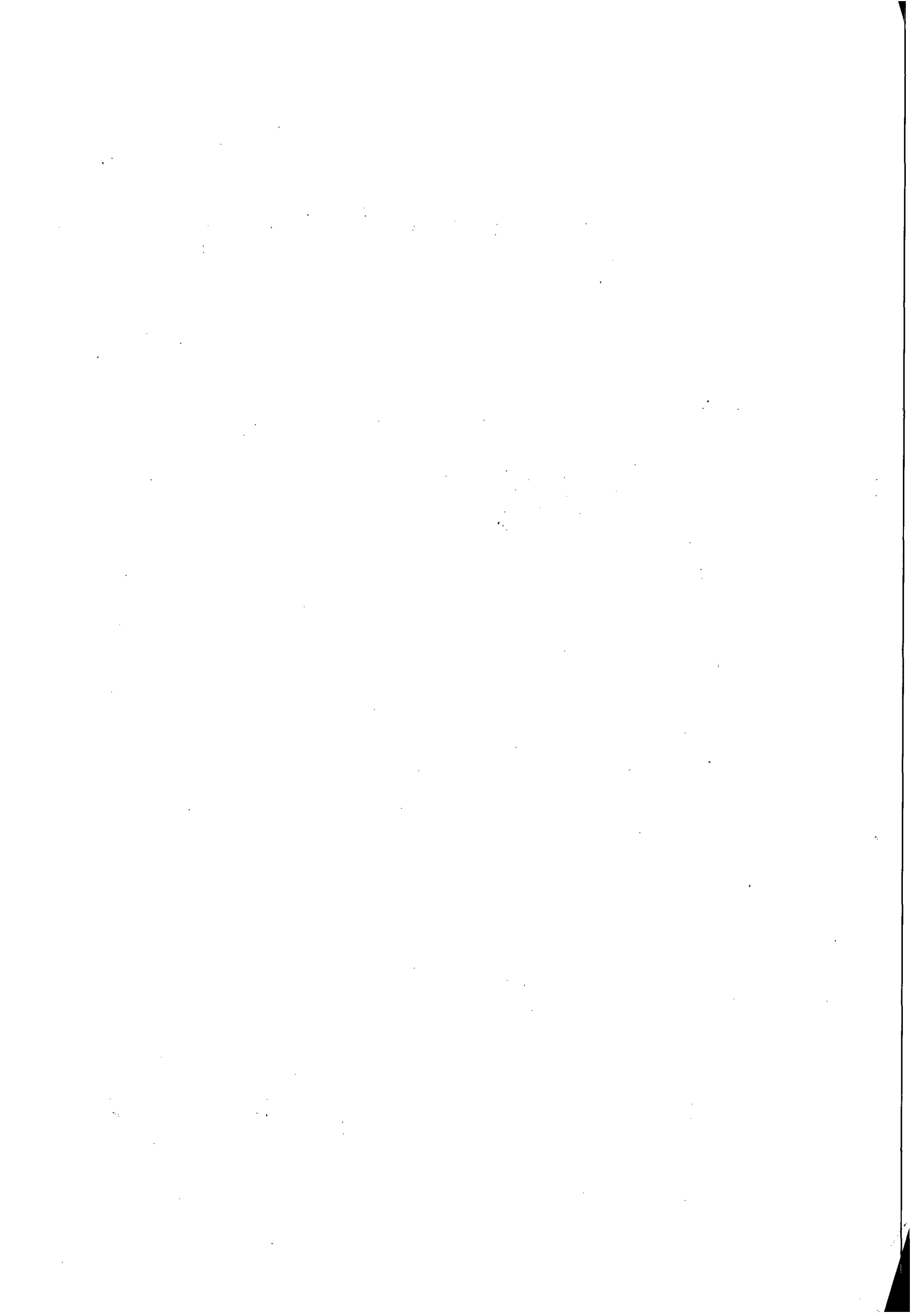
46

Ab Adv. Edilson Alves,

Para nova análise, uma vez que restou acostada aos autos a pesquisa de mercado na localidade sugerida.

Em, 09 de junho de 2015.


Lais Lima de Souza Leão
Adv. OAB/AL 7777
Assessora Jurídica





Companhia de Saneamento de Alagoas

Processo nº: 5397/2015

Interessado: UN LESTE.

Assunto: Locação de Imóvel.

À ASSESSORA JURÍDICA-CHEFE – ASIUR/CASAL

Veio para análise o processo nº 5397/2015, tendo como objeto a contratação de imóvel para moradia do Gerente da Unidade de Negócio do Leste, Sr. Judiron Silva Pena.

Constam nos autos:

- 1 – Pedido motivado (fls. 01/03);
- 2 – Escritura Pública (fls. 04/05);
- 3 – Procuração (fls. 06/08);
- 4 – Certidões Negativas (fls. 10/16);
- 5 – Resolução de Diretoria nº 11/2004 (fls. 17);
- 6 – Registro do Imóvel (fls. 18/20);
- 7 – Pesquisa de Mercado (fls. 25/27);
- 8 – Classificação Orçamentária (fls. 35).
- 9 – Pesquisa de mercado (fls. 43/45)

É em suma o relatório, passo à análise.

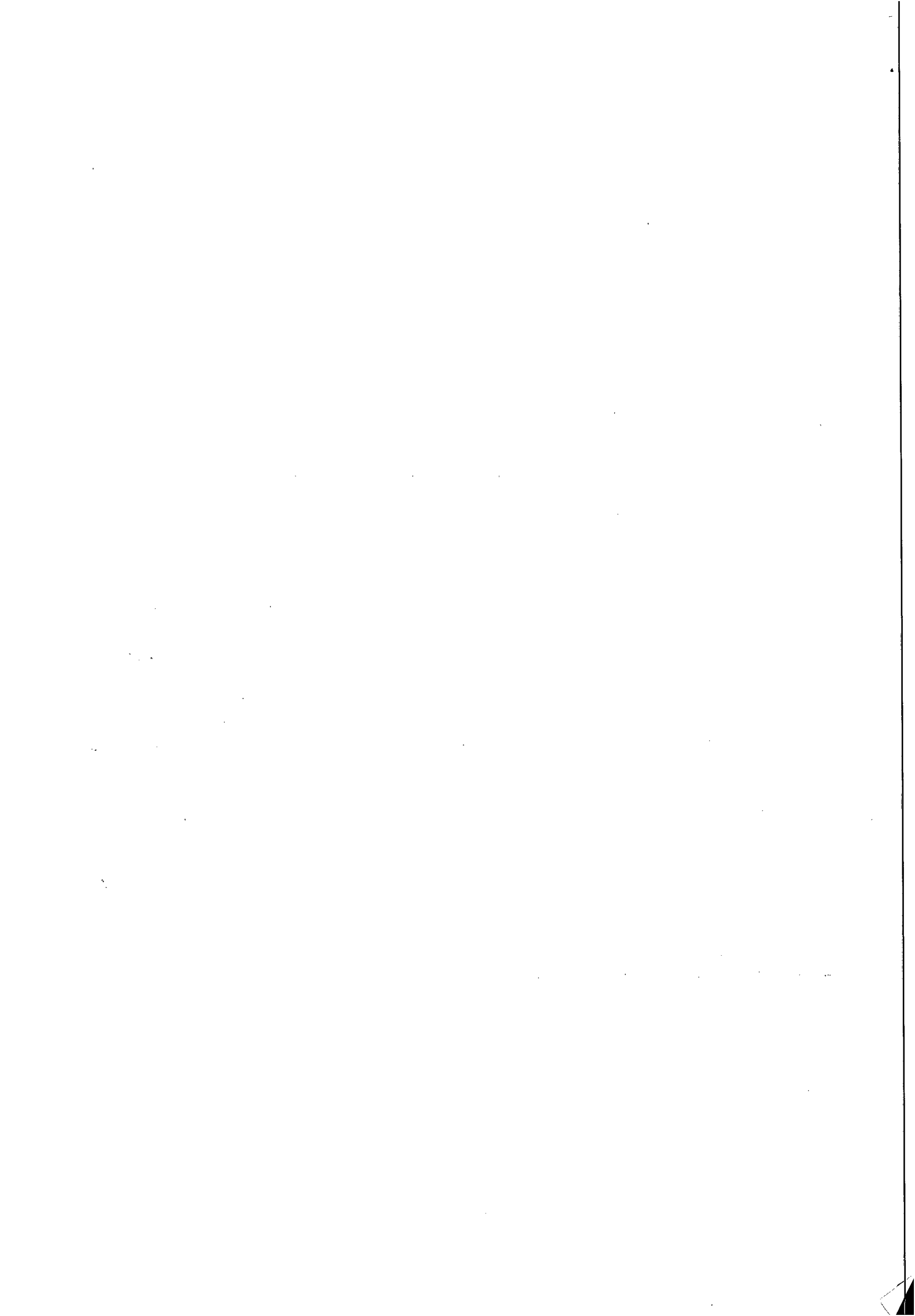
Depois de reiterada observação ao pedido motivado (fls. 01/03), devo analisar e mencionar mais uma vez o disposto na Resolução de Diretoria nº 11/2004, de fls. 17:

CONSIDERANDO:

Que as alterações introduzidas na Estrutura Organizacional da Casal resultaram em:

- a) Aumento considerável da área de atuação das Gerências Regionais;
- b) Sensível incremento nas ações de representação da CASAL, junto a entidades públicas e privadas;
- c) Deslocamentos constantes em objeto de serviço entre os municípios inseridos na sua área de atuação.

RESOLVE:





1) Determinar que os gerentes regionais farão jus, enquanto permanecerem no exercício dessa função, a:

[...]

b) Imóvel locado pela CASAL para sua residência, desde que, deixando seu domicílio, passe a residir na sede da Gerência." grifo nosso.

Conforme estabelecido na Resolução acima transcrita, fica evidente que para que o gerente faça jus ao imóvel locado pela CASAL, este deve passar a residir na Sede da Gerência, que no caso em tela se dá na Cidade de Rio Largo/AL, e ainda assim o imóvel deve ser uma residência.

Diante do parecer jurídico de fls. 39/40, foi solicitado que fosse juntada pesquisa de mercado na cidade Sede da Gerência, visto que é requisito primordial inserto na resolução citada acima, sendo assim às fls. 41, por determinação de Vossa Senhoria foi solicitado proceder conforme orientação, o que foi atendido, o qual segue anexado às fls. 43/45, pesquisa de mercado com três propostas que segundo a Gerência teria sido feita na cidade Sede, entretanto, após verificação constatamos algumas inconsistências, senão vejamos:

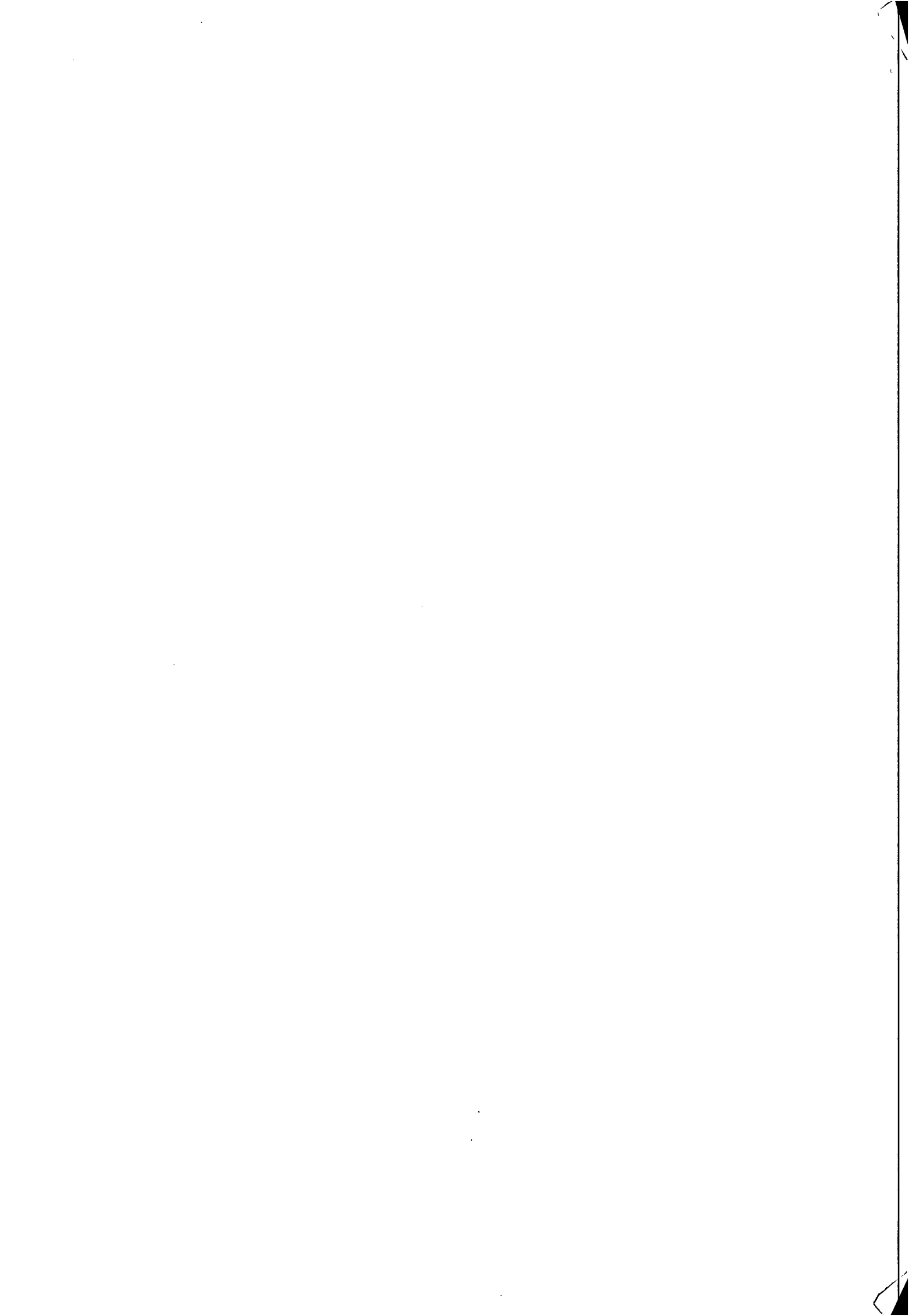
- ▲ As pesquisas de mercado juntadas de fls. 43/45, nenhuma foi assinada pelo proprietário do imóvel, inexistindo número da Identidade e CPF que os identifique, o que é requisito primordial para atestar a veracidade do alegado;
- ▲ Na proposta às fls. 43, fica constatado que o imóvel não se encontra localizado na Sede da Gerência na cidade de Rio Largo/AL, e sim no bairro da FORENE, no Município de Maceió/AL;
- ▲ As demais pesquisas de mercado anexadas às fls. 44 e 45, são identificadas como chácaras e não imóveis residenciais, quando a resolução supracitada é objetiva em dizer que o imóvel é para residência. Cabe ainda salientar o conceito de chácara, como: **pequena propriedade rural, com casa de moradia, criação de animais e cultivo de frutas e legumes para venda, em tempos mais recentes, as chácaras tornaram-se, também, uma propriedade destinada à recreação e lazer durante fins de semana.**
- ▲ Ainda sobre as duas últimas pesquisas de mercado anexa as fls. 44 e 45, as mesmas não estão com valores dentro dos padrões pagos por esta Companhia.

Diante de todo o exposto, entendo pelo indeferimento do pleito, visto que nenhuma proposta anexa está compatível com o exigido pela resolução de Diretoria nº 11/2004.

Em tempo, recomendo que seja realizada mais uma nova pesquisa de mercado no Município Sede da Unidade de Negócios, para que se formule a contratação atendendo todos os requisitos da RD supramencionada.

Maceió/AL, 10 de junho de 2015.

EDILSON ALVES VIEIRA
Advogado OAB/AL 1.822
ASJUR/CASAL



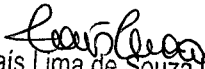


Rayanne S. B. Guimarães
RAYANNE S. BOMFIM GUIMARÃES.
ESTAGIÁRIA/ASJUR/CASAL

A UNIB,

fl atende a diligência apontada pelo adv. Edil-
son.

Em 27/06/15.


Lais Lima de Souza Leão
Adv. OAB/AL 7777
Assessora Jurídica



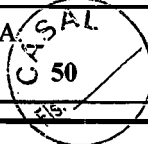


INSTRUÇÃO DE PROCESSO

PROTOCOLO

5397/2015

PÁGINA 50



À ASJUR,

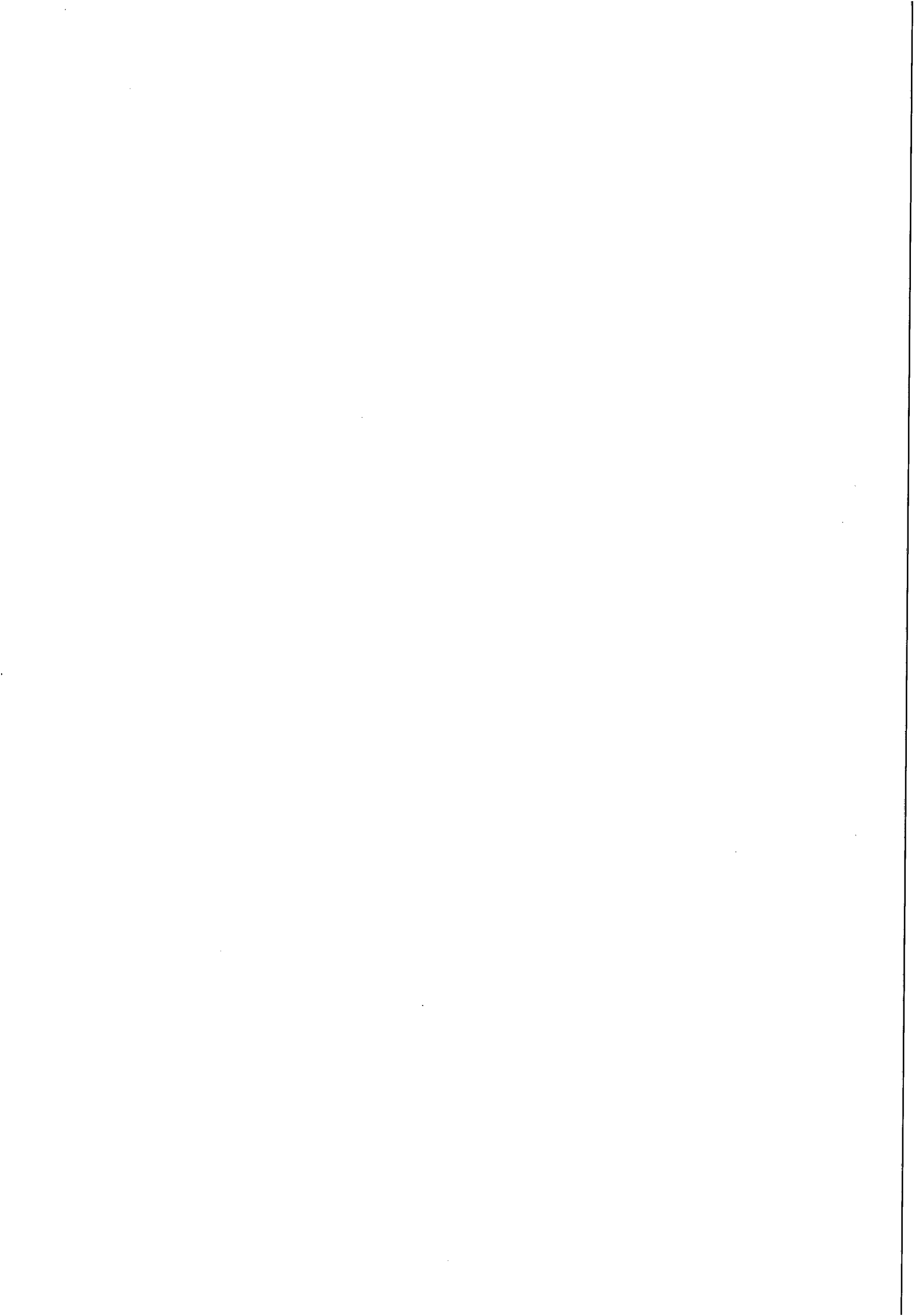
Vimos por meio do presente fazer juntada do requerido às fls. 48, qual seja: pesquisa de mercado no Município Sede da UN LESTE.

Rio Largo, 02 de Julho de 2015.


Abdiel Teixeira de Queiroz

Coor. Financeiro Administrativo

Mat. 21497 UNLE





PESQUISA DE PREÇOS DE ALUGUEL



Proprietário: Silene Parinho de Oliveira

RG: 103396-al CPF/CNPJ: 139754.614-34.

Endereço: Resid. Napoli
Rua Napoleão Viana 76 Tab DO PINTO - Bw
longo - al.

Bairro: Tab. do Pinto Cidade: Pio Largo CEP: 57100-000

Valor do imóvel (R\$): R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Valor do aluguel (R\$): R\$ 1450,00 (Um mil quatrocentos e cinquenta reais)

Tipo: Comercial Residencial

Assinatura do Proprietário: Silene Parinho de Oliveira

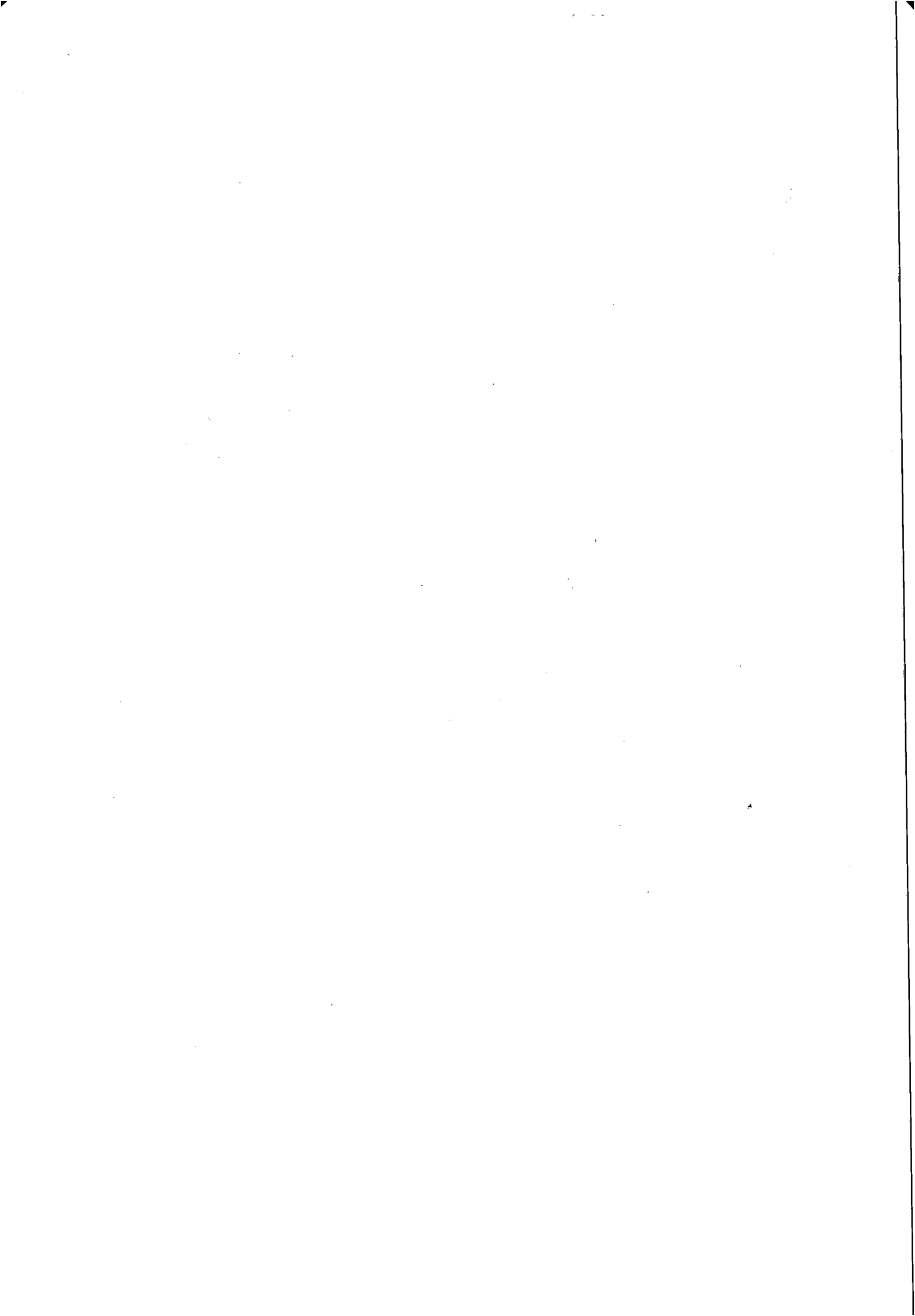
Rio Largo, 30 de Junho de 2015

Testemunhas:

ROSIEL ALEXANDRE DOS SANTOS CPF: 103.502.664-33.

maclino de oliveira
RG = 1208.378

Fabiana Ferreira Lima 1458657





PESQUISA DE PREÇOS DE ALUGUEL

Proprietário: Jane Jurete de Oliveira
RG: 84563955P/AL CPF/CNPJ: 647-798-584-53
Endereço: Rua Napoleão Viana de Oliveira, n.º 20

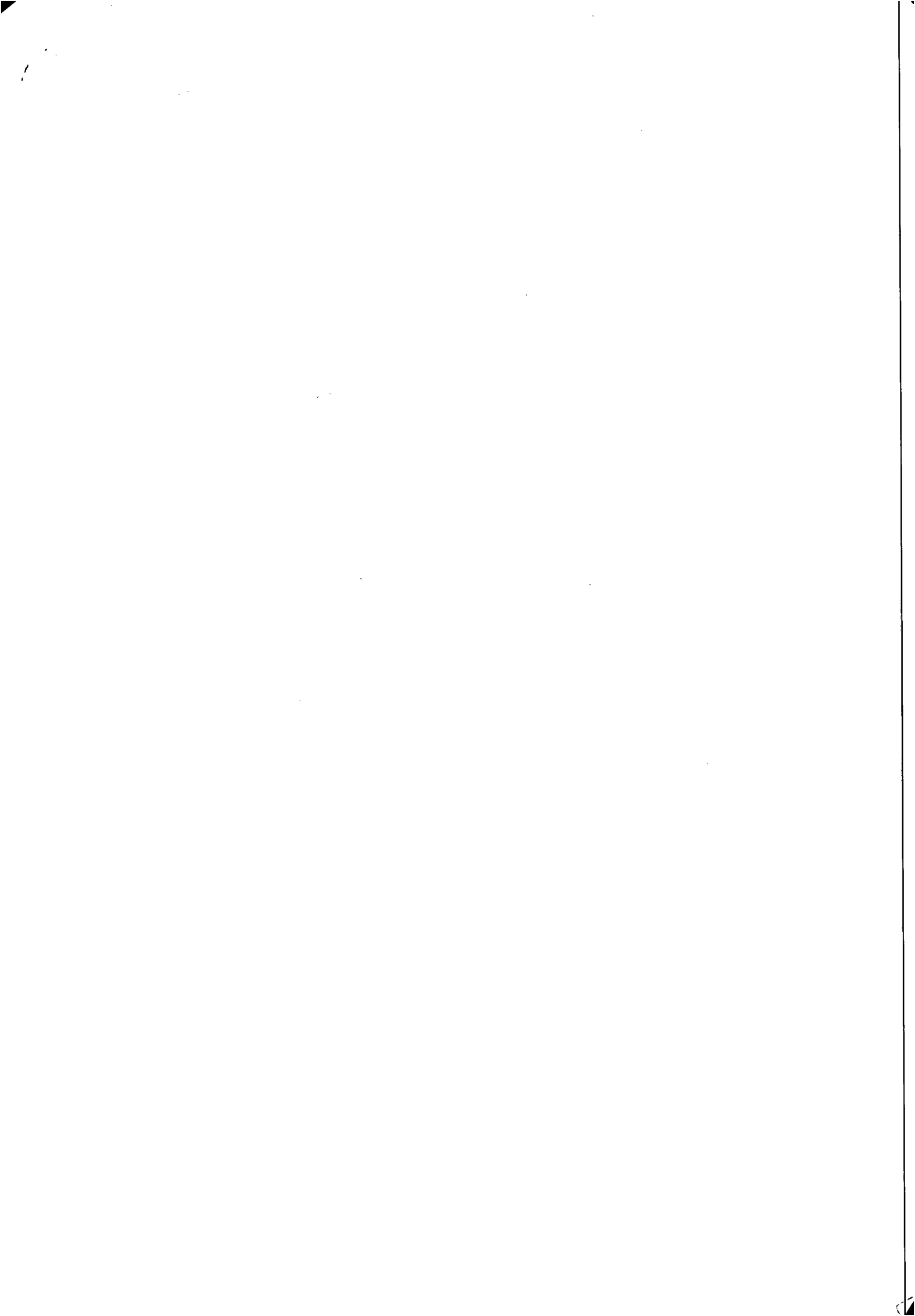
Bairro: Ref. Antônio Luiz del Salge Cidade: Rio Largo CEP: 57.100.000
Valor do imóvel (R\$): R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)
Valor do aluguel (R\$): R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais)
Tipo: Comercial Residencial

Assinatura do Proprietário: Jane Jurete de Oliveira

Rio Largo, 30 de Junho de 2015

Testemunhas:

Virgínia Maria Silva Oliveira - 093.350.284-28
Veronika Marques da Silva Lemos - 050 456 844-26
Adriana JF - RG 1162.627 SSP/AL





PESQUISA DE PREÇOS DE ALUGUEL

Proprietário: NATANAEL JOSÉ DE PONTES

RG: 888.523-SSP-ME CPF/CNPJ: 648.291.074-04

Endereço: Av. Presidente Fernando Collor de Mello n.º 38

Bairro: Tab. do Pinto Cidade: Rio Largo CEP: 57.100.00

Valor do imóvel (R\$): R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Valor do aluguel (R\$): R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Tipo: Comercial Residencial

Assinatura do Proprietário: Natanael José de Pontes

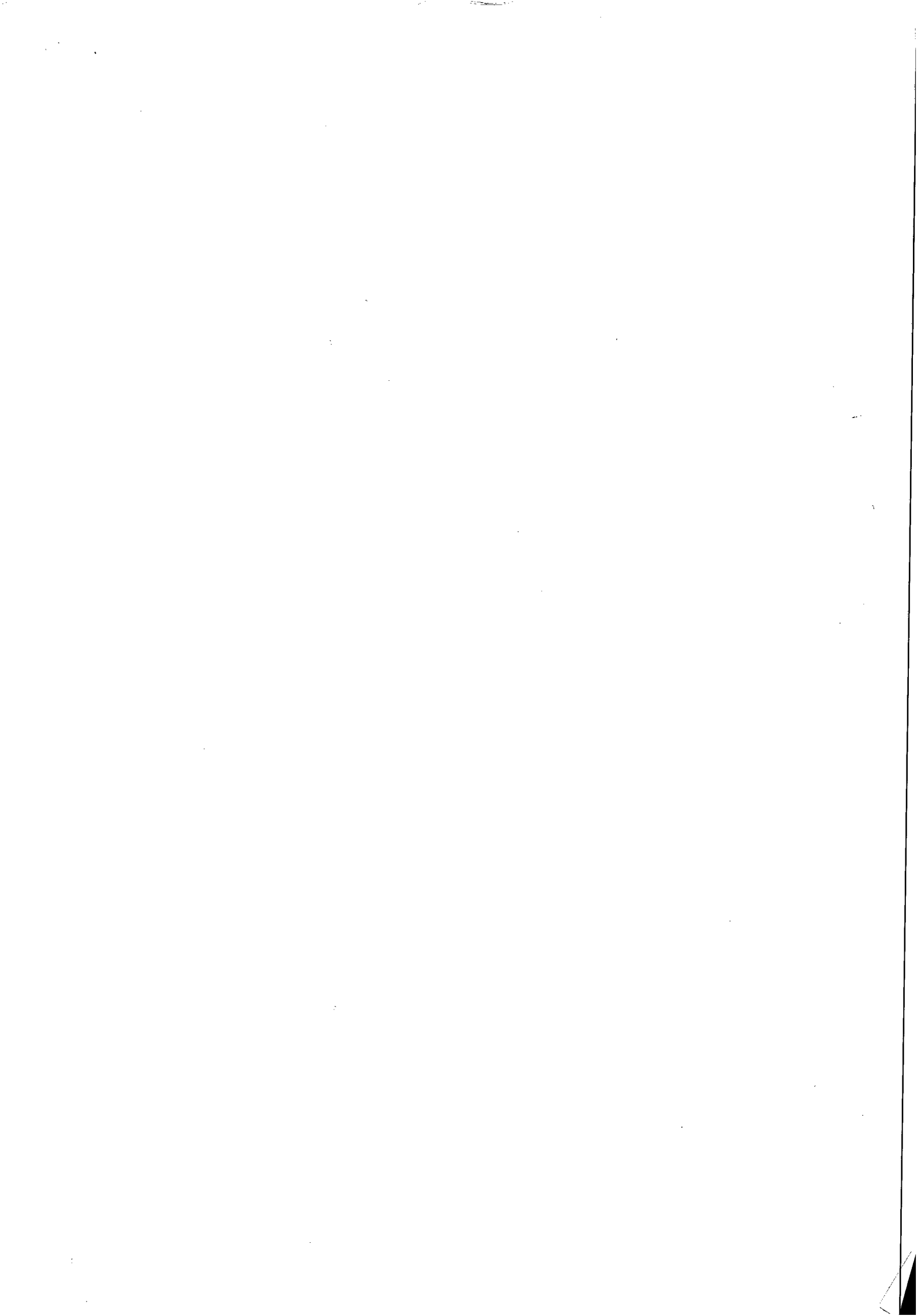
Rio Largo, 30 de Junho de 2015

Testemunhas:

Everaldo Costa Lourenço, RG: 205 914 891 04

Ednardo Pereira Lima, RG: 1458657

Robson Luiz da Silva





INSTRUÇÃO DE PROCESSO

Nº do Processo:

5397 LS

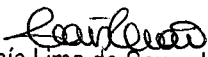
Nº da folha:

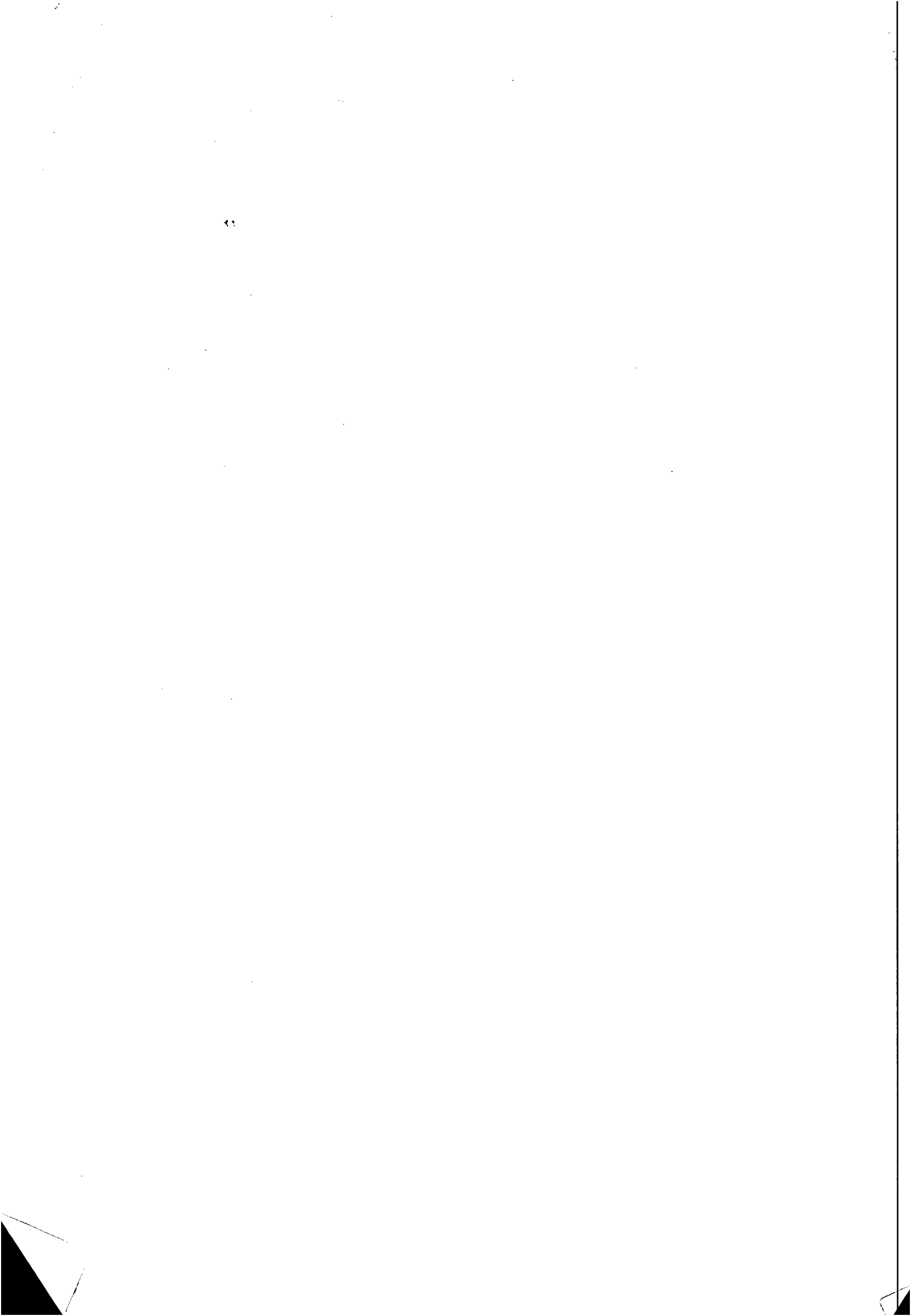


Ao Adv. Edmilson Pereira

Em razão da viagem a serviço do adv. Edilson Alves, solicito análise e posicionamento jurídico.

Em, 03 de julho de 2015.

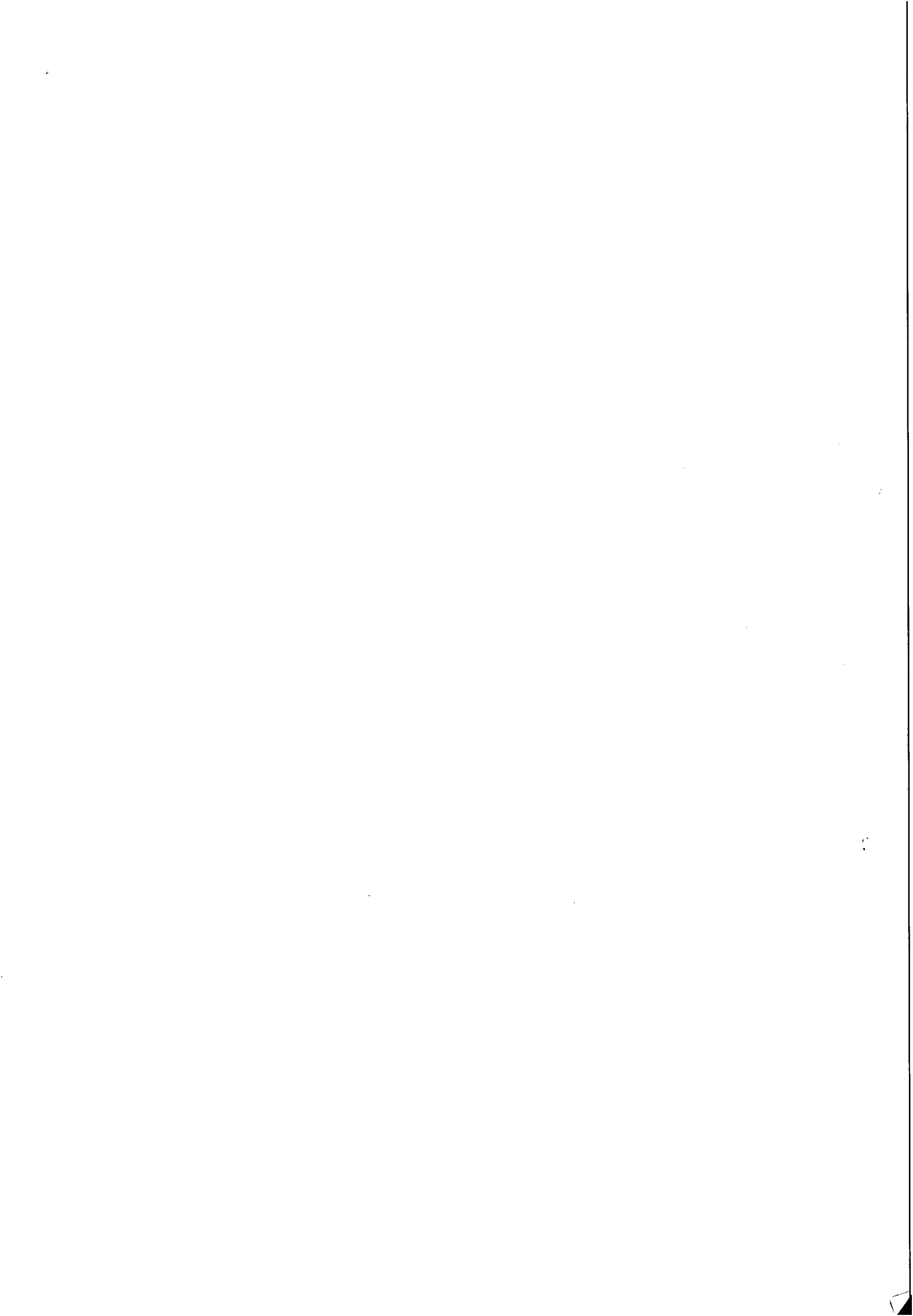

Laís Lima de Souza Leão
Adv. OAB/AL 7777
Assessora Jurídica





UNIDADE DE NEGÓCIO LESTE

LOCAL	CIDADE
06	BARRA DE SÃO MIGUEL
21	COLÔNIA DE LEOPOLDINA
22	COQUEIRO SECO
30	FLEXEIRAS
33	IBATEGUARA
38	JACUIPE
39	JAPARATINGA
42	JOAQUIM GOMES
43	JUNDIÁ
49	MARAGOGI
55	MATRIZ DE CAMARAGIBE
56	MESSIAS
59	MURICI
60	NOVO LINO
69	PARIPUEIRA
70	PASSO DE CAMARAGIBE
74	PILAR
79	PORTO DE PEDRAS
82	RIO LARGO
84	SANTA LUZIA DO NORTE
95	SATUBA





Companhia de Saneamento de Alagoas

Processo nº: 5397/2015

Interessado: CAF/UN LESTE

Assunto: Locação de imóvel para Gerente da UN LESTE

À

Assessora Jurídica,

Versa o presente processo sobre a locação de imóvel para residência do Gerente Regional do Leste, JUDIRON SILVA PENA, localizado na Rua Abdon Arroxelas nº 657, apto 105, bairro de Ponta Verde, Maceió/AL, no valor mensal de R\$ 1.100,00 (um mil cem reais), já incluso o valor do IPTU e Condomínio.

A princípio tal imóvel não atende ao estabelecido na Resolução de Diretoria nº 11/2004, que prevê:

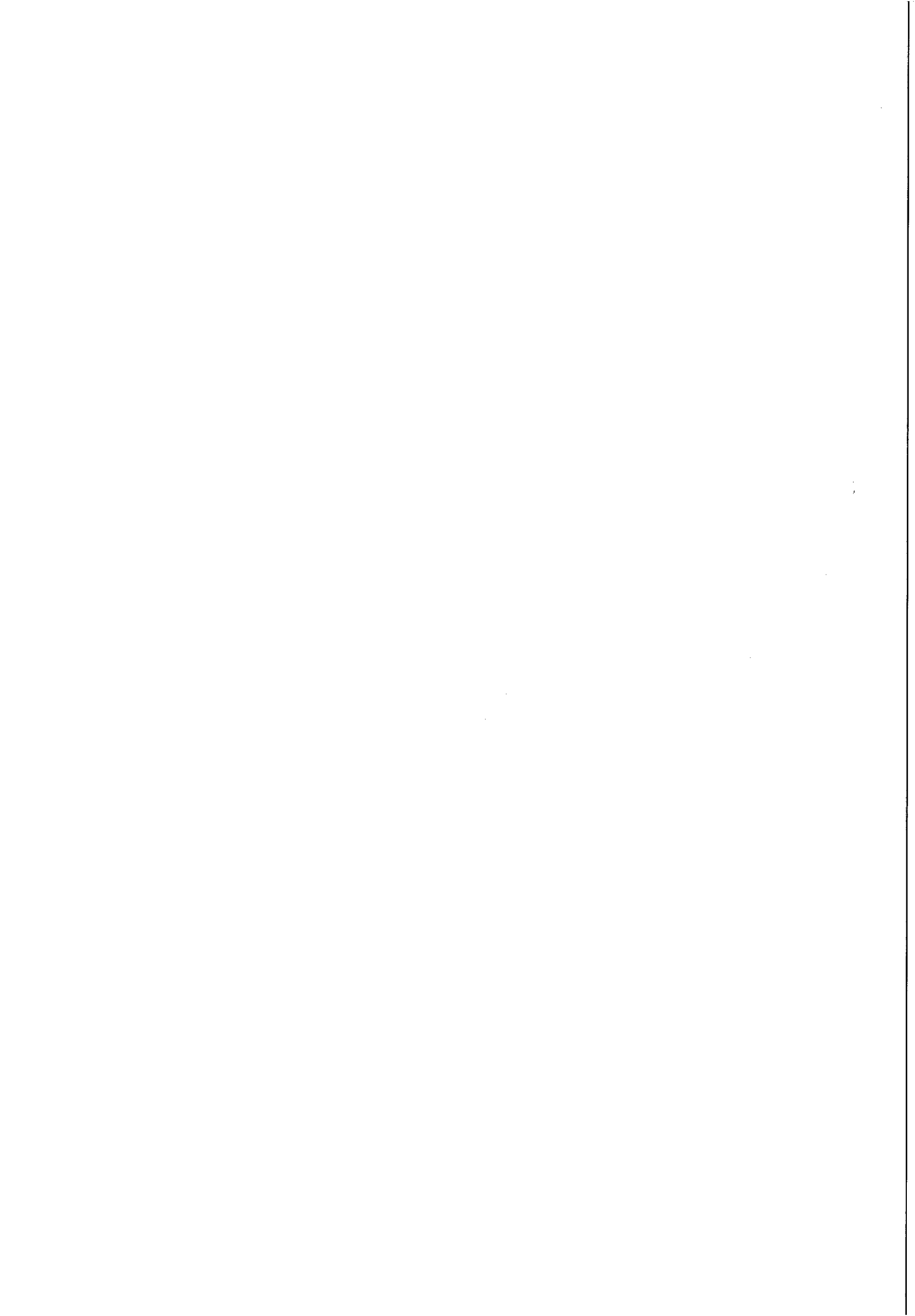
- 1) Determinar que os gerentes regionais farão jus, enquanto permanecerem no exercício dessa função, a:
 - a) (...);
 - b) Imóvel locado pela CASAL para a sua residência, desde que, deixando seu domicílio, passe a residir na sede da Gerência.

No caso em questão, o imóvel a ser locado, deveria estar localizado na sede da Gerência na cidade de Rio Largo/AL.

Neste sentido, a Unidade de Negócios Leste, apresenta o seguinte esclarecimento:

“Oportunamente se faz necessário alguns esclarecimentos acerca da localização do imóvel em cidade diversa da Sede da Unidade, qual seja a cidade de Rio Largo, podendo tal situação ser justificada pelo fato do referido Município ser caracterizado como “cidade dormitório”, onde não há amplas opções de imóveis, vez que os ora existentes estão ocupados ou se colocam a disposição para a venda, o que não se caracteriza como adequado ao caso em tela. Desse modo, a escolha da moradia se estabeleceu de forma estratégica, vez que viabiliza o deslocamento célere entre a Sede da Unidade (Rio Largo), cidade que compõe a região Metropolitana de Maceió (cidade limítrofe), as cidades litorâneas que demandam atenção diferenciada, bem como a sede da Companhia, em razão das diversas reuniões entre a Gerência e as Unidades, possibilitando um melhor trânsito entre elas.”

Verifica-se que Unidade de Negócios Leste, é composta pelas seguintes cidades:



Barra de São Miguel, Colonia Leopoldina, Coqueiro Seco, Flexeiras, Ibateguara, Jacuípe, Japaratinga, Joaquim Gomes, Jundiá, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Messias, Murici, Novo Lino, Paripueira, Passo de Camaragibe, Pilar, Porto de Pedras, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba,

Consta nos autos pesquisa, realizada no Município de Rio Largo, resultando nos valores abaixo:

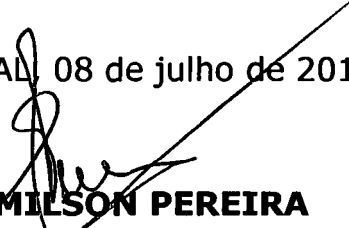
1 - Imóvel de propriedade de SILENE MARINHO DE OLIVEIRA, valor do aluguel mensal de R\$ 1.450,00(um mil quatrocentos e cinquenta reais);

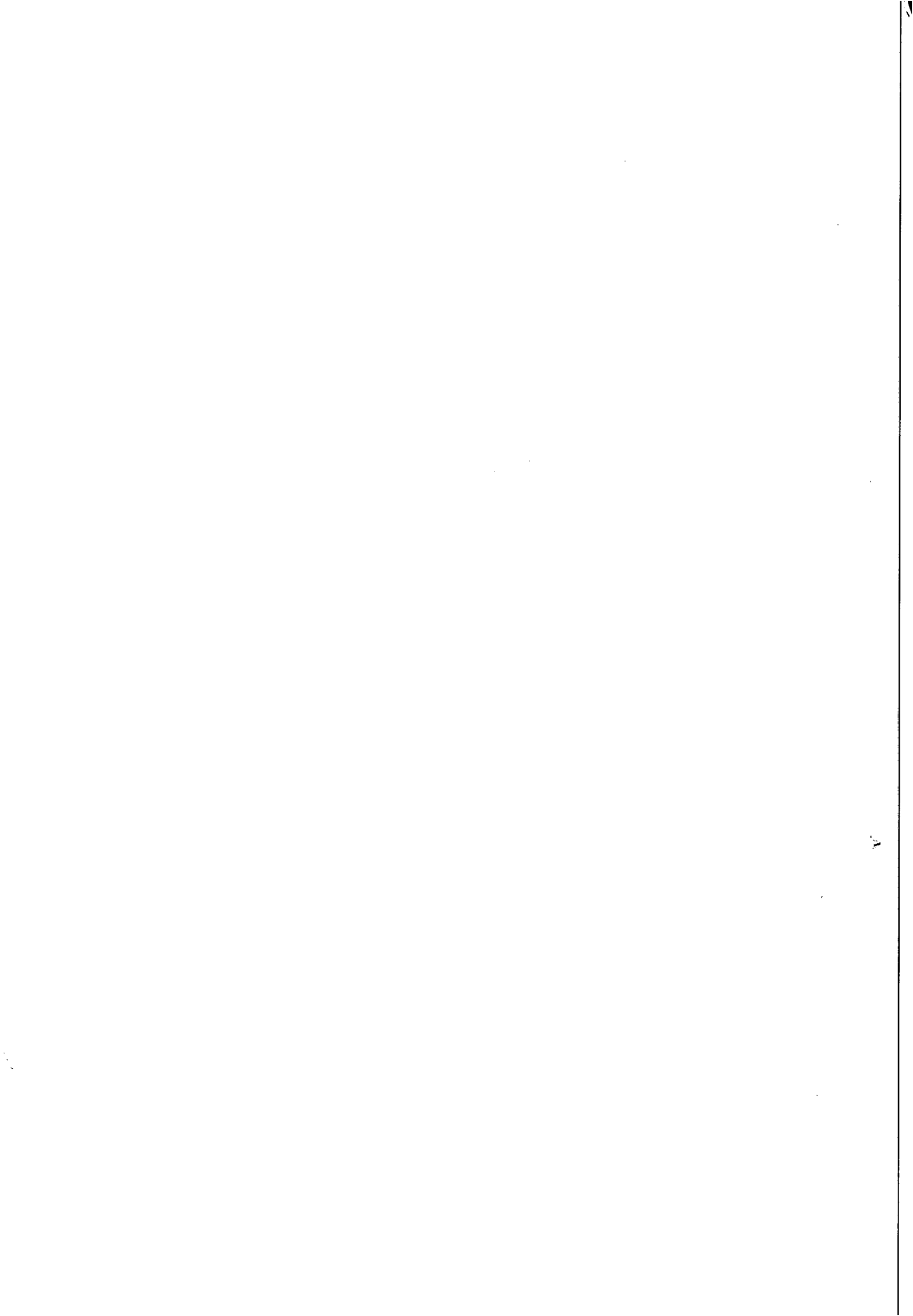
2 - Imóvel de propriedade de ANA MARTA DE OLIVEIRA, valor do aluguel mensal de R\$ 1.600,00(um mil seiscentos reais); e,

3 - Imóvel de propriedade de NATANAEL JOSÉ DE PONTES, valor do aluguel mensal de R\$ 1.400,00(um mil quatrocentos reais).

Assim, considerando que a cidade de Rio Largo, está localizada na região metropolitana de Maceió, considerando que várias cidades que compõem a UN LESTE, são vizinhas da Capital, situação essa, que diverge das demais Unidades de Negócios, que estão estabelecidas em cidades polo, com sistema coletivo de abastecimento de água específico, atendendo as cidades da região, considerando que em pesquisa realizada na região, o valor encontrado está superior ao praticado na Capital, isto é, na ordem de 1.400,00(um mil quatrocentos reais), entendemos que a CASAL poderá efetuar a contratação do imóvel localizado em Maceió/AL, no valor mensal de R\$ 1.100,00(um mil e cem reais), incluindo o IPTU e Condomínio, uma vez que inexistente óbice de natureza legal, e não fere a Resolução de Diretoria nº 11/2014.

Maceió/AL, 08 de julho de 2015.


EDMILSON PEREIRA
Advogado OAB 2.051
ASJUR/CASAL





INSTRUÇÃO DE PROCESSO

Nº do Processo:

539715

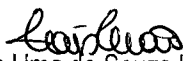
Nº da Folha:

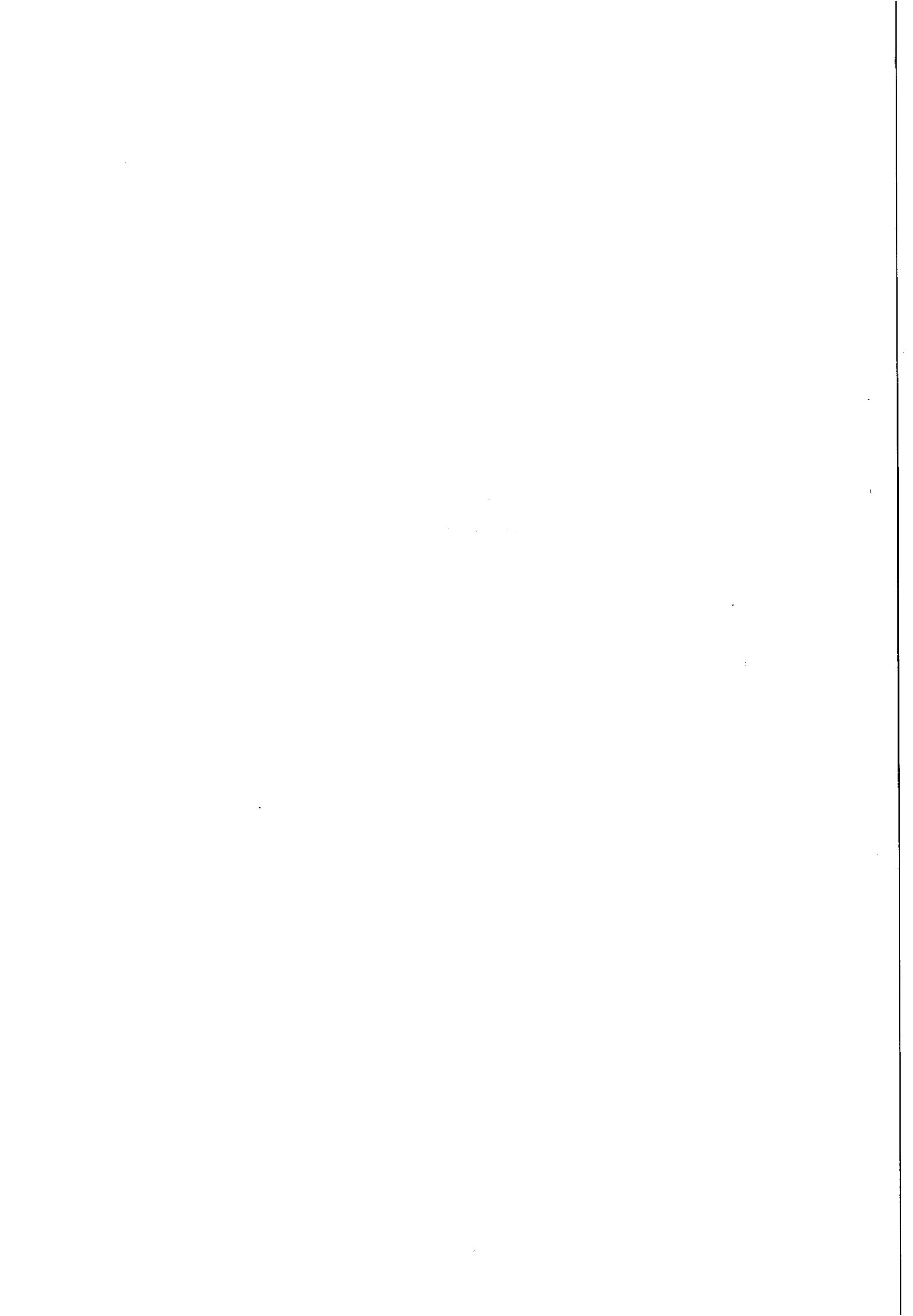


À DP,

Com as considerações apontadas pelo adv. Edmilson, remetemos os autos para o decisum desta Presidência.

Em, 08 de julho de 2015.


Laís Lima de Souza Leão
Adv. OAB/AL 7777
Assessora Jurídica





COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

Protocolo 5397/2015
C.I nº 41/2015 – CAF/UNLE

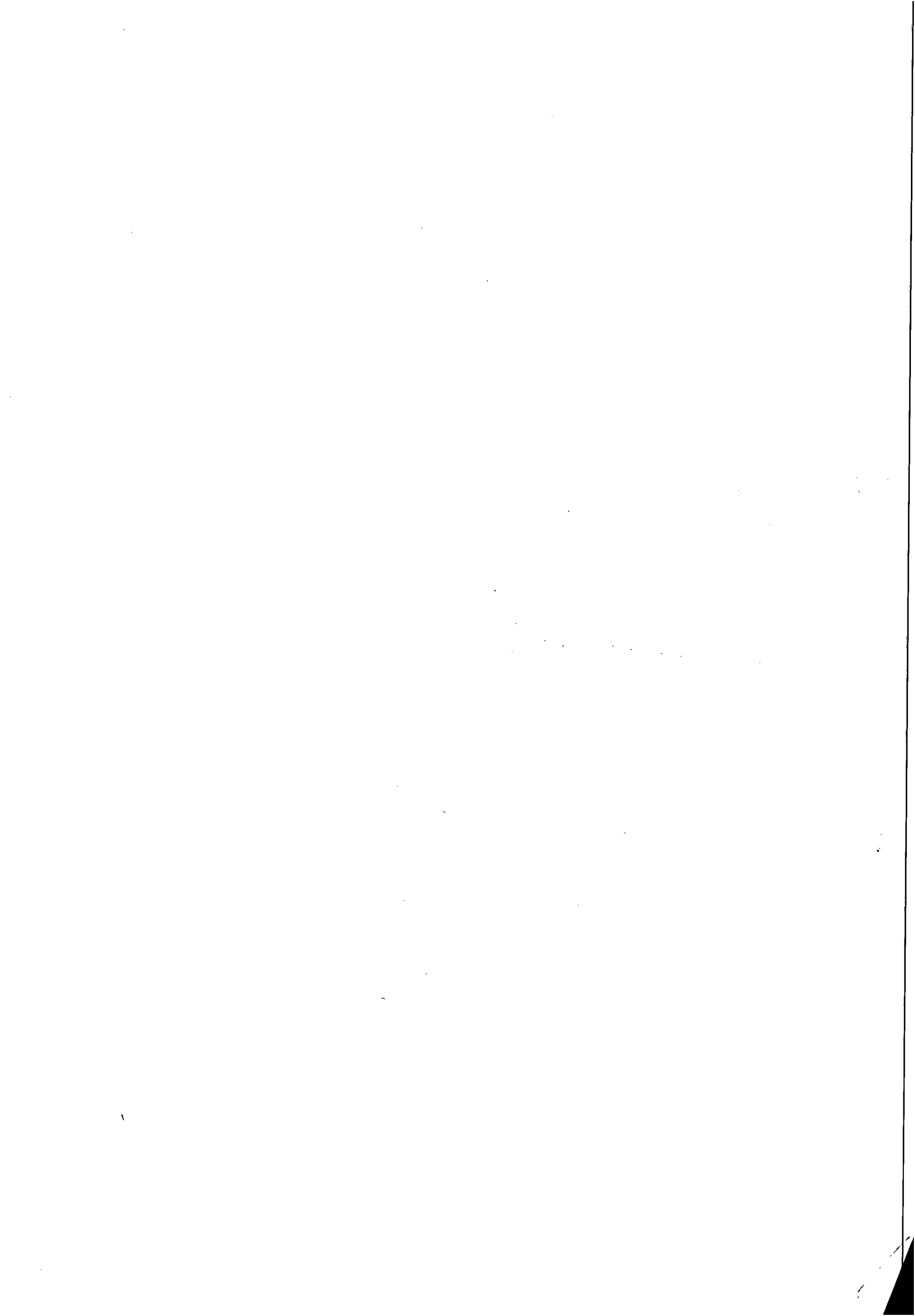


À
CPL,

De acordo com a solicitação da CAF/UN-LESTE através da C.I. nº 41/2015 corroborada pela instrução processual e jurídica às fls. 56 usque 57 parte integrante do presente processo, e o que estabelece o Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, que caracteriza a necessidade da contratação. **AUTORIZAMOS** a celebração de Contrato de Aluguel com a Empresa **THIAGO P. DANTAS - ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP**, que tem como objeto a locação de imóvel urbano residencial, situado na Rua Prefeito Abdon Arroxelas, 657 – Condomínio Residencial Thasos- apartamento nº 105 – Ponta Verde – Maceió – Alagoas CEP: 57035-380, o qual servirá como moradia para o Eng.º Judiron Silva Pena, Gerente da Unidade de Negócio do Leste/UNLE, no valor mensal de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), já incluso o Condomínio e o IPTU, e valor global de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), por um período de 12 (doze) meses. Em, **08.07.2015**


Eng.º **WILDE CLÉCIO FALCAO DE ALENCAR**
Diretor Presidente

/vgm...





Casal COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS



Processo Protocolo nº 5397/2015.
C.I. nº 41/2015

À UN LESTE (DE ORDEM)

Solicitamos que a Procuração anexada ao processo referente concessão de Poderes do Sr. Thiago Penna para a Empresa Thiago P. Dantas Administração Imobiliária e EIRELI- EPP seja autenticada e que reconheça firma.

Maceió/AL., 15 de julho de 2015.

Atenciosamente

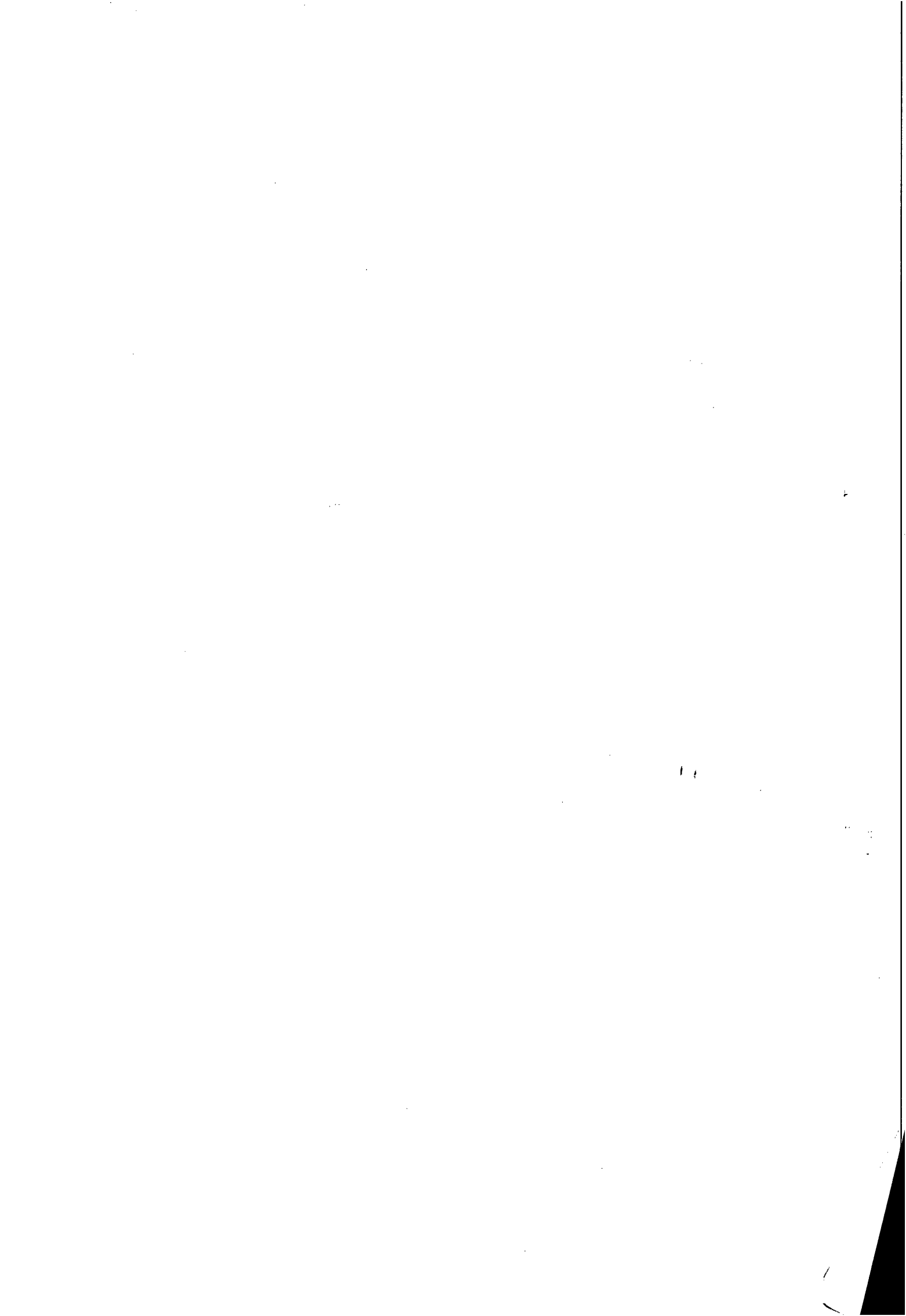
Nathália Medeiros Silveira
Nathália Medeiros Silveira
Estagiária CPL/CASAL

À CPL,

Retorno o processo com o solicitado.

Em 10.08.2015

Judson da Silva Pena
Engº Sanitarista e Ambiental
CREA 050759661-7 Mat. 2941
Maceió/AL



PROCURAÇÃO



OUTORGANTE: TIAGO PENNA, brasileiro, solteiro, professor universitário, inscrito no CPF sob o nº 007.912.094-66 e no RG sob o nº 1.810.883 SSDS/PB, residente e domiciliado em João Pessoa/PB.


OUTORGADO: THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP, empresa privada, devidamente inscrita no CNPJ nº 19.677.607/0001-39, sediada na Rua Doutor José Afonso de Melo, nº. 118, salas 226 e 326, edifício empresarial Harmony Trade Center, Jatiúca, CEP 57.036-510, Maceió – Alagoas, neste ato, representada por seu proprietário, Sr. THIAGO PEREIRA DANTAS, brasileiro, residente e domiciliado em Maceió – Alagoas

PODERES: Para o fim específico de administrar o imóvel de minha propriedade, podendo locá-lo a quem convier, firmar contratos, transferir locações, efetuar cobranças de aluguéis, dar e receber quitação, solicitar desocupação, providenciar reparo no bem, exercer todos os direitos e atos necessários junto a repartições públicas, representado-o, em toda e qualquer reivindicação, interpondo recurso administrativo perante o Poder Municipal e ao Conselho de Contribuintes, fazer deduções provenientes de eventuais despesas judiciais, extrajudiciais e comuns de reparação do bem, sempre fiel ao cumprimento do presente mandato podendo, inclusive, substabelecer. Outorga ainda, poderes para representa-lo em juízo, em seu nome nas ações que tenham por objeto obrigações e direitos decorrente dos contratos de locações em relação aos imóveis administrados pelo outorgado. xxxxxxxxxxxxxx

Imóvel objeto da locação: Apartamento nº 105, componente do Edifício Thasos, situado na rua Prefeito Abdon Arroxelas, 657, bairro Ponta Verde, nesta cidade.

Maceió, 05 de agosto de 2015.

TIAGO PENNA
TIAGO PENNA

 **Cartório Garibaldi**
9º Ofício de Notas

Av. Epiplácio Pessoa, 2640
Tambauzinho - João Pessoa - Paraíba
F.: (83) 3243.0377 - Fax: (83) 3243.0903

Reconheço por autenticidade a(s) firma(s) de TIAGO PENNA (8579333) e referido e validade do ato em 06/08/2015. Vlr. R\$8,60; Fcp. R\$6,23; Fcp. em 2015, ISS R\$0,39.

Operador: ENILINA, Selo Digital: ARX39035-53AB - Converte a autenticidade em <https://selodigital.cnpj.com.br>

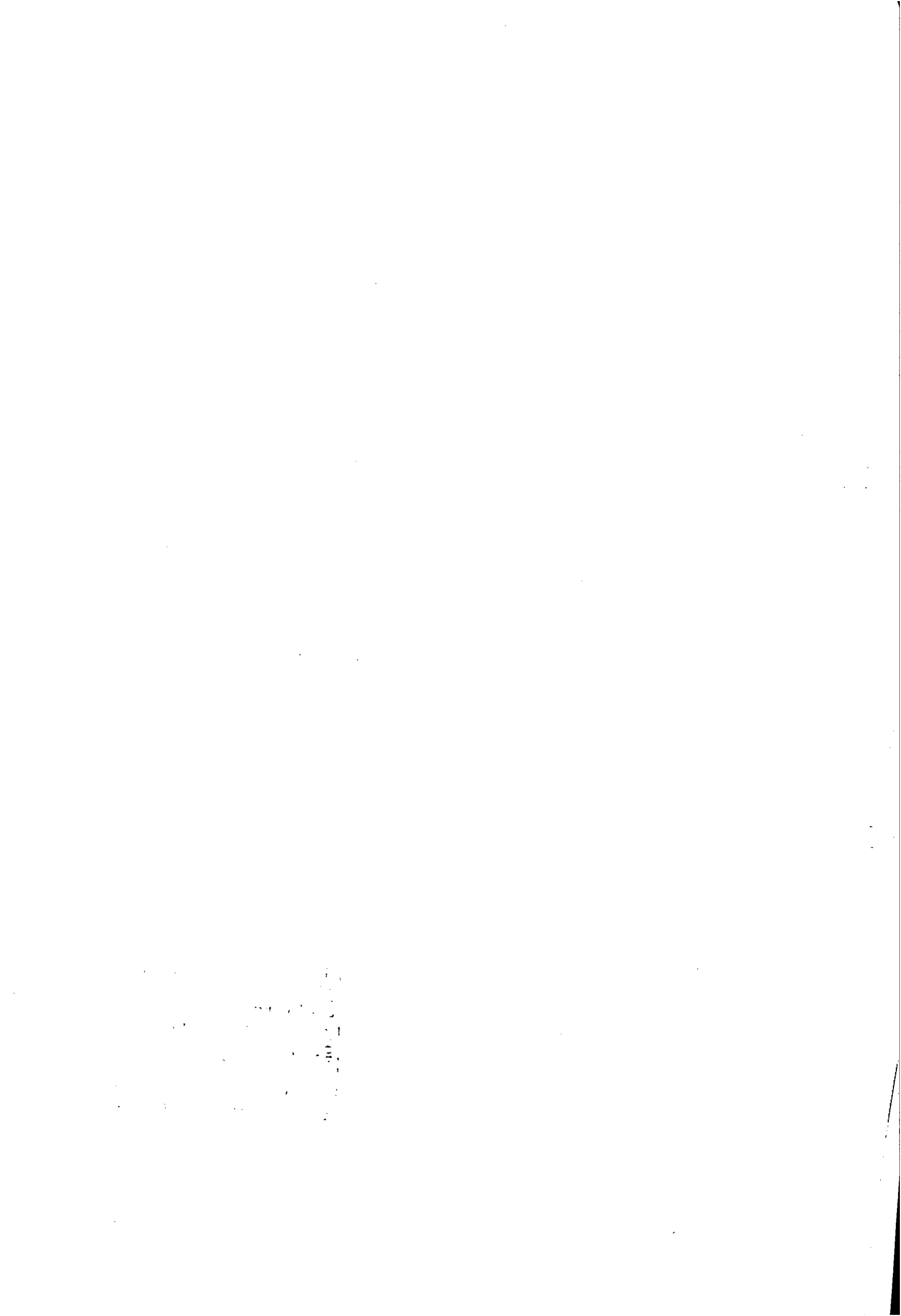
CERTIDÃO
Certifico haver conferido e autenticado presente fotocópia com o original que foi apresentado. Dou fé.
Em _____ de _____ de _____ de verdade

12 AGO 2015

Dr. José Roberto Martins Barbosa - Tab. Público
 Maria de Fátima Lima Barbosa - Tabelã Substituta
 Célia Barbosa Costa - Escrivente
 Nídia Cristina Barros Rodrigues - Escrivente
 Nadir de Oliveira Moura Barros - Escrivente
 Maria de Fátima Vieira dos Anjos - Escrivente

CARTÓRIO DO 6º OFÍCIO
Rua Pedro Monteiro, 255 - Centro
Maceió - AL Fone 3221-9061







Casal COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS



Processo Protocolo nº 5397/2015.
C.I nº 41/2015

Á ASJUR (DE ORDEM)

Encaminhamos o Contrato nº 57/2015, para análise e aprovação deste setor.

Maceió/AL., 17 de Agosto de 2015.

Atenciosamente

Nathalia Medeiros Silveira
Nathalia Medeiros Silveira
Estagiária CPL/CASAL





Companhia de Saneamento de Alagoas



Processo nº: 5397/2015

Interessado: CAF / UNLE

Assunto: Aprovação do Contrato nº 57/2015.

À ASSESSORIA JURÍDICA – ASJUR/CASAL

Veio para análise e aprovação jurídica o contrato nº 57/2015, a ser firmado entre a CASAL e a Empresa THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP, com a devida homologação do Diretor Presidente da CASAL, com base na Lei Federal 8.666/93, tendo como objeto a locação de imóvel, situado na Rua Prefeito Abdon Arroxelas, nº 657, Condomínio Residencial Thasos, Apt. 105, Ponta Verde, Maceió/AL o qual servirá como moradia para o Eng.º Judiron Silva Pena, por um período de 12 (doze) meses.

O instrumento ora em comento gera direito e obrigações entre os contratantes.

O instrumento ora em comento gera direito e obrigações entre os contratantes, assim, considerando sua legalidade, concluo pela sua aprovação, para tanto rubrico o Contrato nº 57/2015.

Levo ao conhecimento para sua chancela.

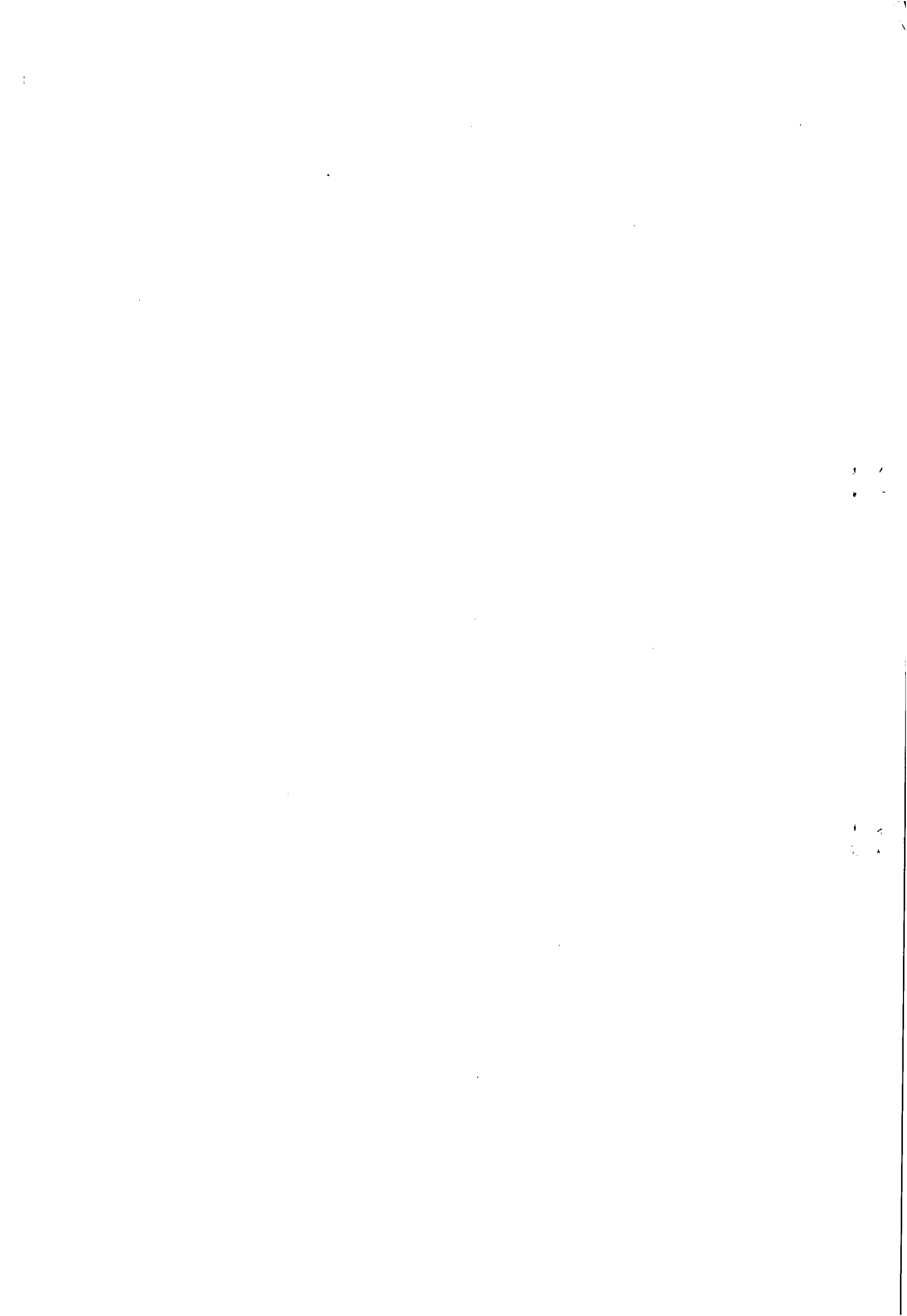
Maceió/AL, 17 de Agosto de 2015.

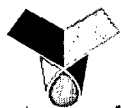

EDMILSON PEREIRA
ADVOGADO /ASJUR/CASAL


ÁLVARO JORGE LACERDA
ESTAGIÁRIO/ASJUR/CASAL

à.e.p.l.
providencia a assinatura do contrato de locação acima indicado.
Em 18.08.2015

pl. Judiron
ASJUR





Casal COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS



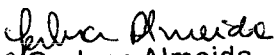

Protocolo nº 5397/2015

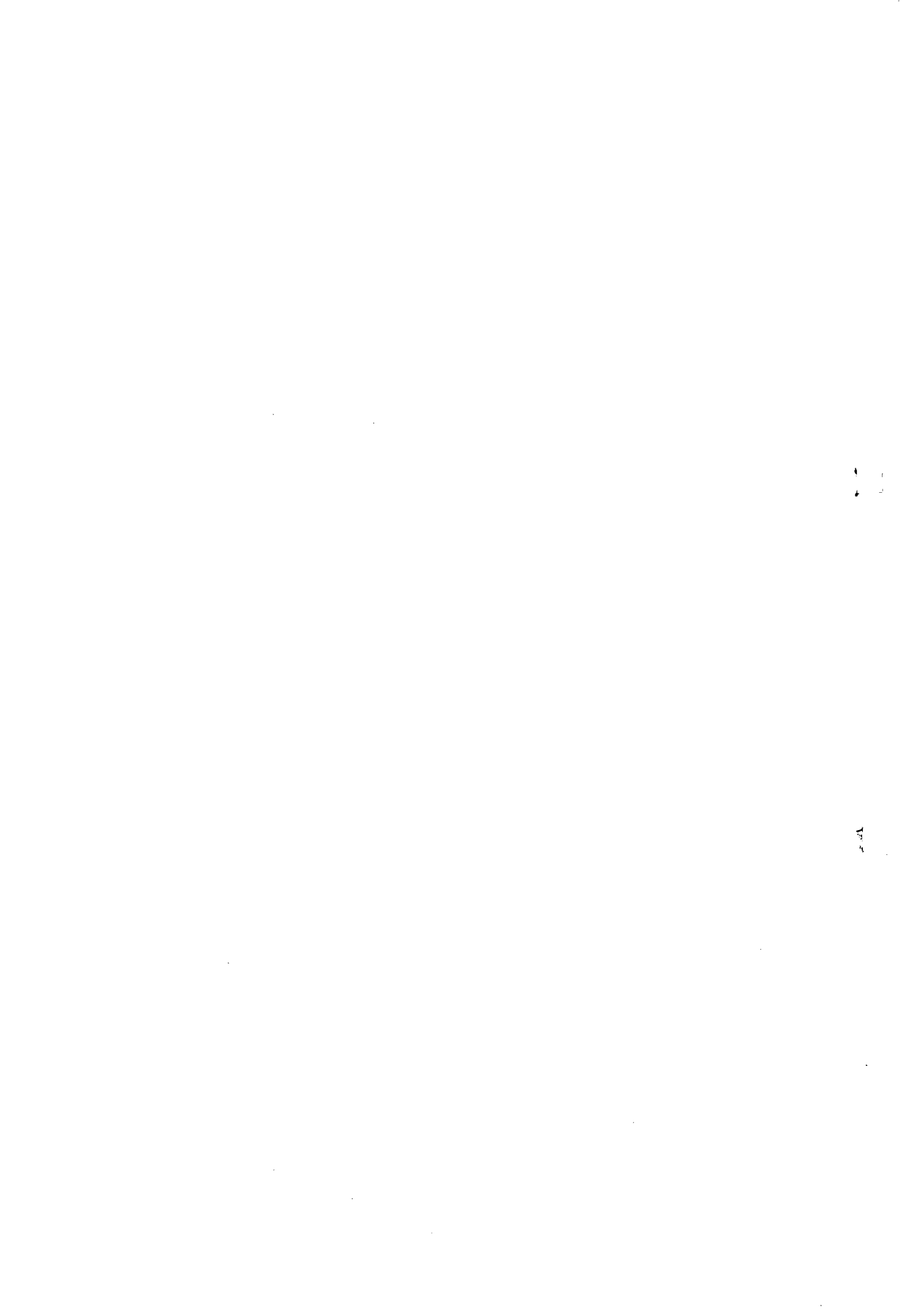
C.I nº 41/2015

À UNLESTE (De Ordem)

Informamos que no dia 28/08/2015, foi entregue ao Sr. Judirón Silva Pena, o contrato nº 57/2015, celebrado entre a CASAL e a Empresa Thiago P. Dantas Administração Imobiliária Eireli-EPP , para assinatura do responsável , mas até a presente data não foi devolvido, encaminhamos o presente processo para as providências pertinentes.

Em, 24.09.2015


 Gerluce Almeida
Secretária da CPL





INSTRUÇÃO DE PROCESSO

Nº PROTOCOLO:

5397/2015

Nº FOLHA:



À CPL,

Retorno o processo de protocolo 5397/2015 com as devidas providências. Informo que a demora no retorno se deu pela morosidade da assinatura por parte da Empresa Thiago P. Dantas que argumentou que todo este tempo foi necessário para a análise do contrato no seu setor jurídico.

Em 07.10.2015

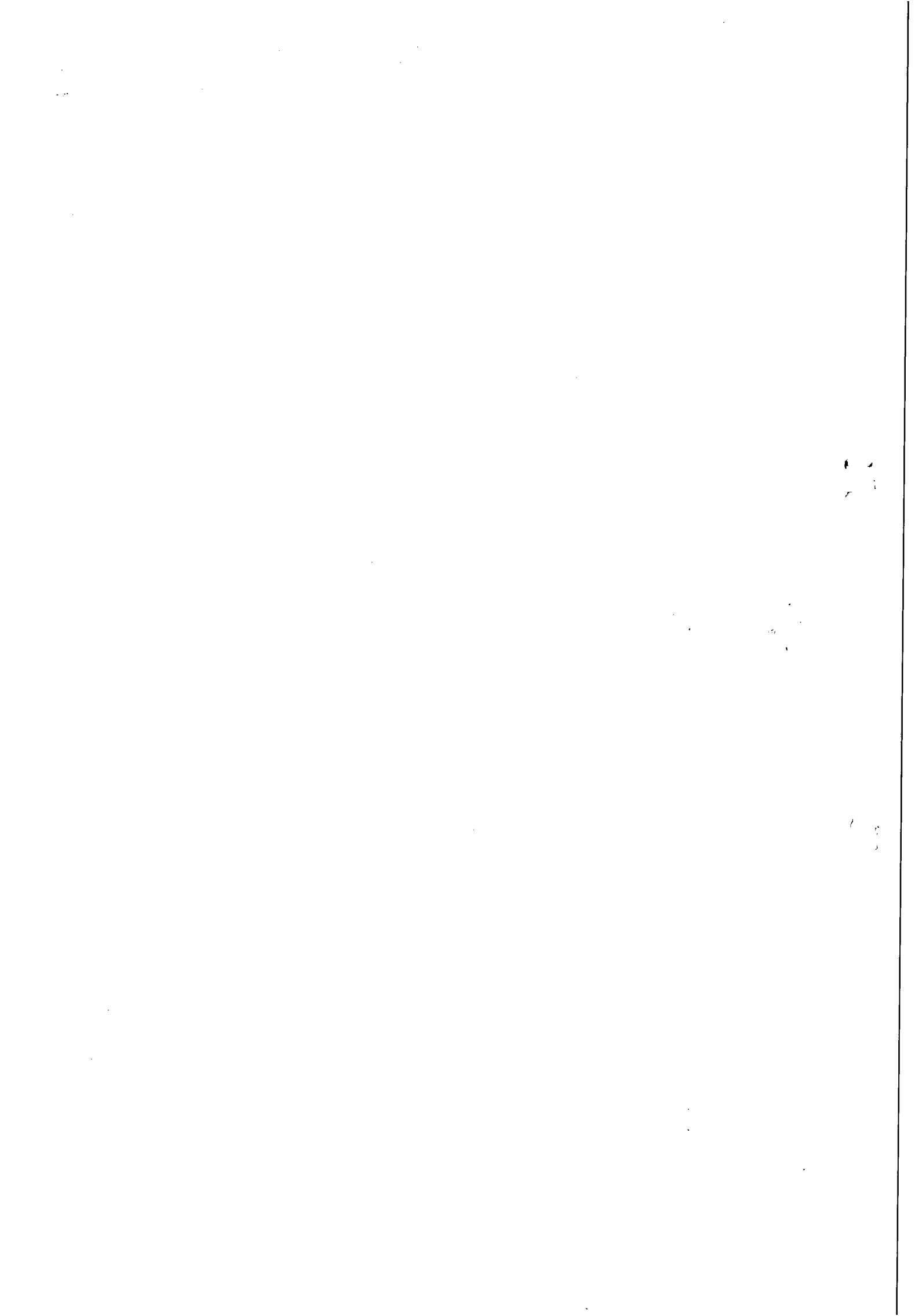

Judson da Silva Pena
Engº Sanitarista e Ambiental
CREA 050759861-7 R.º al. 2941
Gerente UN-Leste
Casal

À VGC (De Ordem)

Encaminhou-se a V. Sa. o Contrato nº 57/2015 - Empresa Thiago P. Dantas Administração Saneamento Ezequiel - EPP, para assinatura e evoluir a D.P.

Em, 07/10/2015


Gerluce Almeida
Secretária da CPL
Casal





Casal COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS



Processo Protocolo nº 5397/2015
C.I. nº 41/2015 - UNLESTE

À UNLESTE(De Ordem)

Encaminhamos a V.Sa., novamente o Contrato nº 57/2015, celebrado entre a Empresa Thiago P. Dantas porque ocorreu um erro referente a assinatura do Vice-Presidente.. Devolver as duas vias assinadas e rubricadas, para que os Senhores Diretores da CASAL assinem.

Em, 14 de outubro de 2015


Gerluce Almeida
Secretária da CPL

A CPL,

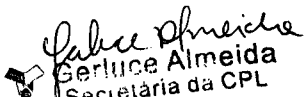
com as devidas providências.

Em 29.05.2015

 2941

À JGC (De Ordem)

Encaminhamos a V.Sa. o Contrato nº 57/2015, celebrado entre a Empresa Thiago P. Dantas, para assinatura e devolução a D.P.


Gerluce Almeida
Secretária da CPL



11

12

INSTRUÇÃO DE PROCESSO

Nº PROTOCOLO:


Prot. 5397/2015

Nº FOLHA:



À DP (De Ordem),

**Para aposição da assinatura do Diretor Presidente.
Em, 23/10/2015**


Josefilda Barros
Secretária da VGC
CASAL

Á CPL (de ordem)

Para procedimentos pertinentes quanto ao Contrato nº 57/2015 – CASAL ,
devidamente assinado pelo Diretor Presidente. Em, 23.10.2015


Valdivia Gomes Molina
Secretária de Gabinete
CASAL

10

11



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

CONTRATO Nº 57/2015 - CASAL

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL E A EMPRESA THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP.

Pelo presente, celebram instrumento particular de contrato de locação de imóvel, não residencial, de um lado, a COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Sociedade de Economia Mista Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, sediada na Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceió/AL, doravante, denominada simplesmente CASAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.294.708/0001-81, portadora da Inscrição Estadual nº 24.008.146-3, neste ato, representada por seu Diretor Presidente **WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72 e pelo Vice-Presidente de Gestão Corporativo **JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.381.854-20, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, do outro a empresa **THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ nº 19.677.607/0001-39, situada na Rua Doutor José Afonso de Melo, nº 118, edf. Empresarial Harmony Trade Center, Jatiúca, CEP 57.036-510, Maceió/AL, neste ato representada por seu proprietário, Sr. **THIAGO PEREIRA DANTAS** doravante, denominado simplesmente LOCADOR.

FUNDAMENTO LEGAL DA ADJUDICAÇÃO: A presente adjudicação decorre da dispensa de licitação, devidamente autorizada pelo Diretor Presidente da CASAL, com base no Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, tudo conforme consta no Protocolo nº 5397/2015 - CASAL, C.I. Nº 41/2015 - CAF/UM LESTE, obrigando as partes de acordo com as cláusulas e condições, a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a locação de imóvel, situado na Rua Prefeito Abdon Arroxelas, nº 657, Condomínio Residencial Thasos, Apt: 105, Ponta Verde, Maceió/AL o qual servirá como moradia para o Eng.º Judiron Silva Pena.

PARÁGRAFO ÚNICO: A destinação do imóvel locado não será mudada; salvo, mediante autorização expressa do LOCADOR.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser renovado a critério das partes; ficando a CASAL obrigada a restituir o imóvel locado, completamente desocupado, ao término da vigência deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por força do disposto no art. 110 da Lei 8.666/93, na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento considerando-se os dias consecutivos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR: O valor mensal do aluguel é de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), incluso Condomínio e o IPTU, valor que a CASAL se compromete a pagar no dia 10 (dez) de cada mês ao LOCADOR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total do Contrato durante os 12 (doze) meses de sua vigência fica estabelecido em R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente estabelecido que o valor contratado é fixo e irreajustável.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Todas as despesas normais de locação, inclusive os impostos, serão arcadas pela CASAL.

PARÁGRAFO QUARTO: O valor do Contrato poderá ser reajustado em cada aniversário pela variação do IPCA.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente deste contrato terá a seguinte classificação orçamentária:

- Unidade Orçamentária	11105 - UN LESTE
- Grupo de Despesa	300.000 - Serviços de Terceiros
- Rubrica	307.319 - Aluguel de Imóvel

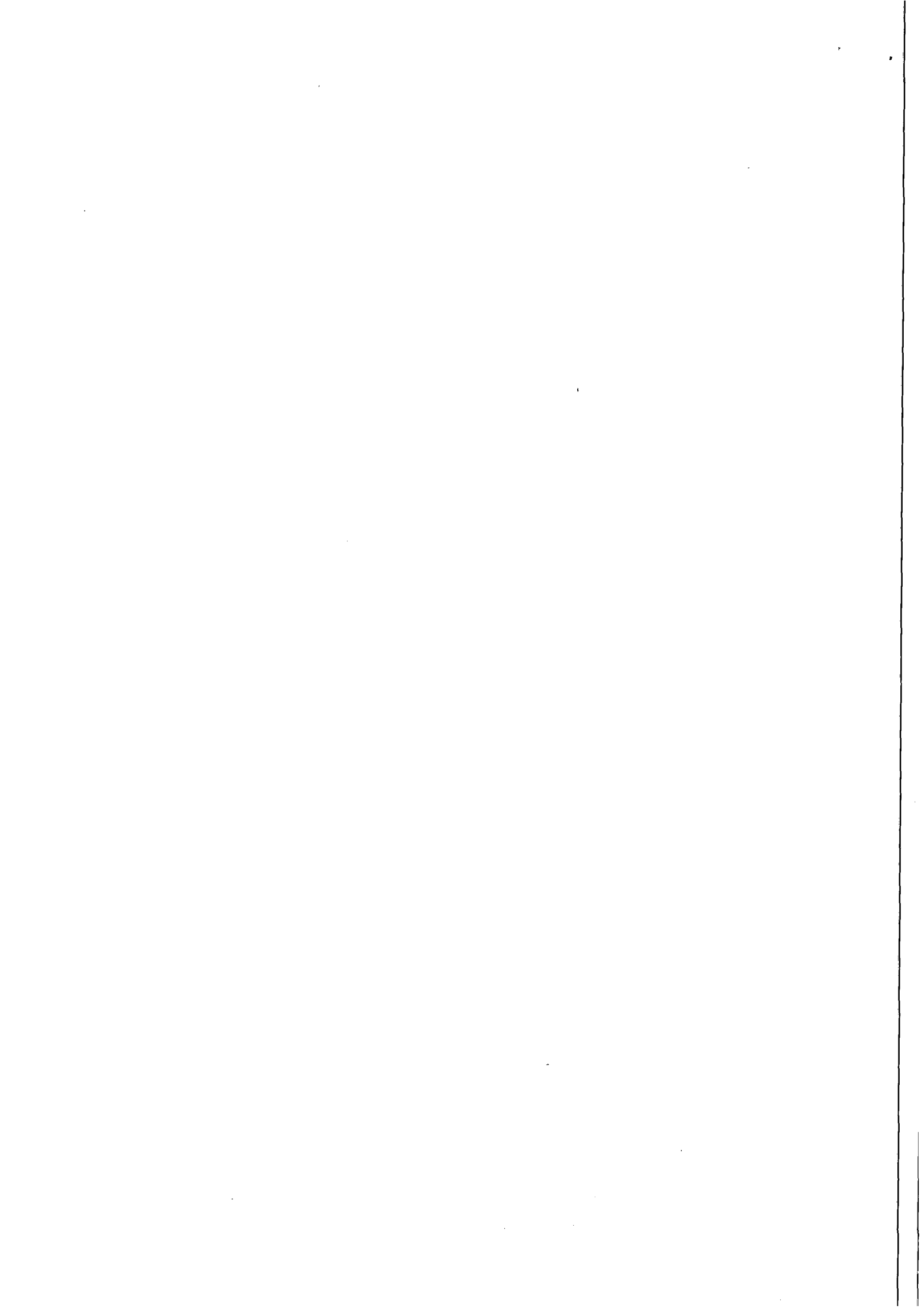
CLÁUSULA QUINTA - DA GESTÃO: Por força deste instrumento fica determinado que o empregado, ABDIEL TEXEIRA DE QUEIROZ, matrícula 2149, inscrito no CPF/MF sob o nº 925.497.134-00, fará a gestão do presente Contrato, zelando pelo seu cumprimento, comunicando com 60 (sessenta) dias de antecedência à Vice-Presidência de Gestão Operacional a necessidade ou não da prorrogação de prazo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica estabelecido que na ausência do empregado acima nominado por qualquer motivo, a gestão do presente contrato será feita por empregado nomeado pelo Vice-Presidente de Gestão Operacional, através de Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO: Obriga-se a CASAL, a satisfazer as exigências do poder público a que der causa, e a não fazer modificações, nem transformações no imóvel, sem autorização escrita do LOCADOR.

CONTRATO Nº 57.2015

Edmilson Pereira
Advº. - OAB/AL 2051
Mat.: 1749/CASAL





**ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CASAL, desde já, faculta ao LOCADOR, examinar ou vistoriar o imóvel locado, quando julgar conveniente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CASAL, não poderá transferir este contrato, nem sublocar ou emprestar o imóvel no todo ou em parte, sem obter o consentimento por escrito do LOCADOR, devendo no caso deste ser dado, agir oportunamente, junto aos ocupantes a fim de que o imóvel esteja desimpedido no termo do prazo de vigência do presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se durante a vigência deste contrato, o imóvel locado, for alienado ou transferido, o adquirente, qualquer que seja, ficará obrigado a respeitar o presente contrato, em todas as suas cláusulas e condições.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de desapropriação do imóvel locado pelos poderes públicos, ficará o LOCADOR desobrigado por todas as cláusulas deste contrato, ressalvada a CASAL, tão somente, a faculdade de haver do poder desapropriante, indenização a que porventura tiver direito.

PARÁGRAFO QUINTO: Nenhuma intimação do serviço sanitário será motivo para a CASAL abandonar o imóvel ou pedir a rescisão do contrato; salvo, procedendo vistoria judicial que apure que a construção ameaça ruir.

PARÁGRAFO SEXTO: Tudo quanto for devido, em razão deste contrato e que não comprometa o processo executivo, será cobrado em ação competente, ficando a cargo do devedor, em qualquer caso, os honorários do advogado que o credor constituir para ressalva dos seus direitos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR: O locador deverá:

- Pagar corretamente as despesas previstas no contrato;
- Manter durante a vigência do contrato a regularidade com o CPF, Licença Ambiental, IPTU e CREA;
- Vistoriar ou examinar o imóvel locado a qualquer tempo;

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, a critério da CASAL, sem que a contratada tenha direito a qualquer indenização, salvo o pagamento dos serviços que estiverem regulares e efetivamente executados, ocorrendo quaisquer das seguintes hipóteses:

- Infringência de qualquer cláusula deste Contrato;
- Pelo não fornecimento de água no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O presente contrato poderá ser rescindido também por acordo mútuo ou conveniência da CASAL, sendo o último mediante comunicação escrita ao Locador.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS: Aplica-se ao presente instrumento a Lei 8.245/91 e suas alterações, inclusive quanto aos casos omissos, e, somente de modo subsidiário, no que for compatível a lei nº 8. 666/93 e demais regulamentos e normas administrativas, federais e estaduais, que fazem parte integrante deste contrato, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO: Quaisquer questões oriundas deste contrato serão dirimidas no Foro da Comarca da situação do imóvel, quaisquer que sejam os domicílios dos contratantes.

E, por estarem justas e acordes, as partes, assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Maceió, 23 de outubro de 2015

TESTEMUNHAS:

Felice de Brito

Luci Jerô

[Signature]
WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR
Diretor Presidente/CASAL

[Signature]
JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO
Vice-Presidente de Gestão Corporativa/CASAL

[Signature]
DIAGO PEREIRA DANTAS
P/ LOCADOR

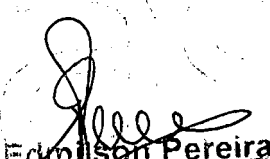
[Signature]
Edmilson Pereira 2
Adv. - OAB/AL 2051
Mat.: 1749/CASAL

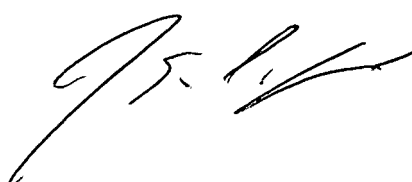


**ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS**

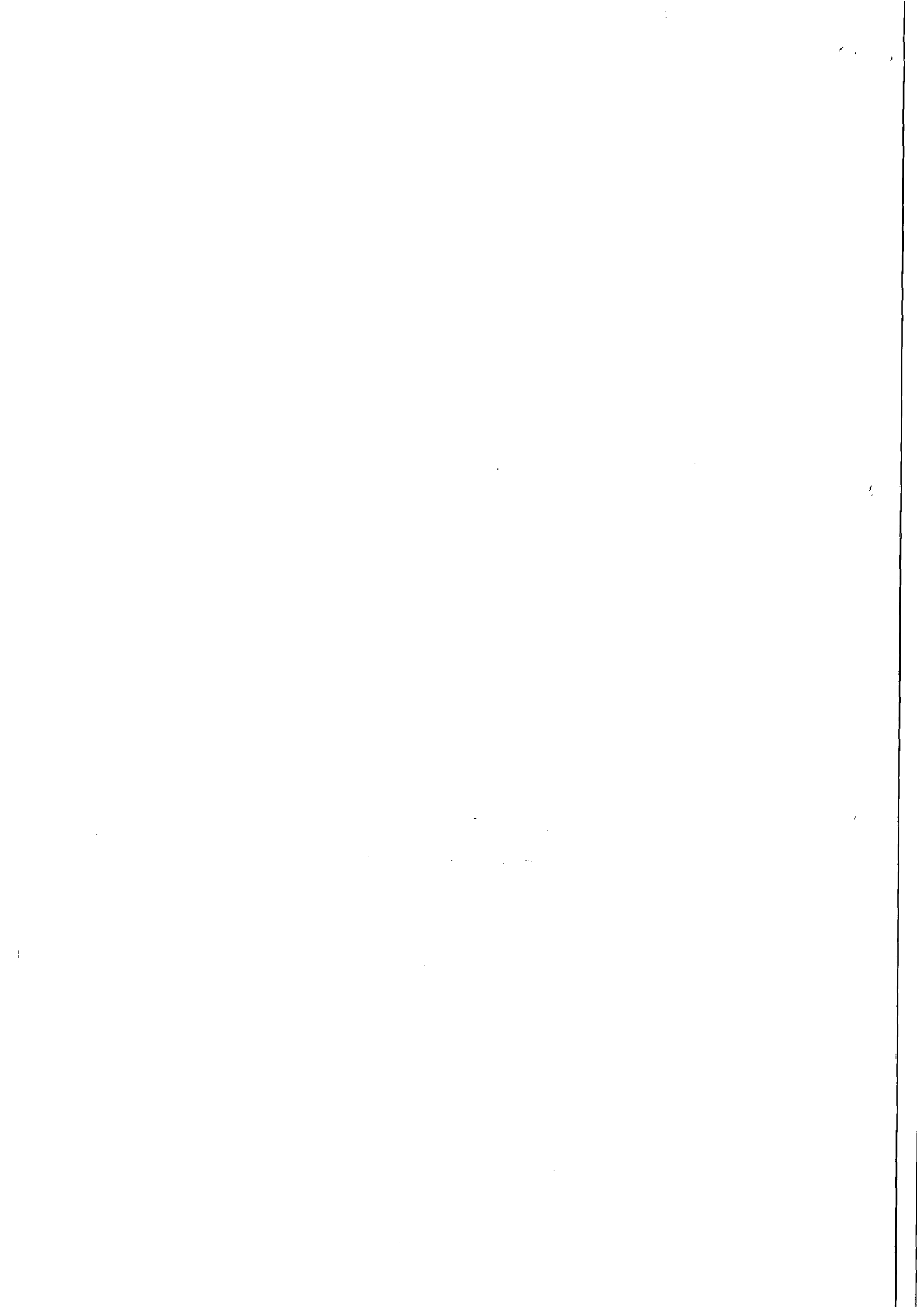
**ANEXO I
CONTRATO Nº 57/2015
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

MÊS	VALOR (R\$)
1º mês	1.100,00
2º mês	1.100,00
3º mês	1.100,00
4º mês	1.100,00
5º mês	1.100,00
6º mês	1.100,00
7º mês	1.100,00
8º mês	1.100,00
9º mês	1.100,00
10º mês	1.100,00
11º mês	1.100,00
12º mês	1.100,00
VALOR TOTAL: R\$13.200,00	


Edmilson Pereira
Adv. - OAB/AL 2051
Mat.: 1749/CASAL







FALCÃO DE ALENCAR brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72, por seu Vice-Presidente de Gestão Corporativa JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.981.054-57, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: O MUNICÍPIO DE MESSIAS/ALAGOAS, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua Elpidio Cavalcante Lins, S/N, Centro, Messias/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.200.283/0001-02, doravante, denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal JARBAS MAYA DE OMENA FILHO, inscrito no CPF/MF nº 411.756.114-68 e RG nº 446.222 SSP/AL, residente e domiciliado no mesmo Município.

OBJETO: Por força deste instrumento fica autorizado o reajuste referente ao auxílio alimentação, passando o valor mensal de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para R\$ 31,40 (trinta e um reais e quarenta centavos), bem como, o pagamento retroativo da diferença dos meses de Junho e Julho de 2015, qual seja de R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos) mensais e R\$ 12,80 (doze reais e oitenta centavos) totais, ressaldando o novo reajuste para o valor de R\$ 32,00 (trinta e dois reais), a partir do mês de outubro.

Data de assinatura: 23 de outubro de 2015.

Protocolo nº 10557/2015 – CASAL-C.I. Nº 93/2015-UN LESTE.

Autorizamos a elaboração do Primeiro termo aditivo ao convênio nº 05/2015, celebrado entre a CASAL e o MUNICÍPIO DE MESSIAS/ALAGOAS, observando a legislação vigente. Autorizado em : 26.08.2015

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2015.

Protocolo nº 5397/2015 – CASAL-C.I. Nº 41/2015-CAF/UNLE.

Contratante: CASAL. Rua Barão de Atalaia, 200, Centro, CNPJ/MF nº 12.294.708/0001-81 – representada por seu Diretor Presidente WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72, por seu Vice-Presidente de Gestão Corporativa JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.381.854-20, ambos residentes e domiciliados nesta Capital. CONTRATADA: A EMPRESA THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ nº 19.677.607/0001-39, situada na Rua Doutor José Afonso de Melo, nº 118, edf. Empresarial Harmony Trade Center, Jatiúca, CEP 57.036-510, Maceió/AL, neste ato representada por seu proprietário, Sr. THIAGO PEREIRA DANTAS, doravante, denominado simplesmente LOCADOR.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a locação de imóvel, situado na Rua Prefeito Abdon Arroxelas, nº 657, Condomínio Residencial Thasos, Apt. 105, Ponta Verde, Maceió/AL o qual servirá como moradia para o Eng.º Judiron Silva Pena. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser renovado a critério das partes; ficando a CASAL obrigada a restituir o imóvel locado, completamente desocupado, ao término da vigência deste instrumento. O valor mensal do aluguel é de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), incluso Condomínio e o IPTU, valor que a CASAL se compromete a pagar no dia 10 (dez) de cada mês ao LOCADOR.

Data de assinatura: 23 de outubro de 2015.

Protocolo nº 5397/2015 – CASAL-C.I. Nº 41/2015-CAF/UNLE.

Autorizamos a elaboração do Contrato nº 57/2015, celebrado entre a CASAL e a EMPRESA THIAGO P. DANTAS ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA EIRELI – EPP, observando a legislação vigente. Autorizado em : 08.07.2015

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2015.

Protocolo nº 10216/2015 – CASAL-C.I. Nº 30/2015-SUNEI.

Contratante: CASAL. Rua Barão de Atalaia, 200, Centro, CNPJ/MF nº 12.294.708/0001-81 – representada por seu Diretor Presidente WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72, por seu Vice-Presidente de Gestão Operacional FRANCISCO LUIZ BELTRÃO DE AZEVEDO CAVALCANTI, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.381.854-20, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: A EMPRESA J. BARROS JUNIOR CONSTRUÇÕES LTDA-ME, estabelecida na Rua Belém, nº 858, sala “C”- Pref. Antônio Lins de Souza, Rio Largo/AL, CEP 57.100-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.096.594/0001-19, doravante, denominada simplesmente CONTRATADA; neste ato, representada pelo Sr. JOSÉ BARROS JUNIOR, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.006.174-81, residente e domiciliado no Loteamento Santo Amaro, nº 285, Tabuleiro do Pinto, Rio Largo/AL, nesta capital.

OBJETO: Contratação de empresa para a execução de serviços de dragagem, bem como, a carga, transporte e descarga do material proveniente do corpo hídrico, para desassoreamento da captação Salgado, em Delmiro Gouveia/AL, visando o funcionamento adequado da referida captação.

Data de assinatura: 23 de outubro de 2015.

Protocolo nº 10216/2015 – CASAL-C.I. Nº 30/2015-SUNEI.

Autorizamos a elaboração do Contrato nº 59/2015, celebrado entre a CASAL e a EMPRESA J. BARROS JUNIOR CONSTRUÇÕES LTDA-ME, observando a legislação vigente. Ratificado em : 20.08.2015

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2015.

Protocolo nº 10.463/2015 – CASAL-C.I. Nº 166/2015-UNBL.

Contratante: CASAL. Rua Barão de Atalaia, 200, Centro, CNPJ/MF nº 12.294.708/0001-81 – representada por seu Diretor Presidente WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72, por seu Vice-Presidente de Gestão Corporativa JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.981.054-57, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: O SR. JOSÉ ADELSON LINO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 871.173.804-97, residente e domiciliado na Rua Manoel A. Barbosa, S/N, Centro, CEP : 57440-000, Monteirópolis - AL doravante, denominado simplesmente LOCADOR.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a locação de imóvel, situado na Rua Manoel Barbosa, nº 97, Centro – Monteirópolis/AL, o qual servirá para acomodação núcleo de atendimento da CASAL, no município. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser renovado a critério das partes; ficando a CASAL obrigada a restituir o imóvel locado, completamente desocupado, ao término da vigência deste instrumento. O valor mensal do aluguel é de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), valor que a CASAL se compromete a pagar no dia 10 (dez) de cada mês ao LOCADOR.

Data de assinatura: 06 de outubro de 2015.

Protocolo nº 10.463/2015 – CASAL-C.I. Nº 166/2015-UNBL.

Autorizamos a elaboração do Contrato nº 63/2015, celebrado entre a CASAL e o SR. JOSÉ ADELSON LINO, observando a legislação vigente. Autorizado em : 08.09.2015

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 12/2015.

Protocolo nº 9373/2015 – CASAL-C.I. Nº 146/2015-UN Bacia Leiteira.

Contratante: CASAL. Rua Barão de Atalaia, 200, Centro, CNPJ/MF nº 12.294.708/0001-81 – representada por seu Diretor Presidente WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72, por seu Vice-Presidente de Gestão Corporativa JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF/MF nº 032.981.054-57, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA /ALAGOAS, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua do Comércio, nº 209, CEP nº 57.445-000, CNPJ nº: 12.261.228/0001-14 neste ato representada pelo Prefeito Municipal JARBAS PEREIRA RICARDO, inscrito no CPF/MF nº 724.013.624-87, residente e domiciliado na Rua do Comércio, nº 648, Centro – SÃO JOSÉ DA TAPERA/AL.

OBJETO: Constitui objeto deste convênio, a cessão de 01 (um) servidor municipal, para que este atue em atividades de rotinas operacionais, serviços de limpeza e prestar informações as Coordenações da Unidade.

Data de assinatura: 19 de outubro de 2015.

Protocolo nº 9373/2015 – CASAL-C.I. Nº 146/2015-UN Bacia Leiteira.

Autorizamos a elaboração do Convênio nº 12/2015, celebrado entre a CASAL e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA /ALAGOAS, observando a legislação vigente. Autorizado em : 09.09.2015

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 06/2015.

Protocolo nº 10558/2015 – CASAL-C.I. Nº 94/2015-UN-LESTE.

Contratante: CASAL. Rua Barão de Atalaia, 200, Centro, CNPJ/MF nº 12.294.708/0001-81 – representada por seu Diretor Presidente WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72, por seu Vice-Presidente de Gestão Corporativa JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.981.054-57, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: O MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/ALAGOAS, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua do Comércio, 241, Centro, CEP nº 57965-000, Jundiá/AL, CNPJ nº 12.248.100/0001-10, neste ato representada pelo Prefeito Municipal CARLOS ANTÔNIO DE MORAES E LIMA FILHO, inscrito no RG nº 4.619.413 SSP/AL e CPF nº 872112.464-72, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora da Conceição, S/N, Centro, CEP: 57965-000.

OBJETO: Por força deste instrumento, fica autorizado o reajuste referente ao auxílio alimentação, passando o valor mensal de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para R\$ 31,40 (trinta e um reais e quarenta centavos), bem como, o pagamento

